



# Anais da Assembléia

Nº 171

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 22 DE JANEIRO DE 1991

ANO XV

4.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 10.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
DO PERÍODO EXTRAORDINÁRIO  
REALIZADA EM 22 DE JANEIRO DE 1991

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Werner Wanderer e Luciano Pizzatto.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Orlando Pessuti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acir Mezzadri, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Alves, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luciano Pizzatto, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Mário Pereira, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Pedro Tonelli, Rafael Greca, Raul Lopes, Renato Adur, Rubens Bueno, Sabino Campos, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert (48). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: David Cheriegate, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Haroldo Rodrigues Ferreira, Paulino José Delazeri e Paulo Furiatti (06).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está em votação a Ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. RUBENS BUENO - Eu, ainda hoje, tomei a liberdade de telefonar para o Deputado Werner Wanderer, colocando-lhe a posição da nossa presença, ontem, em plenário, e que não constou da relação de chamada.

Por isto, eu estou consultando mais uma vez.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Werner Wanderer) - Eu conversei com a pessoa encarregada da Ata e nós corrigimos. Já foi corrigido.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte:

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 3064

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência de discussão e votação para os Projetos de Lei nºs 323/89 e 005/91 e para o Projeto de Resolução nº 004/91.

Sala das Sessões, em 22.01.91.

(a) LUCIANO PIZZATTO

REQUERIMENTO Nº 3060

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a reinclusão na Ordem do Dia, do Projeto de Lei nº 553/90, que autoriza a retirada do Estado do Paraná do BRDE, na pauta da sessão plenária do dia 23 de janeiro, quarta-feira próxima.

Sala das Sessões, em 22.01.91.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO Nº 3059

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pela Resolução nº 112/86, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER dispensa de discussão e votação da redação final, para os projetos aprovados em 3.<sup>a</sup> discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de suas tramitações.

Sala das Sessões, em 22.01.91.

(a) PEDRO TONELLI

REQUERIMENTO Nº 3063

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo artigo 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a constituição da Assembléia em Comissão Geral de Plenário, para a próxima sessão, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei nº 284/85, que cria

o município de ENTRE RIOS, com território desmembrado do município de GUARAPUAVA, bem como a apreciação, no presente período de convocação extraordinária.

Sala das Sessões, em 22.01.91.

(a) EZEQUIAS LOSSO

Apoio: Cândido Bastos

#### REQUERIMENTO N° 3058

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de expediente ao Governador Álvaro Dias e ao Secretário da Agricultura, Osmar Dias, solicitando a adoção de um programa de emergência contra a seca que afeta o Estado do Paraná, particularmente as regiões Sudoeste, Oeste, Noroeste, Centro do Estado, com a adoção de medidas imediatas que venham a diminuir os efeitos maléficos desta estiagem que está deixando os agricultores, especialmente os pequenos, em situação desesperadora, sendo que muitos deles estão vendendo seus animais por falta de água em suas propriedades, em situação desvantajosa, pois o preço está baixo, o gado está magro e o restante da produção agrícola está se perdendo a cada dia que passa e muitos já estão abandonando a lavoura e estão procurando as cidades, num perigoso êxodo que se agrava ainda mais numa situação de recessão por que passa o País.

Requer ainda seja dada ciência do presente ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais destas regiões acima citadas, bem como às Cooperativas Agrícolas.

Sala das Sessões, em 22.01.91.

(a) PEDRO TONELLI

#### REQUERIMENTO N° 3068

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, considerando que o disposto no art. 27, § 10, da Constituição Estadual, que com toda a clareza determina:

"Art. 27 - A administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes do Estado e dos Municípios, obedecerão aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e, também, ao seguinte:

I - .....

§ 1° - A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas de órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridade ou servidores públicos."

Considerando, ainda, a campanha promocional que vem sendo veiculada pelas televisões do Estado, em que se menciona as "realizações" do Governador do Estado Álvaro Dias, sugerindo indiretamente seu nome para cargos, mandatos ou funções em nível nacional.

REQUER seja encaminhado à Casa Civil do Governo do Estado, para que providencie sejam respondidos pelos órgãos competentes do Poder Executivo, os seguintes requisitos:

1) Qual a finalidade educativa ou função social de uma campanha de tal natureza e quais os objetivos que se pretende alcançar?

2) Face a flagrante inconstitucionalidade em se deflagrar uma campanha publicitária em que se promove explicitamente o nome do Governador Álvaro Dias, em âmbito estadual e nacional, solicitamos cópia do parecer ou dos argumentos legais em que se baseou o Poder Executivo para realizá-la, contrariando o disposto no mencionado art. 27 e seu parágrafo da Constituição Estadual.

3) Qual a duração de tal campanha e qual a origem e o total dos recursos financeiros que nela estão sendo dispendidos?

Sala das Sessões, em 22.01.91.

(a) ALGACI TÚLIO

#### Transcrição:

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja transcrito nos Anais desta Casa, o artigo publicado no dia 20 de janeiro de 1991, pelo Jornal "Gazeta do Povo", de autoria do Doutor Celso Saboia, intitulado "O BADEP deve e pode para sobreviver..." em anexo.

Sala das Sessões, em 22.01.91.

(a) ALGACI TÚLIO

#### Projetos de Resolução:

##### PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 008/91

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

##### RESOLVE:

Art. 1° - Fica alterado o Memorial Descritivo contido no artigo 1°, da Resolução n° 151/90, de 19 de dezembro de 1990, que passa a ser o seguinte:

"Art. 1° - ...

Tendo como ponto de partida um marco cravado entre as margens do Rio Caratuva e a linha de limite territorial do município de Irati, segue confrontando com esta pelo rumo 85°00' NW, com a distância de 7.950m.

Deste ponto deflexiona-se à direita, à esquerda e à direita novamente, confrontando com a linha de limite territorial com as terras do município de Prudentópolis, respectivamente nos seguintes rumos e distâncias: 20°00' NE em 1.157 m; 26°00' NW em 1.134 m e 05°00' NW em 538 m, chegando às margens do Arroio Junqueira. Deste ponto, segue arroio abaixo com distância de 3.218 m, confrontando pela nova linha territorial de limite, com terras do município de Imbituva no rumo 74°00' NE com a distância de 4.210 m, chegando às margens do Arroio do Ansolim. Deste ponto segue arroio abaixo confrontando com terras do município de Imbituva, com a distância de 6.940 m, chegando na confluência do referido arroio com os Rios Perdido e Caratuva. Deste, segue em direção ascendente pelo Rio Caratuva confrontando com a antiga linha de limite territorial com terras do município de Irati, com a distância de 9.632 m, chegando-se ao ponto onde se faz princípio e onde se encerra a presente descrição, com área de 55.697.674,00 m<sup>2</sup> (cinquenta e cinco milhões, seiscentos e noventa e sete mil, seiscentos e setenta e quatro metros quadrados)."

Art. 2° - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.01.91.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEAO

#### JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de resolução se faz necessário devido a constatação de erro na designação da metragem da área total a que alude a Resolução n° 151/90.

Com a modificação para a presente e correta designação por extenso da área acima mencionada, corrigir-se-á o que nela se encontra erroneamente.

Assim sendo, esperamos dos nobres Países desta Casa o devido apoio.

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 009/91

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### RESOLVE:

Art. 1° - Fica autorizada a realização de plebiscito no área adiante descrita, para que a população decida sobre a criação do município de ENTRE RIOS, desmembrado do município de Guarapuava.

"Começa na foz do Rio Pinhão, no Rio Jordão; por aquele acima, confrontando com o município de Pinhão, até a foz do Rio Gerônimo ou Lageado Grande; por este acima até sua nascente; no divisor de água com o Rio da Areia, confrontando com o município de Inácio Martins, pelo seu divisor até encontrar a nascente do Arroio do Jucu ou Bagio; confrontando até este ponto com o município de Inácio Martins, seguindo

pelo mesmo arroio até sua foz no Rio Bananas; por este até sua foz no Rio Jordão; confrontando com o Município de Guarapuava, pelo Rio Jordão abaixo, até sua foz no Rio Pinhão.

Art. 2° - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.01.91.

(a) EZEQUIAS LOSSO

Apoio: Cândido Bastos

#### Projetos de Lei:

#### PROJETO DE LEI N° 008/91

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

#### CAPITULO I

#### DO REGIME FLORESTAL

Art. 1° - As florestas existentes no território paranaense e as demais formas de vegetação, reconhecidas de utilidade às terras que revestem, são declaradas bens de interesse comum e todos os cidadãos, respeitando o direito de propriedade, com as limitações da legislação vigente e especialmente desta lei.

Art. 2° - Toda atividade florestal deverá assegurar, além de seus objetivos socio-econômicos, a manutenção da qualidade de vida e o equilíbrio ecológico.

Art. 3° - Somente será concedida autorização para a exploração dos remanescentes de floresta nativa, mediante a utilização de técnicas de manejo.

Art. 4° - Caberá à autoridade florestal estadual, através de estrutura própria, a implementação da política florestal e a aplicação desta lei.

Art. 5° - As florestas e demais formas de vegetação nativa existentes no território paranaense, para os efeitos desta lei, ficam classificadas em:

- a) Preservação permanente;
- b) Reserva legal;
- c) Produtivas;
- d) Unidades de conservação.

Art. 6° - Consideram-se de preservação permanente no âmbito do Estado do Paraná, as florestas e demais formas de vegetação especificadas no Código Florestal Brasileiro.

§ 1° - Compete à autoridade florestal estadual estimular a recomposição das áreas de preservação permanente degradadas ou sem cobertura vegetal, criando os mecanismos necessários.

§ 2° - Caberá ao Poder Público Estadual fornecer os meios necessários para a recomposição das áreas de preservação permanente, na pequena propriedade, cujo proprietário, comprovadamente dispuser de recursos para tal fim.

Art. 7º - As florestas e demais formas de vegetação nativa, consideradas reservas legal, devem representar, em uma ou várias parcelas, um mínimo de 20% da propriedade rural, visando a manutenção de tecido florestal a nível de propriedade, ficando seu uso permitido, somente através de técnicas de manejo que garantam a sua perpetuidade.

Art. 8º - As florestas e demais formas de vegetação nativa, consideradas produtivas, serão todas as não abrangidas nas demais formas de classificação desta lei, e visam o suprimento de matérias primas de origem florestal, necessárias ao abastecimento perene do Estado, de outros mercados, ou para uso e sustentação própria do produtor rural.

Art. 9º - As florestas e demais formas de vegetação nativa, consideradas unidades de conservação são as previstas no Código Florestal Brasileiro, nesta lei, e na lei Estadual do Meio Ambiente.

Art. 10 - Para os fins previstos nesta lei, entende-se por:

I - Diversidade biológica, a variedade de genótipos, espécies, ecossistemas e processos ecológicos existentes em uma determinada região;

II - Conservação da natureza, a utilização sustentável dos recursos naturais, objetivando a produção contínua e rendimento ótimo, condicionadas à manutenção permanente da diversidade biológica;

III - Preservação, os procedimentos integrantes das práticas de conservação da natureza que asseguram a proteção integral dos atributos naturais, admitindo apenas seu uso indireto;

IV - Manejo, a técnica de gerenciar os processos ecológicos visando atingir os objetivos de conservação da natureza e de preservação colimados;

V - Unidades de conservação, as porções do território estadual, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais de relevante valor, de domínio público ou de propriedade privada, legalmente instituídas pelo Poder Público com objetivos e limites definidos, sob regimes especiais de administração, às quais se aplicam garantias adequadas de proteção;

VI - Zona-Tampão, a porção territorial adjacente a uma unidade de conservação, submetida a restrições de uso, com o propósito de protegê-la das alterações decorrentes da ação humana nas áreas vizinhas.

VII - Florestas, nominando genericamente todas as formas de vegetação conjunta, com porte arbóreo ou superior, compostas de espécies nativas ou exóticas.

## CAPÍTULO II

### DA PROTEÇÃO FLORESTAL

Art. 11 - Qualquer árvore poderá ser

declarada imune de corte, por ato do Poder Público, ouvida a autoridade florestal, em decorrência de sua localização, raridade, beleza, importância científica ou interesse cultural e histórico.

Art. 12 - A autoridade florestal estimulará a criação de unidade de combate a incêndios florestais, a nível de municípios, propriedades ou empresas.

Art. 13 - Em caso de incêndio, rural ou florestal, que não se possa extinguir com os recursos ordinários, caberá, não só ao funcionário florestal como a qualquer outra autoridade pública estadual ou municipal, requisitar os meios materiais e convocar as pessoas em condições de prestar auxílio.

Parágrafo Único - A aplicação desta providência estende-se à defesa civil, às CIPAs (Comissões Internas de Prevenção de Acidentes) e demais organizações especializadas na preservação de combate a incêndios, públicas ou privadas.

Art. 14 - É proibido o uso de fogo nas florestas e demais formas de vegetação.

Parágrafo Único - Nos casos em que se justifique o uso de fogo para limpeza e manejo, nas áreas de floresta e demais formas de vegetação, a autoridade florestal, poderá conceder autorização para esta prática, observados os critérios de garantia de controle e segurança.

Art. 15 - A autoridade florestal estadual difundirá e normalizará o controle de pragas florestais.

Parágrafo Único - Toda constatação de focos de pragas florestais deve ser comunicada à autoridade florestal pelo proprietário rural ou responsável técnico, para as providências que se fizerem necessárias.

## CAPÍTULO III

### DA EDUCAÇÃO, PESQUISA E DIVULGAÇÃO

Art. 16 - Serão obrigatoriamente assinaladas, nos mapas e cartas oficiais do Estado e Municípios, as unidades de conservação públicas.

Art. 17 - O Poder Público Estadual, distribuirá, gratuita e obrigatoriamente, exemplar desta lei, a cada 04 (quatro) anos, para todas as escolas de primeiro e segundo graus, públicas e privadas, sindicatos e associações rurais de trabalhadores e patronais do Estado do Paraná, bibliotecas públicas, prefeituras municipais, acompanhada de amplo processo de divulgação e explicação do seu conteúdo e dos princípios de conservação da natureza.

Art. 18 - A autoridade florestal promoverá a semana da árvore, divulgando a importância ecológica, social e econômica das florestas e suas formas de proteção e utilização racional, no período coinciden-

te com o dia 21 de setembro, ressaltando a forma correta de conduzi-las e perpetuá-las.

Art. 19 - O Poder Público promoverá, nas instituições de ensino, em todos os municípios, durante todo o ano letivo, a conscientização pública de forma permanente, divulgando os princípios florestais e fornecendo o material didático necessário.

Art. 20 - Compete à autoridade florestal, a orientação e criação de museus e jardins botânicos representativos dos principais ecossistemas do Estado, a nível de microrregião, visando a pesquisa, educação e divulgação da importância das florestas.

Art. 21 - Caberá a autoridade florestal incentivar a solução de problemas comuns relativos aos aspectos florestais a celebração de acordos, convênios ou consórcios.

Art. 22 - O Poder Público formará técnicos de nível médio e de outras modalidades para atuarem nas atividades suporte de implantação, manejo, conservação, administração de unidades de conservação, exploração e utilização das florestas.

Art. 23 - O Poder Público fomentará a realização de pesquisas florestais através da integração dos órgãos existentes no Estado, sob a coordenação da autoridade florestal.

Art. 24 - Fica assegurada a difusão de informações oriundas de pesquisas florestais à comunidade rural, através da extensão e outros meios, sob a orientação da autoridade florestal.

## CAPÍTULO V

### DO REFLORESTAMENTO, MANEJO E EXPLORAÇÃO

Art. 25 - As florestas não sujeitas ao regime de utilização limitada previstas nesta lei e ressalvadas as de preservação permanente, são suscetíveis de exploração e transformação observadas as disposições legais.

Art. 26 - O plantio de árvores e o livre exercício desta atividade, quando não vinculada à reposição florestal obrigatória, ou em área de preservação permanente, será estimulada e divulgada pela autoridade florestal garantindo-se sua plena e livre utilização futura.

Art. 27 - As áreas degradadas, não classificadas como de preservação permanente, serão utilizadas prioritariamente para a implantação de programas florestais visando sua reintegração ao processo produtivo.

Art. 28 - As formações florestais, localizadas na faixa do entorno de lagoas, lagos e reservatórios de águas naturais ou artificiais, terão função protetiva, podendo no entanto, serem exploradas através

de técnicas de manejo, a critério e sob a orientação da autoridade florestal, salvo as faixas previstas como de preservação permanente com limite mínimo de 30 (trinta) metros a contar da linha d'água junto às margens.

Art. 29 - Os consumidores de matéria-prima florestal, na primeira transformação, são obrigados a efetuar direta ou indiretamente, a reposição florestal equivalente ao seu consumo.

§ 1º - Os índices de reposição florestal, relacionando os volumes consumidos com os volumes médios das florestas a serem repostas, serão estabelecidos pela autoridade florestal, quando não fixados pela legislação federal, devendo, para tanto, utilizar-se critério de área explorada com área a ser repostada, com índices mínimos da população por espécie na rotação final.

§ 2º - A reposição poderá ser realizada diretamente ou através de participação em programas executados por terceiros, devidamente aprovados pela autoridade florestal estadual ou federal.

§ 3º - A autoridade florestal estimulará os programas de reposição executados de forma coletiva através de cooperativas ou associações, envolvendo pequenos e médios proprietários rurais.

Art. 30 - Quando a reposição florestal for recolhida diretamente à autoridade florestal na forma de cota, taxa, multa, ou outra modalidade, os valores recolhidos reverterão exclusivamente no plantio específico de florestas a qualquer título, preferencialmente no município de origem da floresta que determinar o recolhimento.

Art. 31 - As florestas plantadas, vinculadas oficialmente a programas industriais e reposição florestal, com densidade florestal superior à população da rotação final, são isentas de reposição florestal nas colheitas, ou desbastes intermediários, observando-se que a reposição florestal aplicada ao corte final, garanta a manutenção equivalente da área florestal cortada.

Art. 32 - A autoridade florestal manterá controle, estatístico e informativo, da disponibilidade e consumo de florestas e dos produtos florestais, em suas variadas formas e fases, divulgando, periodicamente, estas informações.

Art. 33 - Fica a autoridade florestal autorizada a baixar normas concorrentes com a legislação federal, para ordenar o uso das florestas nativas e demais formas de vegetação nativas, localizadas nas regiões de distribuição natural da mata atlântica, matas de araucária, matas subtropicais pluviais e região metropolitana de Curitiba, observado os critérios gerais e disposições da legislação vigente.

**Parágrafo Único** - As florestas e áreas rurais que visam exploração futura e programas de reflorestamento não vinculados a projetos específicos, em execução ou ao PIFI - Programa Integrado Floresta Indústria, previsto na legislação federal, serão considerados em uso, desde que seu proprietário declare à autoridade florestal, seus objetivos para a utilização efetiva, definindo o prazo futuro para utilização.

**Art. 34** - A mata atlântica não localizada em área de preservação permanente, é suscetível de exploração através de técnicas de manejo que garanta a estabilidade e perpetuidade deste ecossistema, obedecendo os critérios estabelecidos pela legislação vigente e normas específicas estabelecidas pelo Poder Público.

§ 1º - Além da caracterização da tipologia florestal, as normas referidas no "caput" deste artigo, observarão a diferenciação das regiões topográficas, especialmente na planície litorânea, onde a atividade agrícola e de pecuária seja permitida.

§ 2º - A produção de palmito ("Euterpe Edulis") e da caxeta ("Tabelu Cassianoides"), será fomentada pelo Poder Público, como forma de rendimento econômico, das áreas da mata atlântica, através da divulgação, orientação e extensão.

**Art. 35** - As áreas atualmente revestidas de formações florestais nativas sem intervenção, em que ocorre o pinheiro brasileiro ou pinheiro do Paraná ("Araucária Angustifolia"), não poderão ser desmatadas de forma a provocar a eliminação permanente destas florestas, podendo ser tolerada, a exploração racional, observadas as prescrições ditadas pela boa técnica, com a garantia de permanência dos maciços em boas condições de desenvolvimento e produção.

§ 1º - Serão mantidos, à título de porta-sementes e de material genético, o mínimo de 10 (dez) indivíduos adultos em média por hectare, nas áreas remanescentes da exploração.

§ 2º - Ocorrerão a estagnação ou senilidade dos indivíduos remanescentes, devidamente, constatados pela autoridade competente, os mesmos deverão ser substituídos através de adensamento ou enriquecimento, neste caso, com população mínima-média de 100 indivíduos por hectare, mediante a constatação da autoridade florestal, até 5 (cinco) anos após o seu plantio.

**Art. 36** - A exploração, na Região Metropolitana de Curitiba, da bracatinga ("Mimosa Acabrella"), dada a sua vocação energética, será normatizada pela autoridade florestal, visando o reflorestamento intensivo das áreas degradadas e o contro-

le das florestas nativas e das reservas legais, através da técnica de manejo.

**Art. 37** - O manejo da floresta de bracatinga ("Mimosa Acabrella"), com corte raso e regeneração por alto fuste, quando não visar sua substituição por outro uso, e em área não classificada de preservação permanente, será efetuada mediante solicitação simplificada à autoridade florestal, que a apreciará dentro do prazo de 15 (quinze) dias.

**Parágrafo Único** - A aplicação do "caput" deste artigo, quando abranger o período de uma rotação, dispensará os procedimentos previstos no artigo anterior.

**Art. 38** - O manejo em florestas nativas, situadas em áreas de reserva legal, em caso de manutenção ou reposição, deverá preservar pelo menos 10 (dez) árvores por hectare em média, de espécies consideradas de relevância ecológica e econômica, além da composição florística prevista para essa modalidade pela legislação federal.

§ 1º - Nas áreas de florestas subtropicais, previstas neste artigo, utilizar-se-á, preferencialmente, nos procedimentos determinados as seguintes árvores e espécies:

- a) Pinheiro do Paraná ("Araucária Angustifolia");
- b) Imbúia ("Ocotea Porosa");
- c) Ipê ("Tabebuia App");
- d) Cedro ("Cedrella Fissilis").

§ 2º - Para as demais regiões do Estado a autoridade florestal poderá determinar as espécies de maior relevância.

§ 3º - Nas propriedades rurais, com menos de 15 (quinze) hectares, não serão aplicadas as disposições deste artigo.

**Art. 39** - As espécies escolhidas para a manutenção ou reposição previstas no artigo 38, poderão estar localizadas em bloco ou distribuídas aleatoriamente na área de reserva legal, observada a densidade média mínima prevista.

**Parágrafo Único** - A manutenção ou reposição, previstas neste artigo, poderá ser feita através de conservação de indivíduos adultos ou em desenvolvimento durante a fase operacional do manejo, ou através da condução de regeneração natural, adensamento ou outras técnicas silviculturais.

**Art. 40** - Após cinco anos do término da execução do período de manejo, a autoridade florestal poderá fazer a verificação prevista no artigo 38, em qualquer fase de desenvolvimento da espécie.

§ 1º - Constatada a não existência a população média prevista, será exigido do proprietário o plantio imediato dos indivíduos necessários para a complementação da população média prevista, podendo neste caso, ser determinada a espécie para o plantio.

§ 2º - Caso não seja atendida a providência do parágrafo anterior, o Poder Público poderá efetuar o plantio diretamente, correndo todos os custos por conta do proprietário infrator.

Art. 41 - A autoridade florestal definirá as zonas prioritárias de desenvolvimento florestal onde está estimulado este tipo de atividade através de Macrozoneamento Agroecológico.

Art. 42 - Nas zonas de desenvolvimento florestal previstas no artigo anterior, os instrumentos de estímulo fiscal, crédito dos órgãos governamentais, programas de desenvolvimento e demais atividades de reestruturação regional, serão dirigidos preferencialmente à atividade florestal.

Art. 43 - Fica proibida a autorização para a exportação a outros países de produtos florestais "in natura" oriundos de florestas nativas, que não sofrerem nenhuma forma ou processo de beneficiamento, exceto as plantas ornamentais, atendidas as disposições legais pertinentes.

Art. 44 - Toda propriedade rural que possuir cobertura florestal, a qualquer título, superior a 60% de sua área total, poderá ser considerada "Fazenda Florestal".

Parágrafo Único - Para a classificação como Fazenda Florestal, o proprietário deverá solicitar à autoridade florestal seu registro, sem nenhum ônus, observados os seguintes requisitos:

a) Identificação da propriedade rural, com planta de localização e limites;

b) Laudo técnico de profissional legalmente habilitado, declarando a existência de cobertura florestal e sua respectiva área;

c) Declaração do proprietário que manterá, como atividade principal do seu imóvel, o manejo florestal de acordo com a legislação vigente.

Art. 45 - A fazenda florestal terá sistemática simplificada de controle pela autoridade florestal, com verificação da manutenção das técnicas de manejo, à cada 05 (cinco) anos pelo menos.

§ 1º - Por ocasião das vistorias a serem efetuadas dar-se-á prioridade à orientação por parte da autoridade florestal em detrimento da simples fiscalização.

§ 2º - Constatada a prática reincidente de não observância das técnicas de manejo poderá ser revogado o registro da Fazenda Florestal da propriedade, voltando em consequência a mesma ao regime normal de controle.

§ 3º - As fazendas florestais com áreas superiores a 500 (quinhentos) hectares, deverão manter responsável técnico de forma permanente através de profissional devidamente habilitado e qualificado.

§ 4º - A autoridade florestal fica au-

torizada a baixar normas complementares de estímulo, benefício e proteção das fazendas florestais, mantido o princípio de sua criação através desta lei.

Art. 46 - As empresas e indústrias florestais que possuírem diversas propriedades, e utilizarem as técnicas de manejo em seu todo, e que juntas se enquadrarem no percentual de cobertura florestal prevista no artigo 44, poderão enquadrar como fazenda florestal as propriedades de forma agrupada.

Art. 47 - Os proprietários de imóveis rurais com até 15 (quinze) hectares de área total, para a aplicação do previsto no artigo 241 da Constituição Estadual.

Não necessitam de prévia autorização da autoridade florestal, observada a manutenção de reserva legal e proteção das áreas de preservação permanente, neste caso, não superior a 20% da área total da propriedade.

Parágrafo Único - No caso de comercialização da matéria prima florestal, aplicar-se-á, à sistemática de declaração de origem, prevista no artigo 53, § 2º desta lei.

Art. 48 - Na distribuição de lotes destinados à agricultura, em planos de colonização e reforma agrária, não devem ser incluídas as áreas florestadas de preservação permanente de que trata esta lei, nem as florestas necessárias ao abastecimento local ou nacional de madeiras e outros produtos florestais.

Parágrafo Único - As dúvidas resultantes da definição de função florestal referidas neste artigo serão dirimidas pela autoridade florestal.

#### CAPÍTULO IV PROGRAMAS DE ESTÍMULO

Art. 49 - Todo estabelecimento domiciliado no Estado, que utilize matéria-prima de origem florestal, agrícola ou pecuária, poderá deduzir diretamente do imposto líquido devido de ICMS, a parcela aplicada diretamente na atividade de produção de mudas florestais, plantio, manutenção e melhoramento de florestas, proteção e controle de pragas e incêndios florestais, tecnologia, pesquisa, melhoramento e manutenção de unidades de conservação particulares.

§ 1º - Ficam limitadas as despesas aplicadas no "caput" deste artigo a 10 (dez) por cento do imposto líquido devido quando as atividades forem com espécies ou florestas nativas e a 5 (cinco) por cento quando forem com espécies ou florestas exóticas.

§ 2º - Poderá ser deduzido ainda, diretamente, parcela até o limite de 1 (um) por cento do imposto líquido devido, rela-



tiva a valores aplicados na atividade de entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos, voltadas à preservação e conservação da natureza, com ênfase na proteção florestal, educação ambiental e pesquisa.

§ 3º - Somente as despesas devidamente contabilizadas para fins de fiscalização, poderão ser utilizadas para a aplicação nos itens previstos no "caput" deste artigo, no Estado do Paraná.

Art. 50 - O estabelecimento que utilizar a dedução prevista no artigo anterior, salvo o disposto no parágrafo segundo, deverá aplicar no mínimo igual parcela nas mesmas atividades referidas, com recursos próprios.

Parágrafo Único - Não serão utilizados como valores aplicados nas atividades referidas neste artigo e no artigo 49, quando a floresta a ser implantada for objeto de execução de programa de reposição florestal obrigatória ou cumprimento de recomposição florestal determinado pela autoridade florestal.

Art. 51 - Constatada a aplicação indevida de recursos, ou a inexistência do programa contabilizado, o estabelecimento pagará imediatamente, na contribuição do ICMS do mês subsequente da constatação, os valores deduzidos indevidamente, devidamente corrigidos e acrescidos de multa de 100 (cem) por cento.

Parágrafo Único - O estabelecimento reincidente não poderá mais se beneficiar do incentivo contido no artigo 49.

Art. 52 - Os municípios que possuem parte de seu território ou façam limite com unidades de conservação, federais, estaduais ou municipais, ou que possuem mais de 40% (quarenta) por cento de seu território com cobertura florestal, a qualquer título, garantindo desta forma a manutenção e o equilíbrio do abastecimento hídrico da região ou do Estado, com participação equivalente em 1/6 da parcela distribuída aos municípios da arrecadação do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, de acordo com o disposto no artigo 132, parágrafo único da Constituição Estadual e artigo 158, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal.

Parágrafo Único - Os municípios que se enquadrem no perfil definido por este artigo, solicitarão ao Poder Público sua participação na distribuição prevista, que terá 60 (sessenta) dias para a concessão do benefício ou contestação.

## CAPÍTULO V DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

Art. 53 - Nas florestas plantadas, não consideradas de preservação permanente e desvinculadas de reposição florestal obrigatória, é livre a extração de lenha e demais produtos florestais ou a fabricação de carvão.

§ 1º - Para os fins definidos por este artigo, o exercício destas atividades independem de prévia autorização ou qualquer outro procedimento junto à autoridade florestal.

§ 2º - Para o eventual transporte, quando não consumido na propriedade, o produto florestal deve ser acompanhado de declaração de origem fornecida pelo proprietário rural, quando originada em área florestal não superiores a 50 (cinquenta) hectares, e declaração de origem fornecida por profissional legalmente habilitado para áreas florestais superiores.

Art. 54 - Constatada pela autoridade florestal falsidade na declaração de origem nos termos do artigo anterior, fica o proprietário rural, obrigado a imediata recomposição da área caso a mesma não possa ser explorada, ou adequar-se às normas vigentes, quando a área for suscetível de exploração racional e independentemente das demais penalidades previstas em lei e de responsabilidade do profissional que emitir a declaração de origem de forma irregular.

Art. 55 - Para a exploração, manejo ou supressão das demais florestas não mencionadas no artigo 49, observar-se-á as disposições desta lei e do Código Florestal Brasileiro, bem como as normas estabelecidas pela autoridade florestal federal e estadual.

Art. 56 - O Poder Executivo Estadual, através da autoridade florestal, em convênio com a União ou com o Município, fiscalizará a aplicação desta lei.

Parágrafo Único - Nas áreas urbanas referidas no artigo 2º do Código Florestal Brasileiro, a fiscalização é de competência dos municípios, atuando a União e a autoridade florestal estadual supletivamente.

Art. 57 - A aplicação desta lei e das demais disposições legais de proteção e conservação dos recursos naturais, poderá ser efetuada pelo proprietário rural ou seus funcionários devidamente qualificados, dentro dos limites da propriedade rural.

Parágrafo Único - Compete à autoridade florestal e policial, prestar toda assistência para aplicação deste artigo, bem como aplicar as penalidades cabíveis ao infrator.

Art. 58 - Não serão transcritos ou averbados no registro geral de imóveis os atos de transmissão "intervivos" ou "cau-



sa-mortis", bem como a constituição de ônus reais, sobre imóveis da zona rural, sem a apresentação de certidão negativa de dívidas previstas nesta lei ou no Código Florestal Brasileiro, por decisão transitada em julgado.

Parágrafo Único - Na alienação de imóvel rural, que desmembre a prioridade de seu registro atual, em áreas com cobertura florestal a qualquer título, a autoridade florestal ou profissional devidamente qualificado e habilitado verificará a manutenção da reserva legal ou sua relocação adequada.

Art. 59 - Nas propriedades onde não exista a área de reserva legal, nos termos do disposto no artigo 7º, caberá à autoridade florestal estimular sua recomposição, preferencialmente nas áreas degradadas ou de vocação florestal.

Parágrafo Único - Nas regiões onde não existam áreas de vocação florestal, a autoridade florestal poderá adotar a sistemática de reservas coletivas, públicas ou privadas, a nível de microbacias ou regiões, para gerar o tecido florestal mínimo através de sistemática específica estabelecida pela autoridade florestal.

Art. 60 - Todos os processos de solicitação à autoridade florestal, serão apreciados nos prazos previstos nesta lei especificamente, e quando não houver prazo fixado, este será de 60 (sessenta) dias, contados da data do seu protocolo, sob pena de responsabilidade, salvo nos casos de informações técnicas adicionais de outros órgãos ou do próprio interessado, em que se interromperá a contagem de tempo, desde que formalmente solicitadas.

Parágrafo Único - O indeferimento de qualquer solicitação deverá conter além da justificativa devidamente fundamentada, o laudo técnico respectivo, elaborado de forma clara e compreensível a nível de produtor rural, apontando as razões técnicas ou legais da decisão, que deverá ser assinada por profissional habilitado e qualificado, sob pena de responsabilidade.

Art. 61 - A aplicação desta lei, concorrentemente com a legislação federal, dar-se-á, preferencialmente, no mesmo processo ou projeto.

§ 1º - A autoridade florestal estadual, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da promulgação desta lei, baixará as normas de análise e trâmite com os órgãos federais pertinentes.

§ 2º - Na impossibilidade da aplicação conjunta referida neste artigo, a autoridade florestal poderá solicitar, quando for possível, processo complementar específico, caso em que, serão fornecidas as informações, documentos e levantamentos técnicos previstos nesta lei e não contem-

plados no processo junto a órgãos federais, evitando duplicidade e custos desnecessários.

Art. 62 - O não cumprimento das disposições desta lei, salvo disposições e casos específicos definidos em lei, acarretará, além das penalidades previstas na legislação federal, as seguintes penalidades que serão aplicadas pela autoridade florestal, ou entidades e municípios conveniados:

I - Notificação de infração quando o infrator for primário, acompanhada de informações técnicas necessárias e orientação;

II - Multa de 0,5 a 50 salários-mínimos vigentes para reincidentes, de acordo com a gravidade do ato a critério da autoridade florestal;

III - Interdição da atividade para sua regularização quando em área passível de utilização, recomposição ou recuperação, nas áreas de preservação permanente.

Art. 63 - As ações e omissões contrárias às disposições desta lei, na utilização das florestas, são consideradas uso nocivo da propriedade nos termos do que dispuser o Código Civil Brasileiro.

Art. 64 - Fica o Poder Público autorizado a criar e manter a estrutura própria com os recursos necessários para o cumprimento desta lei, através da autoridade florestal estadual específica, que exercerá suas atribuições de controle, fomento e extensão, dando prioridade aos aspectos de:

a) Manutenção e implantação de Unidades de Conservação;

b) Conservação do potencial genético e diversidade biológica das florestas nativas remanescentes;

c) Estímulo à produção e desenvolvimento florestal regional;

d) Apoio às indústrias e empresas florestais preferencialmente que mantenham reservas localizadas no Estado;

e) Recuperação e manutenção das áreas de preservação permanente;

f) Apoio aos municípios para estruturação dos seus sistemas florestais descentralizados.

## CAPÍTULO VI

Art. 65 - O Poder Público destinará em seu orçamento, até o ano de 1995, os recursos necessários para a efetiva criação, desapropriação e implantação do Parque Estadual das Araucárias, com área mínima de cobertura florestal original de 1.000 hectares, visando à preservação deste ecossistema e do pinheiro do Paraná ("Araucária Angustifolia"), de acordo com o que dispõe o artigo 20 das Disposições Transitórias da Constituição do Estado do Para-

Art. 66 - A autoridade florestal no Estado, será exercida pelo Instituto de Terras, Cartografia e Florestas - ITCF ou outro órgão que seja seu sucedâneo, assim definido em lei.

Art. 67 - Esta lei aplica-se de forma concorrentemente ao Código Florestal, Código Penal, lei das Contravenções Penais e demais disposições pertinentes e na Lei Estadual do Meio Ambiente.

Sala das Sessões, em 22.01.91

(a) LUCIANO PIZZATTO.

#### JUSTIFICATIVA:

Com a aprovação da nova Constituição Brasileira, através do art.23, inciso VII, os Estados e Municípios recuperaram seu direito de legislar sobre florestas e outras atividades correlatas, concorrentemente às normas da União.

A Constituição Estadual ratificou este direito, definido os princípios básicos para a conservação da natureza e exploração florestal, em especial nos seus artigos 12, inciso VI e VII, e 13, inciso VI, além de outras disposições específicas.

Desta forma, torna-se necessário a criação de uma lei florestal do Estado do Paraná, que considere os aspectos regionais das nossas florestas nativas e exóticas, além de garantir os princípios básicos de proteção, manejo correto e estímulo ao replantio e plantio de novas florestas, dentro dos princípios básicos do Código Florestal Brasileiro, Lei 4771 de 15 de setembro de 1965, com as alterações subsequentes e demais disposições da União e Leis correlatas.

Na oportunidade de se fazer uma lei de florestas, específica para nosso Estado, não podemos cometer o equívoco do controle e fiscalização, sem o devido equilíbrio com o fomento e a extensão, tratando a floresta como um fator de produção da propriedade agrícola, livre e equivalente à agricultura e pecuária, sem descuidar da sua integração ecológica, mantendo a qualidade de vida da água à atmosfera.

Os princípios definidos na legislação federal, podem ser complementados de forma a gerar mecanismos eficientes ao nosso Estado, cientes da dinâmica do tema e da necessidade de garantias para uma atividade que envolve a dedicação de décadas ou até mesmo séculos para a sua colheita.

Na análise do conteúdo desta lei, deve ser observado que o radicalismo não gera a condição básica de manejo dos recursos naturais renováveis, e que é necessário uma imensa dose de bom senso e equilíbrio, para que a lei torne-se justa e aplicável.

A adoção em seu texto de mecanismos de estímulo objetiva também manter a capacidade florestal do Estado, além de gerar recursos futuros com a colheita das nossas

florestas a serem plantadas e recursos imediatos ao Estado e Municípios, através da taxa de recursos florestais.

Torna-se necessário que o Estado, empresários, agricultores e comunidade somem esforços, cada um dedicando um pouco de si, para que tenhamos uma lei florestal que não seja base da sistematização de proibição, mas sim, a base de um uso normal, de proteção coletiva e de visão de perpetuidade que as florestas exigem.

#### PROJETO DE LEI N° 009/91

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1° - A prática de esportes náuticos no litoral paranaense em locais públicos à beira-mar, ou até 100 (cem) metros da praia, fica sujeita à prévia autorização do Poder Público, nos termos desta lei, visando o ordenamento do turismo, proteção ao meio ambiente e à segurança.

Art. 2° - As áreas referidas no artigo anterior, serão definidas pelo Poder Público Estadual, através do Conselho do Litoral, ouvidas as entidades representativas de cada modalidade esportiva, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação desta lei.

Parágrafo Único - O expediente que solicite a definição de áreas para a prática de esportes náuticos, em caráter de excepcionalidade, decorrente de campeonatos, ou outras atividades promocionais, será apreciado dentro de 30 (trinta) dias contados da data do protocolo junto ao órgão competente.

Art. 3° - O Conselho do Litoral, estabelecerá as condições de segurança e demais limitações que julgar necessárias à prática de esportes náuticos e delimitará os locais de acesso à praia de jetskis, veleiros, catamarãs, onde serão colocadas indicações físicas destes limites para orientação ao público.

Art. 4° - Os infratores das normas e condições previstas nesta lei e posteriores regulamentações, ficam sujeitos às seguintes penalidades:

I - Advertência;

II - Multa;

III - Apreensão da embarcação ou equipamento esportivo.

Parágrafo Único - As penalidades previstas neste artigo, serão aplicadas à critério e sob a orientação do Conselho do Litoral, pela Secretaria de Segurança Pública e seus órgãos afins, sendo que as multas não excederão ao limite de 1.000 BTN's.

Art. 5° - Caberá ao Conselho do Litoral, em conjunto com a Secretaria de Estado da Segurança Pública e Secretaria Es-

pecial de Esportes e Turismo, a fiscalização e o controle de aplicação desta lei.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.01.91.

(a) LUCIANO PIZZATTO

#### JUSTIFICATIVA:

A prática de esportes na orla marítima, era saudável, pela falta de regulamentação tem acarretado transtornos aos frequentadores do nosso litoral.

A variada gama de modalidades praticadas, destes esportes, na água ou à beira-mar, desde as mais inofensivas até as mais perigosas, tem sido a preocupação de muitos sem que contudo, alguém tenha tomado uma providência eficaz.

Acreditamos que o instrumento que ora propomos a esta Casa, da qual esperamos não só o apoio, mas também a contribuição que puder ser oferecida, em termos de conteúdo ou mesmo na rápida tramitação desde projeto, se constitui em medida de segurança para os desportistas profissionais ou amadores e principalmente para os demais frequentadores de nossas praias.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não havendo oradores inscritos no Pequeno e no Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Consulto o PSDB se fará uso de seu Horário.

Havendo declinado consulto o PMDB.

Declina.

Consulto o PFL.

Havendo declinado, consulto o PDC.

Declina.

Havendo declinado consulto o PDT.

Com a palavra o Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós fomos surpreendidos hoje com o noticiário da imprensa, onde quase todos os jornais abriram, em manchetes que o Governo do Estado descobriu um escândalo na Secretaria de Saúde Pública do Estado do Paraná.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, desde o início da nossa Legislatura, esta Casa recebeu muitas denúncias de que na área de Saúde Pública do Estado haviam várias irregularidades. Montou-se uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar possíveis irregularidades, na época em que o Secretário era o hoje Deputado Federal, Delcino Tavares. Aquela Comissão Parlamentar de Inquérito, quando dava já os passos para apresentar aquelas provas que eram necessárias, por manobras outras, acabou sendo desmontada a referida CPI e montou-se outra CPI, que encerrou os trabalhos e que não deu em nada. Na sequência

criou-se outra CPI que viria apurar possíveis irregularidades na área de Saúde Pública, quando o Secretário era o então Secretário Manuel de Almeida Neto. E esta Comissão Parlamentar de Inquérito chegou ao seu final, trazendo o Relatório que foi discutido e votado neste Plenário, apontando todas as irregularidades, além dessas que o Governador está anunciando hoje, na imprensa.

Era sabido que existia um sem número de irregularidades, a CPI apurou, aprovou, existem dois inquéritos policiais na Polícia Federal, onde está indiciado o ex-Secretário Manuel de Almeida Neto. E o que nós estranhamos é de que o ex-Secretário que pediu exoneração, o ex-Secretário que foi apontado e acusado por este Parlamento como envolvido em irregularidades na área de Saúde Pública do Estado, o mesmo Secretário que responde por dois processos na Polícia Federal, indiciado por peculato, não faça parte dessa relação que o Governador do Estado está colocando hoje na Imprensa.

Nós achamos muito estranho isso, porque afinal de contas a Comissão Parlamentar de Inquérito, na área da Saúde, da qual eu fui o Presidente, a Comissão encontrou as irregularidades, apontou no Relatório, existem os dois inquéritos policiais na Polícia Federal e nós somos surpreendidos quando o Governo fala hoje: - "O Governo Álvaro Dias anunciou ontem o desmantelamento de uma quadrilha". Então havia mais de uma quadrilha, supõe-se que haviam duas quadrilhas, a primeira que nós descobrimos com a CPI, com as denúncias que foram feitas, com os dois processos na Polícia Federal. Aquela primeira quadrilha não recebeu o devido acolhimento, por parte do Governador Álvaro Dias, também nas manchetes dos jornais!

Não sei porque razão, não sei porque razão o ex-Secretário ficou impune aqui nesta matéria. Aqui estão vários nomes, Francisco Xavier Beduski, Antônio Pereira Teixeira, Maurino Ferreira de Souza, Domingos Vieira Ribas, Gilberto Pagnello e João Antônio Adriano. E muitos desses nomes aqui estão inclusive apontados na nossa Comissão Parlamentar de Inquérito, e muitos deles estão juntamente com o ex-Secretário respondendo por crime de peculato na Polícia Federal. Então realmente o que me causou estranheza, não foi o Governador ter descoberto uma quadrilha na Secretaria de Saúde, o que me causou estranheza foi o que o Governador descobriu uma outra quadrilha, e aquela que estava lá e que já apurou-se tantos fatos, não mereceu, aliás nem sequer o relatório da Comissão que foi feito pelo Deputado Haroldo Ferreira, nem sequer mereceu dez linhas em toda Imprensa do Paraná, é estra-

nho realmente esta posição. O relatório aprovado pela Assembléia não teve dez linhas na Imprensa do Paraná, o Governador descobre uma outra quadrilha, isenta o ex-secretário, porque todo esse pessoal que está aqui nesta relação do Governador eram todos do mesmo time do Secretário, porque razão isentou o Secretário, somente o Governador pode nos dizer.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PDS com a palavra.

Declina.

PTB com a palavra.

Declina.

PRN com a palavra.

Declina.

PL com a palavra.

Declina.

PT com a palavra.

Concedo a palavra ao Deputado Pedro Tonelli, no Horário das Lideranças.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, demais presentes à nossa Sessão de hoje. O que me traz à tribuna é a situação que se encontra hoje, a situação de desespero que vivem os trabalhadores rurais do Estado do Paraná, os assalariados, os arrendatários, os meeiros, os pequenos proprietários e até os médios proprietários do Estado do Paraná estão vivendo uma situação de desespero, uma situação que a sua última esperança de continuar acreditando no seu futuro na terra está quase chegando ao fim. Uma das preocupações que leva a essa situação é climática, esta seca que se prorroga e que vem a agravar ainda mais a origem principal desta situação de falência dos trabalhadores rurais bem como da agricultura do nosso Estado, mas a preocupação principal Senhor Presidente, Senhores Deputados, é aquela provocada pela política agrícola desenvolvida principalmente pelo Governo Federal fazendo coro a essa política do Governo Federal, pelo Governo do nosso Estado que coloca a nossa agricultura e os nossos agricultores em situação de desespero, em situação de calamidade que é a sua única esperança é procurar o seu futuro nas periferias da cidade. É com base nessa situação e por falta de crédito, por falta de preços justos, por falta de uma política prioritária para o pequeno e médio produtor é que hoje estamos através de requerimento propondo que esta Assembléia officie Sua Excelência o Governador do Estado, bem como o Secretária da Agricultura que é responsável e co-responsável pelo desenvolvimento dos agricultores e da agricultura do nosso Estado para que providências sejam tomadas no sentido de acalmar um pouco a situação desesperadora

que vivem os nossos trabalhadores da terra.

O Governador do Estado do Paraná em final do Governo, reiteradas vezes, tem afirmado de que o Estado do Paraná fecha esta administração com superávit, então é preciso que nós dediquemos esse superávit que o Estado dispõe para acalmar esta situação desesperadora porque senão não adiantará mais nós amanhã falarmos da agricultura do Paraná nós não temos mais os nossos agricultores; se os pequenos agricultores, os sem-terra, os arrendatários, os meeiros, aqueles que produzem o alimento, aqueles que produzem a economia agrícola do nosso Estado estão falidos, desestimulados, desesperados, na favela da cidade, no desemprego, aí não adianta mais.

Então, é por isso, Senhor Presidente e Senhores Deputados que convoco a todos, vamos aprovar essa iniciativa, chamar a atenção do Secretário da Agricultura e do Governador do Estado, para que eles cumpram a sua parte, para que nós fechemos o Estado do Paraná, essa atual administração, não com superávit, mas, que nós fechemos com a política de estímulo ao pequeno, ao médio produtor, e ao trabalhador rural, sem terra, que precisa de ajuda nesse momento, que está assolando a sua vida, primeiro, com a política do Governo Federal, que é recessiva, que é uma política que desgraça a vida do agricultor, e por último, aliada a isto, as condições climáticas que não estão permitindo mais, que os nossos produtores possam nem sequer colher o produto que eles plantaram para a sua alimentação.

É por isso. Senhor Presidente, Senhores Deputados que apelamos ao bom senso dessa Assembléia para que se manifestem favoravelmente aos trabalhadores rurais do nosso Estado.

Era isto, e meu muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Senhor Basílio Zanusso com a palavra.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhor Presidente, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados.

Gostaria de fazer no Horário das Lideranças do meu Partido, Senhor Presidente, um registro rápido e da maior importância para a nossa região. Trata-se de uma crise que se abate agora, sobre a sericultura, que em alguns municípios, além de Nova Esperança se constitui na principal fonte de economia agrícola, cerca de meia dúzia de municípios, mas aqueles municípios produzem cerca de 70% da produção do Paraná.

Nós tivemos ocasiões em que os preços pagos pelas empresas não eram compensadores e, por várias vezes a Associação dos

Sericicultores tem-se manifestado, e discutido juntamente às firmas compradoras, que são poucas, são três apenas que controlam os preços naquela região, e além disso, nós temos agora o problema maior, com gravidade maior, que é a falta de distribuição de larvas necessárias para a produção de seda na região.

O argumento, às firmas Canebo, à própria Cocamar, que estão agora exigindo melhor qualidade, portanto, o fornecimento e a quantidade menor de larvas, mas os sericicultores, os agricultores da nossa região, contestam essas afirmações, entendendo a nossa região, que as larvas, as sementes, como quer que se chame, para a produção da seda estão sendo e são desviadas, encaminhadas para regiões outras, outras regiões além das fronteiras do Paraná.

Portanto, as larvas produzidas e distribuídas e fornecidas para os nossos sericicultores é em quantidade menor do que vinha sendo distribuídas e menor da quantidade que absorve a nossa área plantada em amora.

Portanto, agora, quando se faz uma campanha de ampliação dessa cultura na Região Oeste até Sudoeste, nos preocupa, nós do Norte Novo e mais particularmente da Região de Nova Esperança, que essas culturas nessas regiões novas possam sofrer brevemente o que está acontecendo na nossa região. Resumidamente, as firmas, que são poucas, menos de quatro ou cinco, estão distribuindo as larvas em quantidade inferior à capacidade que nós temos de produção em amoras. Portanto, nós não estamos entendendo como na região pioneira há mais de dez anos que se produz seda, e para se ter uma idéia só em Nova Esperança temos mais de mil e quinhentos barracões, estão propondo agora, com argumentos pouco convincentes, que essa cultura deva ser levada até alguns municípios do Oeste e do Sudoeste.

Quero informar, ao encerrar as minhas palavras, Senhor Presidente, que a Secretaria da Agricultura já tem conhecimento. Levamos ao conhecimento do Senhor Secretário da Agricultura a nossa preocupação, muito mais do que a nossa preocupação, a de uma região inteira, esperando providências do Governo do Estado. E agora, recentemente, os Prefeitos municipais daquela nossa região de Nova Esperança e Maringá já iniciaram até trabalho nos municípios produtores de um levantamento geral para se conhecer a realidade da produção não só da região, mas particularmente de cada município: área plantada, famílias que lá trabalham e se dedicam à sericicultura.

Portanto, Senhor Presidente, sem dados maiores, queria deixar nesta Casa o

registro desta preocupação, em que espero não apenas deste Deputado, mas de toda esta Casa, dada a relevância do assunto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerrado o Horário das Lideranças. Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 48 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de resolução de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, com apoio do Senhor Deputado Cândido Bastos, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em n. de 02 (dois), de autoria do Senhor Deputado Luciano Pizzatto, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

A Mesa registra com satisfação a presença de dois novos Senhores Deputados: Antonio Colaço Vaz e Nelson Garcia.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, aproveito a oportunidade para registrar e dar boas vindas à turma de formandos de Pérola do Oeste que visita, no dia hoje, este Poder, acompanhando o desenvolvimento desta sessão na Assembleia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa fará registrar a presença dos formandos de Pérola do Oeste.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) Eu queria registrar com satisfação a presença do novo Deputado Ernani Pudell e que a sua presença sirva de ânimo para iniciar a próxima legislatura.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa registra com satisfação. Esperamos que o Deputado Ernani Pudell siga a trilha do seu tio, que também foi Deputado Estadual, por sinal um grande Deputado.

O SR. NILTON BARBOSA - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu gostaria de registrar também nos Anais da Casa a presença do Vereador de Umuarama, Aragão Filho.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está re-

gistrada a presença do Vereador de Umuarama.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luciano Pizzatto, constante do expediente, solicitando preferência de votação para os Projetos de Lei ns. 323/89 e 005/91, bem como para o Projeto de Resolução n. 004/91. Aprovado.

De conformidade com o requerimento de preferência de votação acima aprovado:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n. 323/89, de autoria do Deputado DAVID CHERIEGATE, que dispõe sobre a criação, incorporação, fusão e desmembramento dos municípios e dá outras providências. (Na forma da EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO). Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - (Pela Ordem) Senhor Presidente, eu gostaria de registrar o meu voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Devidamente registrado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 005/91, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que altera a redação do memorial descritivo contido no artigo 1.<sup>o</sup> da Lei n. 9.444, de 20.11.90, que cria o município de Jardim Paulista. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 004/91, de autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, que torna obrigatório aos deputados e funcionários o uso de traje de passeio completo durante as sessões plenárias. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 003/91, de autoria do Deputado ARTAGÃO MATTOS LEAO, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no município de Palmital, para que a respectiva população decida sobre a criação do município de Laranjal. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 374/90, de autoria do Deputado RENATO ADUR, que declara de Utilidade Pública a Federação das Associações e Cooperativas de Artesãos do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

## COMISSÃO GERAL

## PROJETO DE LEI N° 374/90

## PARECER:

De autoria do nobre Deputado Renato Adur, a proposta em tela tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Federação das Associações e Cooperativas de Artesãos do Paraná.

Encontra-se o processado em conformidade com a legislação vigente, que estabelece as normas para declaração de Utilidade Pública, ou seja a Lei n. 6.994/78, bem como com as normas ditadas pela Constituição Estadual.

Neste sentido, esta Comissão Geral, ao ser chamada, vem a se manifestar favoravelmente, sendo pois pela APROVAÇÃO ao Projeto de Lei n. 374/90.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 21.01.91.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

HERMAS BRANDÃO

Relator

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 004/91, de autoria dos Deputados RENATO ADUR e NAMIR PIACENTINI, que cria o município de Mato Rico e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

## COMISSÃO GERAL

## PROJETO DE LEI N° 004/91

## PARECER:

De autoria dos Ilustres Deputados Renato Adur e Namir Piacentini, o plano de lei em tela tem por objetivo criar o Município de Mato Rico e dá outras providências.

Nos planos legal, constitucional e regimental, o processado encontra-se em condições de receber o total apoio desta Casa de Leis, vindo pois a receber pronunciamento favorável por parte da Comissão Geral que foi chamada a opinar.

Assim sendo, somos pela APROVAÇÃO ao Projeto de Lei n. 004/91.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 21.01.91.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

HERMAS BRANDÃO

Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 006/91, de autoria da COMISSÃO ESPECIAL INTERPARTIDÁRIA DO SISTEMA FINANCEIRO DO ESTADO DO PARANÁ, que aprova o relatório final da referida comissão.



## PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 006/91

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

## R E S O L V E:

Art. 1° - Fica aprovado o relatório final da Comissão Especial Interpartidária que estudou o Sistema Financeiro do Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.01.91.

(a) Comissão Especial Interpartidária do Sistema Financeiro do Estado do Paraná

COMISSÃO ESPECIAL INTERPARTIDÁRIA  
SISTEMA FINANCEIRO ESTADUAL  
RELATÓRIO

"NABUCODONOSOR queria impor ao país a sua maneira de ver as coisas. Conseguiu para isso o apoio dos prefeitos e governadores, dos juizes e juristas, dos conselheiros e banqueiros, e de todas as autoridades. Ele decidiu construir uma estátua a ser aclamada e adorada por todos como Deus. Quase conseguiu o seu intento. O país inteiro já o aclamava. Não fosse um pequeno povo, exilado e peregrino, vivendo como estrangeiro, sem raiz, na terra do Grande Rei." (Dn. 3,1-7).

COMISSÃO ESPECIAL INTERPARTIDÁRIA  
PARA ESTUDAR O  
SISTEMA FINANCEIRO ESTADUAL

Presidente: NEIVO BERALDIN - (PMDB)

Vice-Presidente: ALGACI TÚLIO - (PDT)

Relator: RUBENS BUENO - (PSDB)

Sub-Relator: BASÍLIO ZANUSSO - (PFL)

LUCIANO PIZZATTO - (PRN)

PEDRO TONELLI - (PT)

EDUARDO BAGGIO - (PDC)

EZEQUIAS LOSSO - (PL)

LUIZ ALBERTO M. DE OLIVEIRA - (PDS)

ERONDY SILVÉRIO - (PTB)

## ÍNDICE

I	- INTRODUÇÃO.....	01
II	- RESUMOS DOS DEPOIMENTOS	
	2.1 - BADEP - Banco de Desenv. do Paraná S/A.....	03

2.2	- BANESTADO - Banco do Est. do Paraná S/A.....	08
2.3	- BRDE - Banco Reg. de Desenv. do Extremo Sul.....	13
2.4	- SEFA - Secret. de Estado da Fazenda do Paraná.....	18
2.5	- BACEN - Banco Central do Brasil.....	24

III	- CONSTATAÇÕES A PARTIR DOS DEPOIMENTOS.....	30
IV	- FATOS IMPORTANTES.....	34
V	- CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	37
VI	- CONCLUSÕES.....	41
VII	- RECOMENDAÇÕES.....	43

RELATÓRIO DA COMISSÃO ESPECIAL INTERPARTIDÁRIA PARA ESTUDO DO SISTEMA FINANCEIRO DO ESTADO DO PARANÁ

## I - INTRODUÇÃO

Esta Comissão Especial Interpartidária foi criada e aprovada no dia 28.12.90 e instalada em 07.01.91, a partir de requerimento do Deputado Rubens Bueno, em consequência da Mensagem n° 189/90, de 05.11.90, encaminhada pelo Senhor Governador do Paraná à Assembléia Legislativa. Na Mensagem, o Poder Executivo solicita autorização para proceder à retirada do Estado do Paraná como participante do BRDE, ou sua liquidação ordinária.

Apenso à Mensagem, o Senhor Governador encaminhou anteprojeto de lei, em cujo artigo 2° propõe que o acervo líquido do BRDE, que couber ao Estado do Paraná, seja destinado prioritariamente ao reforço do patrimônio do BADEP.

Deveu-se o requerimento à falta de informações e de justificativas suficientes no corpo da mensagem, que pudessem embasar adequada e consistentemente a decisão da Assembléia Legislativa.

A finalidade da Comissão é, portanto, a de elaborar estudos, efetuar relatório e emitir parecer conclusivo para apreciação no plenário da Assembléia, com o propósito de instruir a votação do projeto de lei, enfocando a questão do BRDE dentro do contexto do Sistema Financeiro Estadual e de sua inserção no processo de desenvolvimento da Região Sul do País.

Fatos novos viriam fortalecer a proposta de instalação da Comissão.

Em 03.01.91, o Senhor Governador do Estado anunciou, a pretexto de complementar a reforma administrativa do Executivo Estadual, a decisão de extinguir o BADEP, o que, somando-se à saída do Paraná do BRDE, levaria à criação de uma Carteira de

Fomento no BANESEADO, para suprir as funções dessas instituições de desenvolvimento.

Para poder cumprir com a sua finalidade, a Comissão deliberou convocar e ouvir os representantes das instituições que compõem o Sistema Financeiro Estadual, ou seja, a Secretaria da Fazenda, o BADEP, o BRDE e o BANESEADO.

Deliberou a Comissão, ainda, convocar os representantes do BACEN, a falarem sobre a extinção do BADEP e sobre a retirada do Paraná do Convênio CODESUL/BRDE.

Foram ouvidos os representantes do BADEP, BANESEADO, BRDE, SEFA e BACEN.

Na sequência, sintetizamos os pontos principais colhidos nas entrevistas realizadas:

## II - RESUMOS DOS DEPOIMENTOS

### 2.1 - BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ S/A - "BADEP"

No dia 08.01.91, a Comissão Interpartidária ouviu representante dos funcionários, Jorge Guerra, e o Diretor Geraldo Molina do BADEP. De um dos documentos de 54 páginas de anotações taquigráficas, extraíram-se os seguintes tópicos:

JORGE GUERRA (J.G.) - Representante eleito dos funcionários no Conselho de Administração do BADEP.

(J.G.) - A notícia veiculada da extinção do BADEP causou perplexidade entre os funcionários que conhecem o Banco há tanto tempo. Um órgão de fomento que, em 28 anos, financiou 12.800 empresas (pequenas, médias e grandes) mostra a eficiência de sua equipe técnica. A alegação de que o banco foi usado não procede, porque, do total dos ativos atuais, 76% são dirigidos ao setor privado, além de aplicações no social, atendendo a projetos sociais e aos sem-terra. Salientou que o BADEP é o maior aplicador de recursos do BNDES e o 5º aplicador de recursos FINAME a nível nacional, incluindo aí todos os bancos do país (privados e públicos) e inclusive possuindo uma só agência em Curitiba. (pág. 1 e 2)

(J.G.) - Das 12.800 empresas, os problemas concentram-se em três, sendo duas públicas (CIC e CODEL) e uma privada (ATALLA). Se o BADEP recebesse seus créditos junto à CIC e CODEL, seria o melhor BD do país. Sobre o grupo Atalla, cabe ressaltar que o projeto, na época, era viável. As dificuldades maiores foram decorrentes do preço do açúcar que despencou de US\$ 1.000/ton para US\$ 180/ton hoje. Além disso, o IAA, que prometera investir re-

ursos no projeto, não o fez. O projeto CIC está realizado, gerando 13% de toda arrecadação de ICMS do Estado. O projeto CODEL está com a Rodoviária concluída, beneficiando toda a região. (pág. 4 e 5)

(J.G.) - BADEP e BRDE sempre convivem numa concorrência salutar, pois seus objetivos são comuns. O que é impossível misturar é BD com banco comercial, portanto, a visão é totalmente diferente. Enquanto o BADEP aplicou todos os seus recursos do BNDES, o BANESEADO não o fez, pois o longo prazo não lhe interessa. Esta eliminação dos bancos de desenvolvimento fez com que, desde outubro/1990, o Paraná esteja perdendo 1,3 bilhões de cruzeiros por mês, pois até então o BADEP aportaria na economia paranaense 185 milhões de BTN's. O BADEP tentou aplicar os recursos do BANESEADO e este não concordou. (pág. 6, 7, 8 e 9)

(J.G.) - O BADEP tem 326 funcionários, dos quais 236 são técnicos (admitidos por concurso público), com 17 anos de casa, de alto nível, com cursos de pós-graduação em diversas especialidades. O Banco está com uma estrutura mínima, enxuta. Não contrata pessoal técnico há oito anos, tendo dispensado, nos últimos quatro anos, 100 pessoas. (pág. 10, 11 e 12)

(J.G.) - Quando perguntado sobre que opinião emitiria como relator sobre a extinção da Instituição, respondeu que a COPEL, a Secretaria da Ind. e Com. nasceram no BADEP. Portanto, extinguir uma Instituição desta não é a forma mais adequada de se atender o empresariado paranaense. (pág. 13, 14 e 15).

GERALDO MOLINA (G.M.) - Diretor de Investimentos do BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ S/A - "BADEP"

(G.M.) - Embora me preocupem os funcionários, minha maior preocupação são as empresas que, com a extinção do BADEP, ficam sem uma importante fonte de recursos. Preocupam-se os programas em andamento que serão paralisados (telefonia rural, armazenagem e irrigação). Preocupa-me a solução de continuidade, no momento em que se propõe extinguir o BADEP e criar uma Carteira de Desenvolvimento no BANESEADO, sabendo-se que os objetivos de Banco Comercial e BD são incompatíveis. O maior objetivo do BADEP é propiciar oportunidades de emprego a um maior número de pessoas dentro do Estado. O que vem sendo feito com competência, pois, no Governo Álvaro Dias, o Banco, de 7º no "ranking" nacional de BD's, hoje é o 2º, apenas atrás do DESEMBANCO, da Bahia. (pág. 15)

(G.M.) - Conforme o boletim estatístico do BNDES, do mês de novembro, o BADEP é o 1º colocado no País. É lamentável que a assessoria do Governador o esteja informando de maneira equivocada, pois o Banco não é só um escritório de repasse, ele desenvolve programas como os de telefonia rural, irrigação e armazenagem, que representam 100 milhões de dólares nos próximos quatro anos. (pág. 16, 17 e 18).

(G.M.) - Diz-se que o BANESTADO sustenta o BADEP. Na verdade, o que acontece é que ele está repassando recursos que o Estado deve ao BADEP do contrato CODEL. Ao invés de extinguir o Banco, eles deveriam extinguir a dívida. (pág. 20 e 21)

(G.M.) - O BANESTADO tem limites operacionais para operar com o BNDES através do FINAME. O BADEP aplicou todo o seu limite e, no interesse da economia do Estado, com base na resolução 731 do BNDES, solicitou a possibilidade de aplicação do limite do BANESTADO, através de convênio. A Diretoria do BANESTADO não acolheu a proposição e 150 milhões de BTN's deixaram de ser aplicados pelo BADEP. (pág. 22 e 23)

(G.M.) - Esta situação pode ser normalizada, desde que haja uma decisão política do Estado, no sentido de preservar o seu Banco, ou até mesmo dar um novo desenvolvimento ao sistema financeiro do Estado se for configurado um processo de liquidação extra-judicial, o que, acreditamos não acontecerá. Ele seria catastrófico para o Estado do Paraná. (pág. 23)

(G.M.) - Além da COPEL (Usina Segredo) e TELEPAR (Telefonia Rural), aproximadamente 300 empresas com contratos em andamento têm paralisadas 492 milhões de BTN's, desde dezembro. (pág. 29)

(G.M.) - O BADEP liquidou, junto ao BANESTADO, 50% de seus débitos. O Banco tem recursos sustentáveis, ele tem créditos sustentados por recursos próprios, que não são só recursos de repasse do BNDES. Ele tem como, pela via administrativa comum, equacionar esta posição, desde que haja vontade e competência política para isto. (pág. 29)

(G.M.) - No caso do BANESTADO, como ele tem um perfil de aplicação bastante diferente, ele atua com operações de capital de giro, em curtíssimo prazo. E quando eu dizia, apenas para exemplificar, que o BANESTADO não aplicou o recurso para que tinha limite no BNDES, é porque isto não faz parte da filosofia de um banco comercial. O BADEP aplica bastante porque se

interessa e persegue os investimentos a longo prazo. Não é esta a filosofia de um banco comercial.

Então, a filosofia de um BD é totalmente conflitante com a filosofia de um Banco Comercial. (pág. 30, 31)

(G.M.) - A função de um Banco de Desenvolvimento é indelegável, porque não se tem é quem faça esse tipo de operação. O BANCO BRASILEIRO DE DESCONTOS S/A - BRADESCO, se credencia através de seu Banco de Investimentos para repassar recursos do BNDES, mas, no "ranking" apresentado, ele aparece em 13º lugar. O BADEP em primeiro, com 326 funcionários e o BRADESCO, tem não sei quantos mil funcionários e uma capilaridade muito grande; mas ele não tem interesse, porque isto aqui é apenas um produto a mais que ele tem, que dá rentabilidade muito pequena para ele. É difícil aceitar que haverá uma equivalência na atuação; é simplista a afirmação de que o BANESTADO substituirá com vantagem a atuação do BADEP. (pág. 31, 32)

(G.M.) - A questão de eficiência do Banco que apenas é um escritório de repasse, ele (o BADEP) é um escritório de repasse, mas está desempenhando com competência a sua função. (pág. 32)

(G.M.) - Fusão ou incorporação BADEP/BRDE ou BRDE/BADEP são perfeitamente possíveis. E, entre optar por ficar sem nenhum Banco e ficar com os dois, eu ficaria com os dois, pois sempre convivemos pacificamente. Veja-se o programa do alodão em 1984. (pág. 34)

(G.M.) - Tem sido citado que o EXIMBANK, do Japão, tem 40 funcionários, porém é um banco de exportação. Não tem a ver com o fomento. O Japão não necessita de financiar no setor industrial. O aproveitamento dos técnicos do BADEP é excelente, não é um banco inchado. (pág. 35)

(G.M.) - Veja, a dívida da Cidade Industrial é de US\$ 105 milhões. É uma parte. Ou que o Estado nos pague os 25 milhões de dólares da CIC. Ou o Estado ou o Município de Curitiba. Ou os dois. (pág. 36)

(G.M.) - Hoje, 95% dos recursos do BADEP são repasses do BNDES (do Governo Federal), pois o Estado praticamente nada capitalizou nos últimos anos. Seria desejável que este nível de dependência do Governo Federal fosse menor. (pág. 38)

(G.M.) - 12 milhões de dólares de aumento de capital é inexpressivo para um saldo de aplicações de 860 milhões de dó-

lares. A relação investimento no setor privado e setor público é também bastante favorável. Hoje, em torno de 90 a 95% é no setor privado, os 10% ou 5% do setor público são exclusivamente da operação da COPEL, da Usina de Segredo, que é uma obra altamente interessante para o setor produtivo. (pág. 38)

(G.M.) - O Estado não coloca nenhum centavo para custeio do BADEP. O Banco gera recursos para fazer frente a esses compromissos. O Banco vem sistematicamente trabalhando com lucro em seus balanços em todos os exercícios. (pág. 39)

(G.M.) - Historicamente, o BADEP, ao longo de 29 anos de existência, nunca atrasou nenhum centavo junto ao BNDES. Os atrasos que se iniciaram em dezembro de 1990 são decorrentes da situação anteriormente comentada.

A dívida com o BACEN tem seu equacionamento definido e aprovado por aquela Instituição desde março de 1990, já no Governo Collor. A implementação do equacionamento, porém, está condicionada ao entendimento entre o Estado e a Prefeitura Municipal que devem assumir suas responsabilidades ante o BADEP com respeito à CIC e CODEL, o que viabiliza o fluxo de caixa do BADEP. (pág. 42, 43)

Rubens Bueno: O que é estranho no caso CIC é que, quando os prefeitos eram ligados partidariamente ao Governo do Estado, a CIC não pagou (desde 1983) o BADEP e este não tomou nenhuma providência, só exercendo seu poder de procuração para reter o ICM, a partir de 1988, quando assumiu a Prefeitura um partido de oposição ao Governo Estadual. (pág. 45)

(G.M.) - A partir de jan/89, o BADEP resolveu exercer o seu direito de retenção do ICM para se ressarcir junto à CIC e viabilizar o seu fluxo de caixa. Em junho/90, porém, a Prefeitura Municipal de Curitiba conseguiu uma liminar suspensiva, que nós contestamos, mas que nos obrigou a interromper a retenção daquele tributo. Já naquele mês sabíamos que, uma vez obedecida a liminar, teríamos problemas de caixa que efetivamente surgiram em dezembro, quando ficamos impossibilitados de pagar o BNDES, com quem os débitos em atraso somam hoje US\$ 12,0 milhões.

Enquanto os recursos eram abundantes e os custos suportáveis, o BADEP recorreu ao mercado para suprir esses atrasos da CIC, só recorrendo ao direito de retenção em 89 porque a captação estava inviável. Isto demonstra que o ato de jan/89 não tem qualquer conotação política. (pág. 46 e 47)

(G.M.) - O BADEP pode auto-sanear-se, desde que haja vontade de preservá-lo, pois ele tem recursos para receber. Se a Prefeitura Municipal e o Estado assumirem e pagarem efetivamente os seus compromissos junto ao Banco, o fluxo de caixa deste se viabiliza, uma vez que os débitos imediatos do BADEP podem ser rescalonados.

O caso Atalla também está sendo analisado e tem-se tentado uma solução pelas vias de entendimento, uma vez constatadas as dificuldades pelas vias judiciais. O BADEP não é o único credor do Grupo. Está-se tentando uma solução em conjunto com os demais bancos.

As dívidas com o BANESTADO, que não são de hoje, em torno de Cr\$ 7,5 bilhões, têm embutidos Cr\$ 2,0 bilhões decorrentes de um diferencial entre a taxa média de mercado e a efetivamente cobrada por aquela Instituição. O BANESTADO tem-nos cobrado taxas maiores que as maiores taxas de mercado. Então, o BADEP tem sido uma usina de lucros para o BANESTADO. (pág. 48, 49 e 50)

## 2.2 - BANCO DO ESTADO DO PARANÁ S/A "BANESTADO"

Em 08.01.91, compareceu perante a Comissão, o Senhor José Pio Martins, representando o Presidente do BANCO DO ESTADO DO PARANÁ S/A. De um documento de 50 páginas de notas taquigráficas, extraímos os seguintes tópicos que expressam o depoimento daquele representante do BANESTADO. Quando a idéia for de algum dos Deputados, este será expressamente nominado.

### 1 - JOSÉ PIO MARTINS (J.P.)

(J.P.) - BRDE e BADEP não são a rigor Bancos; são apenas escritórios de repasses de poupanças administradas pelos organismos federais. (pág. 3)

(J.P.) - No momento em que a CIC, CODEL, ATALLA e outros deixaram de pagar o BADEP, ele recorreu ao BANESTADO que por sua vez também, em determinado momento, parou. Aí começou o drama do BADEP. (pág. 4) Configurou-se a insolvência técnica. (pág. 8)

(J.P.) - Os três problemas do BADEP.

a) Resultado: contabilizou muitos créditos que não vinha recebendo e que não se transformavam em caixa.

b) Patrimônio: este se diluiu em pagamentos ao BNDES dos créditos que ele (BADEP) não recebia.

c) Caixa: quando o BACEN cessou o seu socorro ao BADEP e, em seguida, o BANESTADO também, começaram efetivamente os

problemas de caixa do BADEP que tem créditos mas que não recebe.

O BACEN vem insistindo há muito tempo, e eu sou testemunha disso, que o BADEP tem que resolver esses três problemas. BACEN: "Vocês têm até 30 de novembro para resolver o problema do BADEP, caso contrário eu vou lá e liquido..."

O Estado, em 28 de novembro respondeu: "Não tenho como colocar US\$ 100,0 milhões no BADEP..." se o Banco não receber seus créditos.

Quando a liquidação era inevitável, o Governo do Estado tentou tirar vantagem, fazendo uma série de exigências para apoiá-la. (pág. 6, 14)

(J.P.) - Para rolar US\$ 124,0 milhões do BADEP, o BACEN fez duas exigências:

- a) Eliminar a dualidade;
- b) Sanear ou liquidar o BADEP. (pág. 9)

(J.P.) - O BADEP, por ser um banco de desenvolvimento, corre riscos, assume o longo prazo em projetos que podem não dar certo... O BNDES não corre riscos. Quer seu dinheiro de volta. No caso do BADEP, duas operações maiores que o seu capital e que deram errado, inviabilizaram o Banco. (pág. 9)

(J.P.) - O BRDE é uma anomalia jurídica, como autarquia. (pág. 10)

(J.P.) - O problema do BRDE foi que os governos pegaram dinheiro e não pagaram. O BACEN autorizou outra anomalia e o BRDE foi captar mercado com custos que começaram a elevar-se até inviabilizarem as operações. O BADEP também entrou nesta linha. (pág. 10)

(J.P.) - O BACEN acha irregular o BADEP existir como autarquia. (pág. 11)

(J.P.) - Se o BANESTADO tivesse estancado os recursos para o BADEP há um ano atrás, esse desfecho teria acontecido há um ano e não agora. (pág. 13)

Luciano Pizzatto: "Se o Governo queria sair do BRDE para ficar com o BADEP, eu até concordava, pois estava eliminando a dualidade. Mas, extinguindo o BADEP, chegamos à nulidade em termos de desenvolvimento, pois sabemos que a filosofia dos bancos comerciais não se afina com a de Banco de Desenvolvimento." (pág. 14 e 15)

(J.P.) - O Estado deve ter um banco de desenvolvimento. Concordo que suas funções são diferentes das de um banco comercial. O BD assume riscos e o longo prazo, enquanto o Banco Comercial quer o lucro e o

curto, curtíssimo prazo. Tanto que se houver uma carteira de desenvolvimento dentro do BANESTADO, ela não pode jamais prejudicar os resultados do Banco Comercial. (pág. 18 e 19)

(J.P.) - Se se criar uma carteira e se puser o dinheiro da sociedade em projetos de longo prazo, daqui a alguns anos quebramos o BANESTADO. (pág. 19)

(J.P.) - Hoje, eu daria parecer contrário à emissão de US\$ 100,0 milhões de títulos do Estado para sanear o BADEP. (pág. 16/23)

(J.P.) - É possível o BACEN rolar a dívida do BADEP, contanto que haja o comprometimento do Estado. E mais: o BADEP tem 3.500 contratos a se vencerem. O BANESTADO não pode assumir o risco da inadimplência futura deles. Ele pode ser um mero administrador, o controlador que sustente. (pág. 23)

Luciano Pizzatto: Não é ingenuidade pensar que o Governo Federal vai ficar com o problema dos financiamentos e possíveis inadimplências, enquanto o Estado fica com a parte boa (empregos, impostos...)? (pág. 23)

(J.P.) - O termo extinção não é adequado para o caso do BADEP. Aí tratar-se-ia de uma liquidação, onde o liquidante entra e, se os problemas forem resolvidos, ele sai e a instituição volta a operar normalmente. (pág. 24)

Luciano Pizzatto: Se a liquidação/extinção do BADEP depende do BACEN, isto não é parte da reforma administrativa, uma vez que foge ao querer do Executivo. (pág. 24)

(J.P.) - Os funcionários do BADEP não podem ser absorvidos pelo BANESTADO por problema de isonomia. O mais correto é a administração direta absorvê-los, uma vez que o Estado terá muitos técnicos aposentando-se. (pág. 26 e 27)

(J.P.) - Não há outra alternativa: ou extingue o BADEP ou saneia para o BACEN rolar a dívida. O Estado já declarou que não tem e não vai pôr dinheiro no BADEP. Então, a liquidação extrajudicial é inevitável. (pág. 29)

(J.P.) - O Estado não põe dinheiro no BRDE para pagar seus custos, embora este deva US\$ 51,0 milhões ao Estado. Eu vou deixar de falar em BRDE porque ele e o BANESTADO nada têm a ver - quem deve ao BANESTADO é o BADEP. (pág. 30)

(J.P.) - O BRDE, para o BACEN, é uma anomalia jurídica que só os três Estados têm. Rio Grande do Sul e Santa Catarina endividaram-se no BRDE; o Paraná, pelo contrário, tem créditos. (pág. 30)

Luciano Pizzatto: "Santa Catarina e Rio Grande do Sul foram mais ágeis em usar o Banco." (pág. 31)

Rubens Bueno: "Estou aqui com todos os documentos do BACEN e nenhum deles fala na extinção do BADEP. Não seria de se tentar junto ao BACEN um reescalonamento nos mesmos moldes (do BRDE) e incorporar o BADEP ao BRDE, salvando-se a autarquia?" (pág. 32/33)

(J.P.) - O BACEN não aceita, inclusive a Receita Federal é contra, porque autarquia não paga Imposto de Renda. (pág. 33)

(J.P.) - Essa dívida que o BADEP tem para com o BANESTADO lhe traz prejuízo todo mês, porque o custo é muito alto e é uma dívida de curto prazo. (pág. 32)

(J.P.) - Independente de incorporação BADEP/BRDE ou BRDE/BADEP, ter um banco estadual (de desenvolvimento) é perfeitamente viável. Antes disso, porém, é necessário sanear o passado e a única forma disso é o Governo do Estado assumir as duas dívidas (BANESTADO e BACEN). Não precisa pagar já. (pág. 33)

Rubens Bueno: "... nós não podemos abrir mão jamais de um Banco de Desenvolvimento." (pág. 34)

(J.P.) - Concordo. Só que eu optarei por um BD só do Paraná. (pág. 34)

Rubens Bueno: Mas aí há um detalhe. Um Banco Regional pode ajudar-nos a influenciar contra as decisões nacionais de favorecimento a outras regiões, como o Nordeste; com a saída do Paraná do BRDE, nós estaríamos abrindo mão de um processo de fortalecimento da Região Sul. Isto é perigoso. (pág. 35)

(J.P.) - O dinheiro que o BANESTADO dá para o BADEP é captado no mercado (CDI) a juro comercial caríssimo e inviabiliza mais o BADEP. (pág. 35)

(J.P.) - O BANESTADO teria lucro com as operações do BADEP se recebesse, mas o BADEP não tem como pagá-lo. (pág. 37)

(J.P.) - A única forma de o BADEP pensar em existir é saindo de suas dívidas. (pág. 43)

(J.P.) - Não se pode imaginar que o BANESTADO estaria imune a todos esses problemas, se ele pegasse essa carteira, porque teria de suportar essa inadimplência. Com a carteira, ao invés de dar dinheiro ao BADEP, traria o problema para dentro dele (BANESTADO). O BANESTADO pode ser o administrador da carteira, mas não pode suportar a inadimplência futura possível de 3.500 contratos. (pág. 44)

(J.P.) - Se o BACEN reescalonar a dívida com o BADEP, o BANESTADO poder fazer o mesmo até em prazo menor, a custo mais barato. Se o problema é saneamento, o BANESTADO dá a sua contribuição. (pág. 44 e 45)

(J.P.) - Eu sugeriria até que, se fosse o caso, se pedisse ao BADEP uma relação de seus inadimplentes, que soma hoje em torno de US\$ 500 milhões. (pág. 48)

Rubens Bueno: Quem está fazendo (ou fez) este estudo para a mudança do Sistema Financeiro? (pág. 48)

(J.P.) - O que eu sei é que existe um estudo do Banco Mundial que foi entregue aos Estados, onde dedica um capítulo inteiro para falar dos Bancos Estaduais, os Sistemas Financeiros Estaduais.

(J.P.) - Existe um outro trabalho que se chama "Rearranjamento da Legislação dos Bancos Estaduais Comerciais", em andamento no Banco Central. (pág. 49)

Luciano Pizzatto: "O Senhor teve uma cópia do estudo que o BANESTADO tem de pronto sobre a atividade de incorporação ou não, consequências, custos, etc...?"

(J.P.) - Não. Nós estamos começando agora a fazer um estudo completo que tem todas as variáveis desse processo de criação da carteira de desenvolvimento, da cessão dos contratos...

## 2.3 - BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL - "BRDE"

Em 09.01.91, compareceram perante a Comissão Interpartidária os representantes do BRDE:

- Wilson Carvalho Moreira (W.M.) - Presidente do Conselho de Diretor
- Sandra B. Tavares (S.T.) - Vice-Presidente do Conselho Diretor
- José Ribamar B. dos Reis (J.R.) - Diretor de Planejamento indicado pelo Governo do Estado do Paraná
- Lindamir T. Quech (L.Q.) - Presidente da Associação dos Profissionais do BRDE - APROBRDE.



WILSON CARVALHO MOREIRA (W.M.) - Presidente do Conselho Diretor

De um depoimento de 54 páginas de anotações taquigráficas, destacaram-se os seguintes tópicos, cujos autores são indicados pelas iniciais de seus nomes ou nominados expressamente.

W.M. - A primeira medida efetiva para o levantamento da liquidação do BRDE foi a assunção, em 14 de março de 1990, por parte dos Estados, da dívida do BRDE junto ao BACEN que havia resgatado os CDI's do Banco no período de liquidação. Isto permitiu ao BRDE recuperar seu patrimônio líquido que passou de negativo para positivo. (pág. 2/3)

W.M. - Outra ocorrência foram as boas condições econômicas e financeiras do BANCO, que permitiam pagar os credores, assim que fosse levantada a liquidação. (pág. 3)

W.M. - Levantada a liquidação extrajudicial, restavam três providências a serem implementadas:

a) Renegociação da dívida remanescente dos Estados perante o BRDE;

b) Solução do passivo contingente trabalhista;

c) Eliminação da DUALIDADE institucional entre o BRDE e os Bancos de Desenvolvimento Estaduais.

W.M. - A negociação das dívidas dos Estados possibilitou o reforço patrimonial muito grande do Banco (pág. 4)

W.M. - Quanto à DUALIDADE, os Estados vêm estudando a matéria, mas não há ainda a formalização concreta junto ao BACEN da posição final e definitiva de cada Estado. (pág. 4)

W.M. - O Conselho Diretor procurou, neste período, desenvolver as outras atividades próprias de um regime dessa natureza, uma das quais é procurar sanear definitivamente o Banco. Este objetivo foi praticamente satisfeito, uma vez que os credores já foram atendidos, restando apenas uma dívida remanescente com o BNDES da época da liquidação e decorrente de inadimplências durante aquele período. Esta dívida está sendo objeto de discussão. (pág. 4)

W.M. - O BACEN já solicitou aos Estados, reiteradas vezes, que solucionem as pendências, pois o período de administração especial está previsto para ir até 14.03.91, podendo ser prorrogado por mais um ano. (pág. 5)

W.M. - O BRDE é autarquia interestadual e, nesta qualidade, a grande vantagem são as imunidades fiscais. (pág. 6)

W.M. - Os créditos da CIC já estão sendo lançados em créditos em liquidação. (pág. 7)

W.M. - O Banco hoje atravessa uma fase tranqüila de liquidez e tem disponibilidades financeira, podendo pagar os seus débitos. (pág. 7)

W.M. - No futuro, a liquidez do BRDE vai depender de que os Estados paguem as suas dívidas. Além disso, é importante que o Banco retome suas atividades. (pág. 8)

W.M. - Se o Paraná sair do BRDE, terá que ser feito um levantamento do Patrimônio, o que não é exequível a curto prazo. (pág. 9)

W.M. - Os custos administrativos são hoje assumidos pelo próprio Banco e são partilhados pelas agências do Banco nos seus Estados, proporcionalmente. (pág. 12)

W.M. - O BRDE chegou à situação de liquidação devido à inadimplência de seus devedores, tanto privados quanto públicos (Estados). A salvaguarda do Banco, uma vez saneado, depende principalmente de que os Estados paguem as suas dívidas. (pág. 12)

W.M. - A condição de autarquia dá ao BRDE uma vantagem fiscal ponderável, pois considerando que um Banco de Desenvolvimento opera com uma taxa de remuneração baixa, todos os recursos que seriam recolhidos à União ficam mesmo nos Estados. (pág. 14).

Rubens Bueno - Tenho conhecimento de fatos em que o Nordeste pela sua força tem conseguido os recursos de que precisa. Realmente as decisões e a força política de cada região e que podem levar, induzir o resultado da aplicação e investimento do dinheiro. (pág. 16).

Algaci Túlio - Enquanto o Nordeste lutou por suas instituições de fomento, no Sul nós fazemos o contrário. (pág. 16 e 17).

W.M. - A eliminação da dualidade é uma condicionante efetiva, é um compromisso dos Estados, que, ao que me parece, não fizeram uma discussão conjunta e nem com a profundidade que o Paraná está dando. É importante que este processo se dê na base do entendimento, sem prejuízos para o desenvolvimento econômico. Os agentes do desenvolvimento econômico são necessários para canalizarem recursos para a Região,

recursos estes que têm sido escassos aqui para o Sul. (pág. 19).

Rubens Bueno - O Paraná não pode prescindir de ter um Banco de Desenvolvimento. (pág. 25).

W.M. - Existem critérios para investimento em cada Estado. Os recursos que são apontados pelos Estados são aplicados no próprio Estado que deu origem a eles. Os demais recursos provenientes de fontes externas aos Estados são partilhados de forma igual. (pág. 27).

W.M. - Quando os Estados assumiram a dívida do BRDE perante o BACEN, eles ficaram com o direito de compensar seus débitos junto ao banco. Rio Grande do Sul e Santa Catarina já completaram sua compensação. O Paraná só utilizou 25% desse crédito. É preciso que fique claro que é um direito de compensação de crédito: não são recursos financeiros disponíveis para o Estado. No caso de não haver crédito, o voto não prevê que o Banco tenha que pagar em dinheiro para o Estado do Paraná. Só em compensação de créditos. (pág. 30/31/ 32).

W.M. - O patrimônio líquido do BRDE, em 30.11.90, é de Cr\$ 8.579,0 milhões. (pág. 33).

Pedro Tonelli - Não acha o Sr. que essas dificuldades dos bancos oficiais fazem parte de um contexto maior de decisões políticas que visam a enfraquecer as empresas públicas para privatizá-las?

W.M. - No caso específico do BRDE, não foi isso que aconteceu! (pág. 34.35).

W.M. - Os bancos de desenvolvimento têm características peculiares de risco e longo prazo, enquanto os bancos comerciais se preocupam mais com o lucro e o curto prazo. (pág. 36).

Pedro Tonelli - Por que é que o BAMERINDUS, o BRADESCO e ITAÚ não têm as mesmas crises que estão tendo os bancos oficiais?

W.M. - Eu acredito que, em parte, as dificuldades que os bancos vivem elas têm, bastante relação com as próprias dificuldades do Estado. (pág. 36).

LINDAMIR QUECH - (L.Q.) Presidente da Associação dos Profissionais do BRDE - APROBRDE

L.Q. - Os funcionários do BRDE são estáveis e continuam lutando, não já pelo emprego, mas para preservar a Instituição

por quatro motivos:

- a) - O BRDE é uma autarquia;
- b) - O BRDE é regional;
- c) - O BRDE está saneado;
- d) - O Paraná ganha com o BRDE. (pág. 41).

L.Q. - A função de desenvolver cabe ao Estado. O próprio Vice-Presidente do BANESTADO explicitou que para um banco comercial fica difícil assumir riscos e o longo prazo. (pág. 41).

L.Q. - Por ser o BRDE uma autarquia, todos os recursos gerados na sua atividade são reaplicados no Estado e não desviados para outras regiões, politicamente mais fortes que o Sul. (pág. 42).

L.Q. - Os bancos privados vêem o lucro, mas não o desenvolvimento. Não somos seus concorrentes. (pág. 43).

L.Q. - O Banco Regional traz vantagens adicionais:

a) Por serem os governadores de partidos diferentes, podem evitar o bloqueio de recursos para a Região, no caso de desacertos de um dos Governadores com o Governo Federal;

b) O Banco Regional tem mais credibilidade junto a organismos internacionais;

c) A Agência de Curitiba nada poderia alavancar isoladamente por seu patrimônio líquido ser negativo. Em conjunto, ela se equipara às demais. (pág. 44).

L.Q. - Comparado aos bancos oficiais da Região e aos bancos de porte considerável como o BDMG, o BAMERINDUS, o BRDE é o que tem o menor grau de endividamento. Assim, ele pode financiar grandes projetos, pois pode injetar grandes volumes de recursos na economia. (pág. 45).

L.Q. - Com a sua saída do BRDE, o Paraná perde. Perde principalmente o Banco em melhores condições de alavancar recursos. O próprio Banco Comercial Estadual, que estaria defasado em Cr\$ 24,0 bilhões, teria que capitalizar recursos e diminuir o passivo exigível para voltar a se endividar. (pág. 46).

L.Q. - Ao sair do BRDE, o Paraná terá que assumir o patrimônio líquido negativo da Agência de Curitiba. Não há o que se levar de vantagem. (pág. 46).

L.Q. - Quanto à DUALIDADE, deve-se questionar o que é tal situação para o

BACEN. Por que ela está sendo cobrada apenas à região Sul, se existem casos semelhantes em outras regiões? Por que não contestar tal exigência? (pág. 48).

L.Q. - Na condição do BRDE, os três Estados têm o mesmo poder decisório, tendo inclusive o direito de indicar o Presidente em forma de rodízio. O Paraná declinou diversas vezes dessa prerrogativa. O CODESUL, que é formado pelos Governadores dos três Estados decide tudo sobre o BRDE, desde os aumentos salariais dos funcionários, até o volume e o destino dos recursos a serem investidos. Assim, o endividamento dos Estados no BRDE foi feito com o conhecimento dos três Governadores. (pág. 48).

L.Q. - O BRDE não apresenta hoje nenhuma das características previstas na Lei n. 6024 para voltar a sofrer a liquidação extrajudicial, como se vem erradamente veiculando ultimamente. (pág. 49).

L.Q. - Hoje, o BRDE paga seus próprios custos, com seus próprios recursos, como sempre fez. (pág. 52).

Rubens Bueno - O Sul não pode abrir mão de um instrumento tão importante como este. No entanto, eu insisto no problema de DUALIDADE. Há uma contradição, pois, em 3 de janeiro, o Governador, ao falar da extinção do BADEP eliminou tal dualidade... (pág. 52).

Algaci Túlio - E o próprio Governador vai ter que retirar a mensagem da Assembleia, porque ela não tem mais sentido. (pág. 52).

#### 2.4. - SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DO PARANÁ - SEFA

O Secretário da Fazenda do Paraná, Dr. Adelino Ramos, que fora convocado para comparecer ante a Comissão Especial, às 17 horas do dia 10.01.91, enviou telex comunicando que, face a compromisso anteriormente assumido, não poderia atender a convocação nessa data, mas colocava-se à disposição para depor ante a Comissão em outra oportunidade. Assim, foi marcado o dia 14.01.91, quando o Senhor Secretário, que se fazia acompanhar pelo Diretor Geral daquela Secretaria, foi ouvido. De um documento de 123 páginas de notas taquigráficas, selecionaram-se os seguintes tópicos: Quando as intervenções não pertencerem ao Secretário, o autor será nominado expressamente:

DR. ADELINO RAMOS (A.R.) - Secretário da Fazenda do Estado do Paraná.

A.R. - Segundo tese do Banco Mundial, que recomenda as reformas, os Bancos de Desenvolvimento constituem uma disfunção, uma duplicidade de função. Por isso foi sugerido que fossem transformados em Carteiras de Desenvolvimento de um Banco Múltiplo que tem todas as condições de desempenhar o papel. (pág. 1).

A.R. - A eliminação da DUALIDADE é uma exigência do Banco Central, e não depende de uma vontade de uma Reforma Bancária. (pág. 4).

A.R. - Apenas o que compete ao controlador é definir como acabar com essa DUALIDADE. (pág. 5).

A.R. - Havia uma proposta para que os Bancos Oficiais Estaduais também fossem eliminados. (pág. 5).

A.R. - O grupo que estudou as alterações do sistema financeiro do Estado chegou à conclusão de que o caso BRDE poderia ser resolvido por fusão, incorporação ou outra forma. É necessária, porém, a unanimidade dos três parceiros e um estudo aprofundado para não promover a queda do sistema financeiro estadual. (pág. 7).

A.R. - Considerando o bom conceito do Banco do Estado, tentamos desenvolver aqui um sistema financeiro que atendesse ao modelo do Banco Mundial endossado pela autoridade monetária federal. (pág. 9).

A.R. - Com a centralização de cadastro, evita-se a concentração de risco. (pág. 12).

A.R. - Constituindo-se o BANESTADO em Banco Múltiplo, nós teríamos apenas o conglomerado BANESTADO para administrar, dando ao controlador condições de ter uma visão de conjunto mais ampla, bem como uma visão de empresário. (pág. 13).

A.R. - A dualidade não é um problema específico do Paraná. Ela existe nos três Estados. Uma das alternativas propostas foi uma fusão/incorporação pelo BRDE dos três Bancos Estaduais de Desenvolvimento. (pág. 15).

A.R. - A situação do BRDE no Paraná é melhor porque aqui nós não temos nenhum grande devedor, enquanto em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul houve até manipulação política para alguns empréstimos para o Setor Público. (pág. 15)

A.R. - Qualquer Estado que queira sair da autarquia (BRDE) ou a liquidação or-

dinária da mesma deve dirigir-se ao CODESUL, não havendo, porém, uma definição quanto à forma de se proceder. (pág. 16).

A.R. - Os Estados participantes não cumpriram o disposto no artigo 11, Parágrafo 1º do Regimento Interno, quanto à destinação dos recursos orçamentários. (pág. 16).

A.R. - Aprovada ou não pela Assembleia, a saída do Paraná do BRDE é irrevogável; em 15.03.91, o Banco volta ao seu estado original, ou seja o estado de liquidação extrajudicial. (pág. 18).

A.R. - Com os estudos efetuados, o Paraná achou inviável a absorção dos BD'S Estaduais pelo BRDE e propôs a liquidação ordinária deste. Para isto é necessária a concordância dos três sócios, o que não houve, uma vez que o Rio Grande do Sul achava que o problema deveria ser resolvido pelo próximo Governo. Então o Paraná resolveu retirar-se do Convênio CODESUL/BRDE. (pág. 19/20).

A.R. - O posicionamento formal do Governo do Paraná perante o BACEN só pode acontecer após a aprovação da Mensagem pela Assembleia. (pág. 21).

A.R. - Com relação ao BADEP, já houve, em 1988, uma tentativa de um protocolo de intenções no relacionamento BADEP/BANESTADO. Não houve continuidade. (pág. 21).

A.R. - Hoje existem três alternativas para o BADEP:

- a) Incorporação ao conglomerado BANESTADO;
- b) Incorporação do BRDE;
- c) Extinção por via ordinária ou extrajudicial;

A.R. - O BD assume todos os riscos dos investimentos de fomento. O BNDES repassa os recursos, mas os quer de volta. A inadimplência dos mutuários ou o insucesso de um projeto são bancados pelo Banco de Desenvolvimento. Esta característica torna os BD's pouco atrativos para a iniciativa privada que não coloca dinheiro onde não veja segurança de retorno. (pág. 22/23).

A.R. A nossa proposta era sair do BRDE, manter o BADEP e transformá-lo em carteira do BANESTADO, quando o cenário fosse mais adequado e de acordo com sugestão do Banco Mundial, para quem não existe mais espaço para os BD's puros. (pág. 23/24).

A.R. - Não se pode mais misturar dinheiro de fomento, que provém do BNDES, com o dinheiro dos poupadores ou dos depositantes. Não se pode mais misturar tais atividades. (pág. 27).

A.R. - O problema do BADEP não foi má gestão, nem má técnica bancária; foi um problema crônico de inadimplência, com as despesas crescendo em velocidade maior que as receitas. Quando ele não conseguiu mais captar no mercado, socorreu-se no BANESTADO de quem passou a ser dependente. Quando chegou a um limite pré-estabelecido, o BANESTADO parou de sustentar o BADEP para defender o interesse de seus acionistas. Como o Governo Federal também parou de socorrer os Bancos em dificuldade, o perigo era a eliminação.

A.R. - A inadimplência dos dois maiores devedores do BADEP poderá ser resolvida mais facilmente pelo liquidante. (pág. 35).

A.R. - A criação da Carteira de Fomento no BANESTADO será simultânea à extinção do BADEP. Está tudo encaminhado. (pág. 36).

Luciano Pizzatto - Não entendo por que para eliminar a DUALIDADE se quer extinguir o BADEP e sair do BRDE. Da dualidade passa-se à nulidade em termos de fomento. (pág. 38).

A.R. - Eu concordo até certo ponto que no BADEP, por ser o controlador, o Estado pode fazer empréstimos, fomento, desenvolvimento com ônus social, enquanto no BANESTADO ele não poderia porque há mais acionistas interessados. (pág. 40).

A.R. - Mesmo vendendo o prédio do BADEP, o passivo trabalhista será assumido pelo Tesouro Estadual. Aliás o BANESTADO terá que honrar também os CDI's, se o BADEP não pagar, pois este não tem reserva bancária. (pág. 47).

A.R. - O Banco Central já acertou com o Governador que faz a liquidação, e os créditos que ele tiver depois reescalonará em 10 a 15 anos. (Pág. 49).

A.R. - Para proceder à liquidação, o BACEN só precisa que nós formalizemos o pedido com 48 horas de antecedência: "Pode deflagrar a liquidação conforme combinado" (pág. 50).

Luciano Pizzatto - O BADEP está sendo socorrido pelo BANESTADO com CDI's a taxas altíssimas. Por que não emitir papéis do Estado para salvar o BADEP? (pág. 51).

Davi Guérios - Somados os compromissos com BANESTADO, BACEN e as inadimplências, serão uns US\$ 300,0 milhões. É muito dinheiro: (pág. 51/52).

A.R. - As atribuições do BADEP serão assumidas pelo BANESTADO. (pág. 61).

Rubens Bueno - Isto contraria a Constituição Estadual que foi atropelada. No nosso caso, temos que adaptar a Constituição ao Governante e não o Governante à Constituição. A própria Reforma Administrativa deveria passar pela Assembléia e não passou. É irregular. (pág. 61/62).

Davi Guérios - Se é o cumprimento de formalidades que o Deputado quer, nós as cumprimos. (pág. 63/64).

Rubens Bueno - Mas se a Assembléia não aprovar o que já foi anunciado pelo Executivo? (pág. 64).

Davi Guérios - O BACEN executa a dívida. (pág. 64).

Rubens Bueno - O tão aludido relatório do Banco Mundial fala da reestruturação do sistema bancário estadual mediante a liquidação ou privatização dos bancos estaduais, não dos Bancos de Desenvolvimento. (pág. 65/66/67).

Rubens Bueno - A data de 15 de março/91 para a solução da DUALIDADE pode ir a 15.03.92. Isto seria bom para que a próxima Assembléia possa estudar um equacionamento mais bem fundamentado. (pág. 67).

Davi Guérios - Embora o Tesouro tenha repassado, em anos anteriores, recursos à Prefeitura de Londrina para saldar compromissos da CODEL, isto não caracteriza o reconhecimento daquela dívida para o Estado. (pág. 72/73/74).

Rubens Bueno - O Estado leva prejuízo com o fechamento de seus dois BD's. (pág. 80).

Davi Guérios - Se o Estado assumir a CIC para solucionar o problema do Banco, terá que fazer o mesmo com Atalla e outras inadimplências. (pág. 82).

Rubens Bueno - Pelas informações que temos, o BADEP nunca foi usado por ninguém: seus financiamentos contemplaram mais a iniciativa privada, gerou milhares de empregos, promoveu o desenvolvimento e com apenas 326 funcionários. No momento em que o BANESTADO cria a carteira de fomento os problemas de inadimplência do

BADEP vão perdurar. (pág. 84).

A.R. - Não. Cria-se uma carteira de fomento "zero quilômetro". O BACEN assume os problemas. (pág. 84).

Rubens Bueno - Senhor Secretário, se o Senhor tem a visão ampla como diz possuir, deveria saber que qualquer medida de reforma administrativa teria que passar pela Assembléia para ela autorizar o Governo a anunciar. (pág. 85).

A.R. - O BRADESCO aplicou pouco no fomento, em comparação ao BADEP porque tem uma atividade mais voltada para o varejo. (pág. 86/87).

Rubens Bueno - O Senhor não tem preocupação de que esse mesmo risco vai acontecer com o BANESTADO? (pág. 87).

A.R. - Não vai, porque é uma política do Banco atender as médias empresas. Os grandes projetos poderão ser tratados direto com o BNDES. (pág. 87).

A.R. - Quanto ao crédito que o Estado do Paraná tem no BRDE e que o BACEN diz que só pode ser usado para compensação de dívida, eu tenho a interpretação diferente de um técnico aposentado do BACEN. Eu não aceito compensação. Quero em espécie. (pág. 96/97).

A.R. - Se o BRDE tem tanta disponibilidade como afirma o seu Presidente, por que não nos paga? "No momento em que eles me pagarem o que tem lá, eles morrem, porque desligaram os mecanismos que os mantêm, que é a receita não operacional." (pág. 102/113).

A.R. - Se amanhã acontecer com o BANESTADO que vem acontecendo com o BRDE e o BADEP eu não posso saber. Não sou futurologo. Isto vai depender do Governo Brasileiro. E isto não acredito que aconteça mesmo que se admita a presença do Banco Mundial, pois o BANESTADO mostrou que é bom. (pág. 110).

A.R. - A informação que eu tenho é que Santa Catarina está acompanhando o Paraná nesta saída do BRDE. (pág. 111).

A.R. - A vantagem da condição de autarquia é muito discutível e pouca em relação às desvantagens em mantê-la. (pág. 112).

A.R. - O BRDE não está pagando o BNDES. Está discutindo porque tem um fator lá. (pág. 113).

Rubens Bueno - Ter um Banco autárquico controlado por três Assembléias, três Tribunais de Contas não é mais seguro do que colocar uma carteira de um único Banco com autoridade só para decidir isto? Não vai concentrar mais? (pág. 113).

A.R. - Muito pelo contrário.

Davi Guérios - O BRDE do Rio Grande do Sul e Santa Catarina fez antecipação de receitas para os Estados, contrariando normas do BACEN ... A situação que o BRDE apresenta hoje é consequência de toda essa bandalheira de operações dos Estados. Esta sociedade do Paraná com os outros Estados não cabe mais. (pág. 114).

Davi Guérios - Os funcionários do BRDE que se adaptarem às condições do Estado serão aproveitados. (pág. 117).

Algaci Túlio - Senhor Secretário, existe um pedido de informações encaminhado pela Mesa da Assembléia à Casa Civil e à Secretaria da Fazenda. Já se passou mais de um mês e não obtivemos resposta. (pág. 118).

A.R. - Desconheço o expediente, mas vou tomar providências. (pág. 119).

Basílio Zanusso - Enquanto discutimos aqui o sistema financeiro do Estado, centenas de projetos deixam de ser aprovados pelo BRDE e BADEP. Isto é sério e preocupa. (pág. 123).

## 2.5 - BANCO CENTRAL DO BRASIL "BACEN"

Para o dia 10.01.91, a Comissão havia convidado o Presidente do BACEN para prestar esclarecimentos sobre o assunto em questão. Na impossibilidade de comparecer, o mesmo Presidente justificou sua ausência, alegando compromissos inadiáveis. Por sugestão do Sr. Eliseu Martins, Diretor da área de Fiscalização do BACEN, a Comissão Especial foi a Brasília 15.01.91, onde aquele Diretor forneceu informações pertinentes ao assunto.

Estiveram presentes também empresários representantes da Comissão de Identificação dos Mecanismos Apropriados ao Fomento do Setor Produtivo Paranaense - Década de 90.

De um depoimento de 59 páginas de notas taquigráficas, selecionaram-se os tópicos abaixo. Quando a idéia foi de algum dos membros da Comissão, ele será expressamente nominado.

ELISEU MARTINS (E.M.) - Diretor da Área de Fiscalização

E.M. - Ao se levantar a liquidação extrajudicial do BRDE, ele passou a ser administrado por um Conselho Diretor indicado conjuntamente pelo BACEN e pelos Estados, mas se colocou a condicionante de ser eliminada a DUALIDADE. Isto é no sentido de racionalizar o sistema financeiro dos Estados e eles é que vão decidir como fazer. Basicamente, existem três alternativas:

- a - O BRDE acaba e ficam os Bancos Estaduais de Desenvolvimento;
- b - O BRDE permanece e extinguem-se os Bancos Estaduais de Desenvolvimento;
- c - Extinguem-se o BRDE e os Bancos Estaduais de Desenvolvimento e cria-se uma Carteira de Desenvolvimento no Banco Múltiplo. (pág. 2)

E.M. - Existe uma negociação da Diretoria anterior do BACEN com o Governo do Paraná: a dívida do BADEP com o Banco Central só será negociada se ele for extinto. (pág.3)

E.M. - A saída do Paraná do BRDE e a extinção do BADEP para criar uma Carteira de Desenvolvimento no Banco Múltiplo são propostas que nós aprovamos (pág.4)

E.M. - O BADEP, que não tem condições de sobrevivência por conta própria, deve ao BACEN e ao BANESTADO e vem sendo uma preocupação nossa; ele apresenta hoje as condições para uma liquidação, que já foi solicitada pela própria administração, pedido este ainda não formalizado. (pág. 5/6)

Rubens Bueno - O Senhor, como Parlamentar, de que forma votaria a Mensagem do Governador Álvaro Dias sobre a saída do BRDE, nos termos em que foi apresentada? (pág.7)

E.M. - Sem resposta objetiva.

E.M. - O que existe realmente é que a liquidação seria a partir de um pedido do Governo do Estado. (pág.9)

E.M. - A situação financeira deteriorada do BADEP é que nos leva a uma liquidação que pode ser determinada pelo BACEN, segundo a Lei 6024 ou desencadeada até por um pedido verbal. (pág.10)

E.M. - A decretação de uma liquidação depende da existência de condições objetivas que, no caso do BADEP, hoje, existem. A situação do BADEP é a mais difícil. É o único que está trabalhando com recursos do Banco Central, hoje. (pág.11)

E.M. - O BADEP tem hoje mais dívidas que ativos bons. Isto lhe dá um patrimônio líquido negativo que no final terá que ser



assumido pelo Estado. Se este resolver pôr recursos para recuperar o patrimônio líquido, a liquidação pode até ser evitada. (pág.14)

E.M. - A nova carteira no BANESTADO não vai assumir os mais de 3.000 contratos do BADEP. Nem o BACEN. O liquidante apenas administra, tentando receber os créditos. (pág.15)

E.M. - Se houver parcelas de contratos a liberar, o liquidante pode até pedir ao BACEN autorização para proceder à liberação. (pág.15/16)

E.M. - A liquidação não precisa durar 10 ou 15 anos, até que todos os débitos e créditos sejam fechados. Quando o liquidante achar que há condições, pode levantar a liquidação. No caso do BADEP, o BANESTADO poderia ser o administrador dos créditos. (pág.17/18)

E.M. - A liquidação não isenta o controlador de suas responsabilidades. O liquidante é apenas um interlocutor diferente, novo, que tenta facilitar os acertos. (pág.17/18)

E.M. - É difícil determinar o tempo de duração de uma liquidação. Qualquer ação trabalhista pode prolongá-la. Por isso, a preocupação, no caso do Paraná, de se criar imediatamente uma Carteira de Desenvolvimento no BANESTADO. (pág.18)

Rubens Bueno - Quando o BACEN e o Governo do Paraná conversaram, definiram as condições dos contratos em caso de uma liquidação? (pág.20)

E.M. - No caso do Paraná, 10 anos, com correção monetária e juros de 12% a.a. (pág.21)

Rubens Bueno - Então não foi conversado em torno de 6% a.a.? (pág.21)

E.M. - O pleito foi 6%, mas deve ficar entre 6 e 12% a.a. (pág.21)

Basílio Zanusso - O senhor tem conhecimento se existe algum crédito de US\$ 50,0 milhões do Paraná junto ao BRDE e de como ele pode receber esse crédito? (pág.22)

E.M. - Eu não posso dizer nada sobre os créditos do Paraná no caso de ele sair do BRDE! Em princípio, é uma negociação entre as partes. (pág.22)

Luciano Pizzatto - O senhor afirmou que, se o BADEP tivesse sido saneado, nem

se cogitaria em liquidação. No entanto, a situação dele perante o BACEN é cada vez mais difícil. O BACEN aceitaria reescalonar em 10 anos os mais de US\$ 100,00 milhões que o BADEP lhe deve se o Governo do Estado se dispuser a sanear-lo. (pág.23/24)

E.M. - Eu não sei se isto é suficiente. O Banco Central sozinho não resolve o problema do BADEP. (pág.24)

Luciano Pizzatto - O Secretário da Fazenda do Paraná, no entanto, declarou perante esta Comissão que, mesmo que o Estado quisesse pôr esse dinheiro no BADEP, o BACEN não faria o reescalonamento, a não ser que seja com o BANESTADO. Isto é estranho. (pág.24)

E.M. - Todos os reescalonamentos são feitos com o Tesouro e não com o BANESTADO, mesmo porque o BANESTADO também tem problemas de patrimônio e nós não acreditamos que ele tenha condições hoje. (pág.25)

Luciano Pizzatto - Com o Tesouro? (pág.26)

E.M. - Com o Tesouro. (pág.26)

Luciano Pizzatto - Não necessariamente com o BANESTADO? (pág.26)

E.M. - Não. Com o Tesouro. (pág.26)

E.M. - Se houver condições de sanear o BADEP, acabou a nossa preocupação relativa a ele. (pág.27)

Rubens Bueno - Os membros do Governo afirma que um liquidante seria mais eficiente na cobrança das dívidas. É correto? (pág.27)

E.M. - Eu não posso garantir-lhe isto. O que acontece é que o liquidante é mais cobrado para apresentar resultados. (pág.27/28)

Rubens Bueno - Quando o Governo do Estado assumir o compromisso de eliminar a dualidade jamais se mencionou a ida de qualquer dos BD's para o BANESTADO. Agora, de onde surgiu esta história de acabar com o BADEP e o BRDE criar a carteira no Banco do Estado do Paraná S.A.? (pág. 32/33)

E.M. - É uma proposta do Governo do Estado. (pág.33)

Rubens Bueno - Mas o senhor não recebeu nenhum documento, algum estudo aprofundado, detalhado sobre isto? (pág.33)

E.M. - Não. Só contatos pessoais. (pág. 33)

Atilano Oms - Eu desafio os senhores a me mostrarem um Banco Comercial com efetivo sucesso na administração de carteiras de fomento! (pág.33)

Rubens Bueno - No caso de extinguir o BADEP, há que se considerar o problema trabalhista cujo valor é alto. O próprio Secretário da Fazenda disse que o Estado não tem condições de assumir esse pessoal por problemas de isonomia salarial. (pág.35)

E.M. - Tem que se analisar o que é melhor: indenizar ou assumir o pessoal. (pág.35)

Rubens Bueno - O crédito que o Estado do Paraná tem junto do BRDE pode ele receber em espécie, ou só pode ser usado em compensação dentro da própria Instituição conforme voto do BACEN e declaração do Presidente do BRDE? (pág.36/41)

E.M. - Sem resposta objetiva do Banco Central.

Rubens Bueno - O BRDE vem pagando o BNDES depois de levantada a liquidação? (pág.41)

E.M. - A partir do levantamento da liquidação, sim. Existem algumas pendências anteriores ainda em discussão. (pág.41)

E.M. - Quanto a um documento do Banco Mundial no BACEN que trate da superfluidez dos Bancos Estaduais cujas tarefas poderiam todas ser supridas por Bancos privados, isto não existe. O que pode existir é algum ponto em comum, alguma coincidência isolada, entre os planos do Banco Mundial e do BACEN. (pág.41)

E.M. - Nós não queremos que a atividade de fomento passe para os bancos privados. Tanto é verdade que ao extinguirmos o BADEP, criamos a Carteira de Desenvolvimento no BANESTADO. (pág.43)

E.M. - Não existe qualquer intenção de privatizar o sistema financeiro do Estado e muito menos o desenvolvimento. (pág.44)

Atilano Oms - Um Banco Comercial não pode exercer com a mesma eficácia a atividade de fomento que um Banco de Desenvolvimento. (pág.44)

E.M. - Concorde que os Bancos Privados não tenham uma filosofia de fomento. Mas porque um banco Estadual não pode ter?

(pág.46)

Atilano Oms - Se é criada a Carteira de Fomento preocupa-nos o modo como financiar grandes projetos. Extintos o BRDE e o BADEP quem vai ter capacidade de atrair grandes volumes de recursos? Vamos ficar no varejo. (pág.47)

Keizo Assahida - Aliás, é proposta do próprio Governador eleito que chamou a si autorização de qualquer operação acima de US\$ 200,0 mil. (pág.49)

E.M. - O anúncio da liquidação do BADEP foi um ato não muito bem pensado e trouxe sérios problemas à Instituição, que viu as suas fontes de recursos fecharem-se. Enquanto o Estado não resolve o problema, o BNDES não manda mais dinheiro. (pág.50)

Atilano Oms - Enquanto se exige a eliminação da DUALIDADE na Região Sul, com certeza não será cobrada nas outras regiões. (pág.51/52)

Luciano Pizzatto - No Paraná não houve um estudo para implantar toda essa reforma do Sistema Financeiro do Estado... (pág.52)

Luciano Pizzatto - O Paraná tem um comportamento "sui generis": para eliminar a DUALIDADE: extingue os dois bancos. (pág. 53)

Rubens Bueno/Luciano Pizzatto - Qual o seu envolvimento com a Directa? (pág. 54/55)

E.M. - Como sócio, nenhum! Tenho envolvimento por outros caminhos: livros, etc. (pág.54/55)

Rubens Bueno - Pelo que deduzimos dos fatos ocorridos, não existe um estudo aprofundado para se promover a reforma do Sistema Financeiro do Estado com a eliminação dos dois Bancos de Desenvolvimento do Paraná para a criação de uma carteira de Fomento no Banco do Estado do Paraná. (pág. 56)

E.M. - Estudo técnico não havia mesmo. (pág. 56)

### III - CONSTATAÇÕES A PARTIR DOS DEPOIMENTOS

Pelas informações obtidas nos depoimentos dos representantes perante a Comissão, conclui-se, sem dificuldades, que foi implementado pelo Executivo Estadual um processo que, a pretexto de ultimar uma

reforma administrativa, se caracteriza pela ausência de uma ação planejada e devidamente aprovada pelas instâncias previstas na Constituição do Estado do Paraná.

A precipitação e a falta de argumentos convincentes que ficam evidenciadas nas iniciativas do Executivo, que eliminam, a um só tempo, dois bancos de desenvolvimento do cenário sócio-econômico do Paraná, a favor de uma carteira de desenvolvimento no BANESTADO S/A, são tão flagrantes que fragilizam comprometedoramente as propostas e recomendam extrema cautela por parte da Assembléia Legislativa na sua análise.

Como exemplos, sem esgotar o assunto, são destacáveis:

1º) A informação de que não existe um plano de reforma administrativa, levando à suposição de que medidas de profundo impacto aos interesses do Estado do Paraná estão sendo acionadas emocionalmente, à luz de conveniências imediatas que supostamente poderiam ser vantajosas e tendo em vista interesses políticos que extrapolam ao conhecimento da sociedade paranaense.

É inconcebível, nessa linha, que não tenham sido analisadas, adequadamente, as repercussões das notícias de extinção do BADEP, por exemplo, que, somente a nível do BANDES, pode vir a comprometer o programa de telefonia rural - US\$ 100,0 milhões - e o programa de armazenagem - US\$ 40,0 milhões - além de provocar a paralisação do fluxo de créditos de longo prazo para o Paraná, interrompendo o processo de expansão industrial e de modernização da infra-estrutura do Estado.

É igualmente inconcebível que a mensagem que propõe a retirada do BRDE esteja tão parca e fracamente argumentada, limitando-se à intenção de eliminar uma dualidade de bancos de desenvolvimento no Estado que, nas três últimas décadas, só contribuiu positivamente para a elevação do PIB paranaense, a geração de empregos e a elevação da arrecadação tributária do Estado.

A Mensagem tem o agravante de ter sido enviada ao Legislativo no momento em que o BANDES acenava com a liberação de 37,0 milhões de BTN's para aplicação pelo BRDE; a mensagem propõe ainda a destinação do acervo residual para fortalecer o patrimônio do BADEP, cuja extinção seria anunciada alguns dias após o envio da mesma.

2º) A desinformação que tem levado o Sr. Governador do Estado a argumentar que a eliminação dos dois bancos de desenvolvimento é do interesse do BACEN, o qual estar-se-ia louvando em condicionantes fixadas pelo Banco Mundial para financiar o saneamento do sistema financeiro estatal do País.

A principal dessas condicionantes seria a retirada do poder público do Sistema Financeiro nacional, o que engloba, em princípio, os bancos de desenvolvimento e os bancos comerciais estaduais.

A propósito, anexamos cópia do relatório do Banco Mundial sobre as gestões iniciadas com o Governo brasileiro, visando à concessão do empréstimo referido (novembro/1988)

Destacamos algumas menções contidas nas páginas 3, 18, 21 e 25, das quais se conclui:

a) que o Banco Mundial advoga a liquidação ou privatização dos bancos comerciais estaduais e não necessariamente dos bancos de desenvolvimento;

b) que os bancos comerciais estaduais atuam concorrendo com o segmento de bancos comerciais privados.

c) que o repasse de créditos de longo prazo está baseado praticamente ao Sistema BNDES, apoiado em poupanças compulsórias;

d) que o BACEN, à época, estava preparando um projeto para "equacionamento do problema dos bancos estaduais, através da sua privatização, liquidação ou reestruturação" (a parte entre aspas é cópia fiel);

e) que, no entendimento do Banco Mundial, os bancos comerciais estaduais "não têm qualquer função econômica importante que não possa ser desempenhada pelos bancos privados existentes" (entre aspas é cópia fiel)

3º - A desatenção aos preceitos da Constituição do Estado do Paraná, que no inciso XIX do artigo 27 diz:

XIX - depende de autorização legislativa a transformação, fusão, cisão, incorporação, extinção e privatização e, em cada caso, a criação de subsidiárias das entidades mencionadas no inciso anterior, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada;

Ficou evidenciado nos depoimentos dos representantes da Secretaria da Fazenda, o seu desconhecimento quanto a obrigatoriedade constitucional de se submeter à aprovação da Assembléia Legislativa qualquer reforma administrativa que implique em alterações nas empresas públicas.

A decisão de pedir ao BACEN a liquidação extrajudicial do BADEP não poderá ocorrer sem que, com antecedência, haja autorização do Poder Legislativo para tanto.

4º - A situação financeira do BADEP é

realmente considerada delicada pelo BACEN, em vista do empréstimo existente perante o próprio BACEN e pendente de pagamento desde janeiro/90.

O BACEN, no entanto, confirma a possibilidade de financiar o Estado do Paraná para quitá-la, em condições de prazo e taxas consideradas atraentes.

De outro lado, o BACEN confirma a consulta informal feita pelo Sr. Governador Álvaro Dias sobre a possibilidade de aquele Banco, mediante solicitação formal do Governo do Estado do Paraná, promover a liquidação extrajudicial do BADEP.

Comprometeu-se o Sr. Governador, inclusive, a apresentar a solicitação formal até o final de janeiro/91.

Segundo o BACEN, existe tanto a possibilidade de liquidação extrajudicial a pedido do Governo do Estado do Paraná - fato que, naturalmente, o eximiria de responsabilidades públicas pela iniciativa - quanto por deliberação exclusiva do próprio BACEN, em consequência do título vencido e não pago pelo BADEP e sequer honrado pelo Governo do Estado do Paraná.

5° - As sérias dúvidas sobre a condição de o BANESTADO S.A., com uma carteira de desenvolvimento poder suprir as funções do BRDE e do BADEP.

6° - A certeza de que o BANESTADO, se lhe ocorrerem condições adversas como ocorreram com BRDE e o BADEP aquele com elevado endividamento dos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina e este sacrificado por duas instituições públicas, CIC e CODEL, e um megaprojeto, a Usina Central do Paraná incorrerá futuramente na mesma situação que o BRDE e BADEP vivem.

No caso, com o agravante de o BANESTADO S/A possuir 49% de seu capital pertencente a acionistas privados, avessos a altos riscos e baixos dividendos.

7° - O BRDE possui condições operacionais que, todavia, estão prejudicadas, hoje, pelo projeto de lei que tramita na Assembleia Legislativa propondo a retirada do Paraná daquela autarquia triestadual e pela falta de acerto com o BNDES das condições de pagamento de encargos referentes a valores devidos na época da liquidação, conforme lhe faculta a Lei.

#### IV - FATOS IMPORTANTES

1 - Em 26.01.89, o BADEP obteve empréstimos do BACEN, avalizados pelo Governo do Paraná e que, em 31.12.90, ascendiam a Cr\$ 17,9 bilhões.

Em 08.03.90, numa das tentativas de reescalonar a dívida, a Diretoria do BACEN

comunicou a aprovação do plano de recuperação do BADEP e a concessão de empréstimos equivalente à dívida contraída. Condição a concessão, todavia, ao compromisso de o Estado do Paraná incorporar o BADEP ao BANESTADO no prazo de um ano, contado da data de assinatura do contrato.

2 - Em 07.03.89, o BRDE viria a ter decretada a sua liquidação extrajudicial pelo BACEN.

3 - Em 14.03.90 o Conselho Monetário Nacional, através do Voto 058/90, suspendeu a liquidação extrajudicial do BRDE que passou a atuar em regime de administração especial temporária. Em consequência, em junho/90, o Governo do Paraná firmou novo compromisso com o BACEN, desta feita por ocasião da assunção das dívidas dos governos estaduais perante o BRDE, no qual assumiu a obrigação de eliminar a dualidade de bancos de desenvolvimento na Região Sul - BRDE ou os bancos de desenvolvimento estaduais, BADEP, BADESC e BADESUL - até 14.03.91, prazo prorrogável, conforme faculta a Lei 2321/87.

4 - A dívida do BADEP com o BACEN, após sucessivas postergações, está vencida desde 21.01.90 e, a despeito da existência de linha de financiamento no BACEN para esse fim e a própria manifestação positiva daquela autarquia federal, não foi regularizada até esta data. O BACEN pode, portanto, a qualquer momento, ou reter parcelas de ICMS de direito do Estado do Paraná para ressarcir-se, ou debitar a dívida na reserva bancária do BANESTADO.

5 - Já foram encaminhadas ao BACEN três versões para o enquadramento do BADEP no PROREF - que é linha de empréstimos de recuperação antes citada - tendo as duas primeiras sido assinadas pelo Sr. Secretário da Fazenda do Paraná e devolvidas pelo BACEN sob a alegação de não enquadramento nas resoluções vigentes no momento da apresentação das mesmas. A última versão foi apresentada em 28.12.90, sem a assinatura do Sr. Secretário da Fazenda, provavelmente em decorrência das contradições e precipitações que, àquela altura caracterizavam as decisões do Governo Estadual em relação ao BADEP e à CIC.

6 - O BADEP possui uma dívida com o BANESTADO, resultado de captações de curto prazo no mercado financeiro, para poder honrar junto às fontes os compromissos não cumpridos pelos devedores principais CIC e ATALLA que, em 31.12.90, girava em torno de Cr\$ 9,3 bilhões, com estas operações o BANESTADO cobria o BADEP taxas substancialmente acima das de mercado evidencian-

do, além de geração de lucros volumosos no BANESTADO, absoluta falta de comando na administração das finanças do Estado.

- O BADEP possui um crédito junto à CIC - Cidade Industrial de Curitiba conseqüente do apoio financeiro prestado para instalação da Cidade Industrial de Curitiba, que, em 31.12.90, situa-se em Cr\$ 18,6 bilhões. Em junho/90, a Prefeitura Municipal de Curitiba teve aprovação liminar na qual se exime de responsabilidade no pagamento dessa dívida, argumentando que, por força de convênio firmado com o Governo do Estado a aludida dívida era de integral responsabilidade do Governo Estadual. Em 27.11.90, o Sr. Secretário da Fazenda, através do Ofício 652/90 GAB encaminhou ao Sr. Prefeito Municipal de Curitiba minuta de escritura pública que "resume os amplos entendimentos que culminaram no acordo alcançado entre essa Prefeitura, a CIC S/A, o BRDE, o BANESTADO e o BADEP, com vistas à consolidação e ao equacionamento das dívidas daquela empresa municipal junto aos Bancos oficiais". (entre aspas é cópia fiel). A correspondência diz ainda que "a anexa minuta ressalta ainda o empenho do Poder Executivo Estadual em cooperar financeiramente nos termos ajustados, com a solução do problema". (entre aspas é cópia fiel). E o ofício complementa dizendo da "expectativa de que o acordo possa ser implementado com a maior brevidade possível, configurando a consolidação de evento de significação histórica para o futuro do Estado do Paraná e o Município Curitiba" (entre aspas é cópia fiel). Anexamos o referido ofício ao presente relatório. Em 28.11.90, ou seja no dia seguinte, o Sr. Prefeito Municipal de Curitiba, através do Ofício 157/90-EM acusa o recebimento do Ofício 652/90-GAB do Sr. Secretário da Fazenda e, a certa altura, diz que "tanto quanto Vossa Excelência, compartilhamos da expectativa de que o acordo, se formalizado, obedecidas as condições ajustadas, certamente terá a significação histórica ressaltada no ofício de Vossa Excelência" (entre aspas é cópia fiel). Capeamos também, o Ofício 157/90-EM da PMC.

Anexamos igualmente, a minuta do acordo, mediante o qual o Estado do Paraná assumiria 60% do total da dívida. O acordo, apesar de proposto pelo Estado do Paraná, estranhamente deixou de ser por ele cumprido.

8 - No compromisso firmado pelos Governos estaduais da Região Sul com o BACEN, em 14.03.90, com vistas ao levantamento da liquidação extrajudicial do BRDE, o Governo do Paraná assumiu um financiamento concedido pelo BACEN da ordem de 77 milhões de BTN's com prazo de 15 anos (18 meses de carência) e custos de 6% ao ano

mais BTN. Em contrapartida, o Governo do Paraná indicaria ao BRDE quais dos débitos de responsabilidade do Estado junto a essa Instituição deveriam ser compensados no BRDE. Até a presente data, foram compensados, a pedido do Governo do Paraná, tão somente, débitos contraídos por empreiteiras, equivalentes a 25% daquele crédito.

9 - O BRDE, consideradas as três agências estaduais, apresentou balancete, em 30.11.90, com patrimônio líquido positivo de Cr\$ 8,5 bilhões. Ressalte-se que de todos os créditos de liquidação duvidosa que o BRDE possui, sejam eles públicos ou privados, foram retirados de seu ativo e compensados como créditos em liquidação.

10 - O BADEP possui um crédito junto ao Grupo Atalla, por força de créditos concedidos à Usina Central do Paraná para implantação de complexo industrial de produção de açúcar e álcool em Porecatu, superior a US\$ 240 milhões. Em garantia, existem 26 fazendas do Grupo e o complexo agroindustrial. O Banco do Brasil está gerenciando ações, com o apoio dos demais bancos credores do Grupo Atalla, para equacionar a dívida daquele grupo, via conversão de dívida externa.

11 - O BADEP possui um crédito junto à Companhia de Desenvolvimento de Londrina, CODEL, estimado em 31.12.90, em Cr\$ 3,5 bilhões, resultado de apoio financeiro para a implantação da rodoviária de Londrina. E débito foi assumido pelo Governo do Estado em 22.11.85 e, até a presente data, não foi pago.

12 - Os créditos que o BADEP possui junto à CODEL e à CIC, o primeiro de responsabilidade do Estado do Paraná e o segundo em discussão judicial, perfazem mais de Cr\$ 22 bilhões.

13 - Há evidente preocupação do Governo do Estado em, antes de solicitar ao BACEN a liquidação extrajudicial do BADEP, viabilizar o pagamento da dívida que o BADEP possui perante o BANESTADO.

#### V - CONSIDERAÇÕES FINAIS

1 - A reabilitação econômico-financeira do BADEP depende, além da vontade política equacionamento das dívidas da CODEL, CIC.

2 - A volta do BRDE às suas atividades normais depende, exclusivamente, de vontade política, uma vez que como um todo, tem condições operacionais imediatas pelo fato de seu balanço integrado apresentar patri-

mônio líquido positivo e assegurar margens operacionais perante as fontes de crédito, mesmo à Agência de Curitiba que se utiliza do Patrimônio Líquido total do Banco para alavancar recursos.

3 - É inaceitável que, de dois bancos de desenvolvimento, dos mais atuantes do sistema financeiro nacional, o Paraná fique limitado a uma simples carteira de desenvolvimento. O BRDE, com as condições que apresenta hoje, pode voltar a ser o maior Banco de Desenvolvimento do País, posição que vinha ocupando até 1989. O BADEP, segundo estatísticas sobre as instituições financeiras de desenvolvimento, apresentava, em outubro/90 (ver anexo), a 1ª colocação em liberações de recursos, a 1ª em operações aprovadas e a 1ª em demanda potencial. Além disso, era o maior aplicador de recursos do Programa Operações Conjuntas do BNDES - principal linha de recursos de longo prazo existente no País - e o 5º maior da FINAME, subsidiária do BNDES e que opera exclusivamente créditos com o setor de bens de capital, entre todos bancos que compõem o Sistema Financeiro Nacional.

4 - Os dois bancos de desenvolvimento - BRDE e BADEP - possuem quadros técnicos de fomento econômico e social, com experiências que, na média, superam 15 anos de atividade específica. A perda desse contingente técnico implica, automaticamente, na perda de todo o acervo técnico que essas duas instituições formaram ao longo dos seus 29 anos de existência. Tal medida compromete profundamente a capacidade de o Estado poder continuar mobilizando poupanças de longo prazo para a sua economia nos próximos anos.

5 - O BANCO DO ESTADO DO PARANÁ S/A sempre desempenhou seu papel de Banco Comercial com grande competência, sendo conhecido hoje como um dos melhores em todo país. Fica, porém, a dúvida quanto à propriedade de se criar uma Carteira de Desenvolvimento num Banco Comercial. A atividade de fomento é onerosa e implica, pelo fato de exigir créditos de longo prazo, em riscos que nem os bancos comerciais estatais e nem o setor bancário privado estão dispostos a correr. Além disso, o corpo funcional do BANESTADO está formado e é permanentemente treinado para operar créditos de curto prazo, que é o seu negócio. A assunção das atividades de fomento demandaria anos de treinamento e preparação para que aquela instituição pudesse assegurar ao Estado um fluxo de recursos de longo prazo e atender as atividades de fomento ao nível de qualidade e competência com que o BADEP e o BRDE têm desempe-

nhado. Registre-se, ainda, que a absorção da atividade de fomento pelo BANESTADO pode ensinar aos seus acionistas, pelo impacto que certamente causaria nos seus resultados, medidas cautelares em juízo.

6 - É evidente que, após ponderados todos esses fatos, está sendo precipitada a maneira como se conduz a reforma administrativa, no que tange ao Sistema Financeiro do Estado do Paraná. Não existe um plano que pondere os aspectos e resultados positivos ou negativos de cada uma das alternativas disponíveis - conforme foi assegurado pelo Sr. vice-Presidente do BANESTADO, José Pio Martins e confirmado pelo Diretor de Relações com o Mercado do BANESTADO, em anúncio publicado na Gazeta do Povo, no dia 15.01.91. As decisões divulgadas pela imprensa estão comprometendo gradativamente as posições de ambas as instituições, podendo implicar em repercussões extremamente danosas aos interesses do Paraná.

7 - É inaceitável que o Executivo Estadual se arrogue no direito de extinguir empresas estatais ou negocie com o Governo Federal sua extinção sem a devida autorização da Assembléia Legislativa do Paraná, conforme aliás, determina a Constituição do Estado do Paraná. Os anúncios de extinção do BADEP estão sendo feitos à revelia do Legislativo. No caso específico do BRDE, a forma como está sendo conduzida a questão demonstra um flagrante desrespeito ao Poder Legislativo, uma vez que já se anuncia como certa a retirada do Paraná do Convênio CODESUL/BRDE, mesmo antes de ter sido votada por esta Casa a Mensagem do Poder Executivo que, a rigor, pela incontestável fragilidade de suas justificativas, deve, no mínimo, ser reformulada.

Os anúncios, além de induzirem a opinião pública, criam um clima de consumação das medidas como se nada mais restasse a esta Casa senão acatá-las. A consciência para esses fatos é condição básica para um perfeito julgamento e correta decisão.

8 - O BADEP, por força dos anúncios antes comentados e a propaganda que até na televisão tem sido veiculada, teve o seu fluxo de recursos paralisado, causando prejuízos incalculáveis ao Banco e à economia paranaense. No mercado financeiro, por consequência, o BADEP está sem condições de operar captações de curto prazo, caracterizando-se verdadeiro cerco à continuidade normal da Instituição. É uma situação que, sem dúvida, não pode perdurar.

9 - O BRDE, que já tem resolvida a sua situação econômico-financeira, vinha equacionando as pendências com o BNDES, para



voltar a operar normalmente, tendo inclusive já definida a disponibilidade de 37,0 milhões de BTN's daquela Instituição Federal para investir. Todo esse processo de retomada das atividades ficou prejudicado pelo envio da Mensagem do Executivo para ser autorizada a retirada do Paraná do Convênio CODESUL/BRDE.

10 - O assessoramento que o Senhor Governador do Estado vem recebendo nos casos do BADEP e BRDE é equivocado e leva o Poder Executivo a tomar decisões que não condizem com a realidade do Sistema Financeiro do Estado e com os interesses da economia e sociedade paranaenses. Exemplos disso são a anunciada extinção do BADEP e o encaminhamento da Mensagem ao Legislativo, solicitando a autorização para se proceder a retirada do Paraná do Convênio CODESUL/BRDE.

É indispensável salientar que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná será responsabilizada pelos prejuízos causados ao Paraná caso tome decisões precipitadas, no que tange ao Sistema Financeiro do Estado.

11 - No decorrer dos trabalhos desta Comissão, surgiram indícios de que parte da reforma administrativa do Estado estaria sendo conduzida por empresa contratada, cujo embasamento seria o Relatório do Banco Mundial para o Sistema Financeiro, o que merece um estudo mais aprofundado para se verificarem os fatos com maior clareza.

12 - Os Estados do Sul não podem prescindir de sua autarquia, cujas prerrogativas revertem em benefício da sociedade sulista:

a) Ela é imune a tributos (IR, IOP,...), cujos recursos, ao invés de serem recolhidos aos cofres da União, são reinvestidos nos próprios Estados;

b) Preferência no recebimento de créditos e execução de garantias.

13 - A existência de Banco Regional justifica-se plenamente no contexto atual:

a) Os futuros Governadores da Região Sul são de partidos diferentes. Ter um Banco Regional é importante para equilibrar possíveis impasses políticos na esfera federal, por parte de um dos Estados, evitando-se, assim, que recursos sejam estancados;

b) O momento histórico mundial é de união entre os países vizinhos, de um mesmo continente, para ganhar força na defesa de seus direitos e interesses. Ninguém ignora a intenção expressa do Governo Federal de promover a integração do CONE SUL; por isso não é difícil vislumbrar a importância que terá o Banco Regional neste

processo;

c) A própria Constituição Federal criou o Banco Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste;

d) A Constituição Federal destina, ainda, aos BD's Regionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, 3% da arrecadação do IPI e IR.

14 - É sabido que há um compromisso formal entre os Governos Estaduais e o BACEN de eliminar a DUALIDADE dos BD's nos Estados do Sul. É necessário comentar, porém, que:

a) O Executivo Paranaense está querendo acabar com os dois Bancos de Desenvolvimento do Estado;

b) O conceito de DUALIDADE é questionável, na medida em que se constata que em outras regiões existem situações similares e nada se lhes exigiu;

c) Conforme dizeres da própria Direção do BACEN, cada Estado pode ter quantos BD's quiser, desde que os sustente;

d) O prazo para eliminação dessa DUALIDADE, segundo o voto CMN 058/90 e DIFIS 90/012, encerra-se em 14.03.91. No entanto, a própria Lei n° 2.321/87 faculta a prorrogação automática de prazo por mais um ano, não sendo necessária qualquer precipitação.

15 - O BRDE é um banco totalmente transparente. Suas linhas políticas de atuação são definidas pelo CODESUL, onde Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul têm representação igualitária, além de que o Banco passa por uma série de controles que incluem Auditoria Interna, Auditoria Externa, Secretarias da Fazenda, Tribunais de Contas, Assembléias Legislativas e BACEN.

## VI - CONCLUSÕES

A Comissão Especial Interpartidária, que este subscreve, ante os dados e fatos expostos e analisados neste RELATÓRIO, conclui que:

a) É legítima a intenção do Poder Executivo de buscar a racionalização, adequando o Sistema Financeiro Estadual à realidade da economia paranaense;

b) É inquestionável o compromisso assumido pelo Governo do Estado quanto à eliminação da DUALIDADE dos Bancos de Desenvolvimento. No entanto, a data para solucionar tal pendência não expira, necessariamente, em 15.03.91, como se acredita, tendo em vista que a Lei n° 2.321/87 faculta a prorrogação por mais um ano;

c) O Banco Central do Brasil mantém-se isento quanto à adequação do Sistema Financeiro do Estado à realidade atual;

d) Não existe nenhum estudo consisten-

te que apresente uma análise das vantagens e desvantagens que podem advir como consequência da reforma do Sistema Financeiro do Estado, à maneira como está sendo conduzida;

e) Em nenhum momento ficou demonstrado que a criação de uma Carteira de Desenvolvimento em um Banco Comercial Estadual possa, com vantagens, substituir ao mesmo tempo dois Bancos de Desenvolvimento que operam já há quase 30 anos;

f) A existência de um organismo regional traz intransferíveis vantagens ao sistema de fomento;

g) É inoportuna qualquer definição quanto à Mensagem do Executivo que solicita a autorização para a retirada do Paraná do BRDE, uma vez que:

- As justificativas apresentadas são a eliminação da DUALIDADE dos Bancos de Desenvolvimento e o reforço do patrimônio do BADEP. Tendo em vista, porém, que o Executivo já anunciou, em 03.10.91, a extinção do BADEP, ficam invalidados os dois argumentos;

- Esta Assembléia, a pedido do Deputado Algaci Túlio, enviou ao Governador um pedido de informações, cuja resposta é fundamental para subsidiar esta decisão e não mereceu ainda devido atendimento.

h) Todo ato importante implementado neste momento terá reflexos ponderáveis sobre a atuação do novo Governo, sendo necessário muita reflexão antes de qualquer deliberação desta Assembléia.

i) O Executivo Paranaense fundamenta a reforma do Sistema Financeiro do Estado no Relatório do Banco Mundial, que sugere modelo para o Sistema Financeiro dos Estados. Segundo o mencionado Relatório, há intenção expressa de se privatizar qualquer atribuição específica que justifique a sua existência. Em outras palavras, o Banco Mundial acredita que os Bancos privados podem executar todas as tarefas que um Banco Comercial Estadual realiza.

## VII - RECOMENDAÇÕES

Em vista das conclusões a que chegou, esta Comissão Interpartidária recomenda:

a) Seja sustada a votação da Mensagem 189/90 do Executivo que pede autorização para proceder à saída do Paraná do Convênio CODESUL/BRDE, devendo a mesma ser reformulada;

b) Seja constituído um Grupo de Trabalho Paritário, integrado por representantes da Secretaria de Estado da Fazenda, do Banco de Desenvolvimento do Paraná S/A - BADEP, do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, do Banco do Estado do Paraná S/A - BANESTADO e da Assembléia Legislativa do Paraná. Este grupo deverá, no prazo de 90 dias, articulada-

mente com os Governos de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, apresentar à apreciação desta Casa um modelo institucional de fomento econômico que atenda os interesses de cada Estado no contexto da Região Sul.

c) Equacione o Poder Executivo Estadual junto ao BADEP, as pendências relativas à CIC e CODEL, providência que, na sequência, só contribuirá positivamente para o fortalecimento do modelo que vier a ser aprovado, em final deliberação desta Casa.

d) Seja instaurada uma Comissão Parlamentar de Inquérito para que se apurem as denúncias da participação de uma empresa de consultoria na elaboração do plano de Reforma Administrativa do Estado do Paraná, sem que se tenha obedecidos aos trâmites legais para a sua contratação.

e) O Executivo Estadual desenvolva negociações junto ao BACEN, no sentido de equacionar a dívida do BADEP com aquela Instituição, reescalando-a pelo prazo de 3 a 15 anos.

f) O Executivo Estadual cesse, imediatamente, os anúncios e propagandas sobre a última etapa da reforma administrativa do Estado.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21.01.91.

(a) NEIVO BERALDIN

Presidente

(a) RUBENS BUENO

Relator

Em votação.

O SR. PEDRO TONELLI - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal-Khury) - Para discutir, Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI (Para encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, demais presentes à nossa penúltima sessão neste período legislativo que ora encerramos.

Ocupo esta tribuna neste momento, para discutir, trazer à tona, a nossa visão com relação a matéria que é já de longo debate e de grande interesse público do Estado do Paraná, e principalmente para a Região Sul do nosso País.

Trata-se das medidas que terão que ser adotadas pelo Poder Executivo, pelo Poder Legislativo, pela sociedade paranaense, com respeito, principalmente ao passado bem como ao futuro do sistema financeiro e os seus agentes financeiros oficiais do Estado do Paraná.

Já foi propagandeada, já foi ventilada inúmeras vezes, uma série de hipóteses que foram levantadas por parte do Executivo, por parte do Banco Central, por parte de Parlamentares individualmente, medidas que

deveriam ser tomadas com relação do BRDE, ao BADEP, ao BANESTADO, e neste momento, Senhor Presidente, Senhores Deputados, chegamos a uma encruzilhada. Uma encruzilhada que é preciso que nós adotemos com prudência e possamos de sã consciência escolher o caminho melhor.

Um erro nesta data de hoje, Senhor Presidente e Senhores Deputados, poderá comprometer o desenvolvimento do nosso Estado, poderá comprometer as políticas públicas e é por isso que eu queria aqui colocar com detalhes, se possível, a minha opinião, a opinião do Partido dos Trabalhadores, e a sua contribuição com respeito a toda essa avaliação polêmica, que surgiu nos últimos tempos com relação ao Sistema Financeiro Estadual.

Confesso que com muito prazer fiz parte desta Comissão Especial, que teve o intuito inicial e neste aspecto o Parlamento paranaense foi inteligente, está de parabéns, quando deliberou de que se constituísse uma Comissão Pluripartidária que fosse ouvir os setores diretamente ligados para emitir um parecer mais embasado. Fiz parte, me dediquei juntamente com outros Parlamentares de partidos diferentes e que se empenharam, que priorizaram este belo trabalho que foi feito; o Deputado Neivo Beraldin, Presidente da Comissão; o Deputado Algaci Túlio, vice-Presidente; o Deputado Rubens Bueno, que foi o Relator, que fez um trabalho brilhante; o Deputado Basílio Zanusso, sub-Relator desta Comissão e o Deputado Luciano Pizzatto, que também foi um assíduo interessado nesta Comissão e que muito contribuiu.

Quero dizer da minha satisfação neste momento em votar favoravelmente as conclusões apresentadas por esta Comissão ao Parecer do Relator e que foi aprovado nesta Comissão por unanimidade, sem nenhum voto contrário, sem nenhuma restrição, e que certamente, nós temos que contar com o apoio, com a homologação inteligente deste Plenário nesta data.

O Relatório apresentado por esta Comissão, foi prudente. Por quê? Primeiro, ele foi prudente porque este Parlamento não pode acatar, ao apagar das luzes deste Governo, ao apagar das luzes desta Legislação, engolir sem mastigar uma ordem, uma imposição do Fundo Monetário Internacional, que o Banco Mundial nos impõe, que o Governo Federal põe em prática e que o Governo Álvaro Dias faz coro.

Então, esta Comissão foi prudente em não acatar, porque nós, desta Comissão, e a mim em particular, representante do Partido dos Trabalhadores, nós não concordamos com a tese que na América Latina cada vez mais implanta, ordenada pelo capitalismo selvagem do mundo, que defende uma tese de que o Estado não deve intervir na

economia dos países.

Eu defendo a tese de que o Estado forte, o Estado responsável pela sua população, um Estado democrático, ele tem que ter sim, Senhor Presidente, Senhores Deputados, o poder de intervenção em todos os serviços essenciais da sociedade de cada Nação. E o sistema financeiro é um serviço essencial, como é a saúde, a educação, a energia, o transporte: são serviços essenciais de que se faz necessário uma intervenção dura do Estado para que a população da Nação tenha assegurado esses serviços.

Se nós admitirmos aqui, Senhor Presidente, Senhores Deputados, de que o Estado não vai mais intervir no sistema financeiro, que o Estado não vai mais intervir na educação, como quer o Presidente Collor, que está querendo que tire da Constituição a obrigatoriedade da educação gratuita, da segurança, da saúde. Se nós atendermos a esse pedido, amanhã ou depois o nosso Brasil e o nosso Paraná serão um canteiro de obras dos americanos, como hoje está sendo a América Central, a Nicarágua, El Salvador, em que o Governo desses países não valem nada, não têm poder de decisão nenhum, porque com 1 milhão de dólares por dia, o Presidente Bush, através dos grupos econômicos americanos, impõe o que quer no continente centro-americano. Isso nós não queremos que aconteça aqui no Brasil.

E sabemos muito bem porque esta Comissão tomou conhecimento, através de um relatório do Banco Mundial, onde está explícito de que a intenção do Fundo Monetário Internacional, através da reforma bancária em nosso País, nas três etapas, é: primeiro, acabar com os Bancos de Desenvolvimento; segunda etapa: liquidar com os bancos dos Estados; e a terceira etapa é liquidar com os bancos oficiais federais que, aliás, o processo já está em andamento, e amanhã, segundo notícias do jornal "O Estado de São Paulo", de ontem, o Presidente do Banco do Brasil vai anunciar o fechamento de 1700 agências, vai anunciar o corte das comissões, o rodízio de gerentes e outras medidas que tem endereço certo: desmontar o Banco do Brasil, desmontar a Caixa Econômica para, posteriormente, privatizar e liberar os banqueiros privados para fazerem o que bem entenderem e aplicar no nosso País a "lei do cão", a lei do mais forte. Este o primeiro motivo que não concordamos com o Governador Álvaro Dias que está agora, neste momento, saindo do BRDE, que já anunciou a extinção do BADEP e, logo, logo, vai para liquidação o BANESTADO, e aí o sistema financeiro estará desmontado e o Estado não vai ter mais forças no sistema financeiro; e o Estado precisa determinar, concorrer, regular o sistema financeiro. Se não regular o sistema financeiro, o Estado vai ser fraco,

um Estado que não tem razão de ser.

O segundo motivo, Senhor Presidente, Senhores Deputados, quando ouvimos as partes BRDE, BADEP, Banco Central, BANESTADO, Governo do Paraná, efetivamente constatamos que há abusos, há absurdos. Existem maus pagadores. Existem penhoras que foram feitas que agora não têm onde se agarrar para cobrar os inadimplentes. Existem.

Cá entre nós, se estes bancos são mal administrados, os conselhos destas autarquias, destes agentes financeiros onde o Estado tem assentos, se estão sendo mal gerenciados, isto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, não justifica a sua extinção. Se não está sendo bem conduzida a política interna, está mal gerenciada, tem que ser adotada uma política diferente. Tem que mudar. Agora, não justifica se está dando prejuízo, está perdendo os devedores, não estamos conseguindo receber, segundo opiniões do Estado do Paraná, então não acatamos esta justificativa que tem que extinguir o banco porque está dando prejuízo, ou está sendo mal administrado. Então isto não é motivo para aplicar a dose que está sendo aplicada neste momento.

Outra consideração que queria colocar em apreciação, é esta medida que o Governador Álvaro Dias anuncia e que propõe através de Mensagem para este Parlamento. Acho inoportuna e imprudente: extinguir o sistema financeiro estadual. Adotar estas medidas, exatamente faltando um mês para o final de seu Governo, acho isto no mínimo uma imprudência com o serviço público e com a administração pública do Paraná.

O Governador, se fosse prudente, se estivesse bem intencionado, ele deveria ter adotado estas medidas exatamente no começo de seu Governo, porque ele teria que arcar com as conseqüências. Agora é fácil! É fácil chegar aqui, conseguir IBOPE, fazer demagogia perante a Nação, porque depois quem vai ter que responder com a bomba na mão não vai ser mais ele. Ele estará não sei onde daqui um mês. É fácil adotar medidas demagógicas agora. O difícil é sustentá-las politicamente no momento em que vai gerar efeitos.

Por isto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, o parecer desta Comissão, que foi referendado por unanimidade, o parecer do nobre Relator, ela se justifica, porque permite com que o novo Governador que assume em quinze de março, e a nova Legislação, que assume daqui a uma semana, eles apreciem de cabeça fria, possam tomar uma decisão, onde vão ter que arcar com as conseqüências durante quatro anos, tanto o Executivo como o Legislativo. Acho que nós, o Poder Legislativo, não podemos assumir esta responsabilidade de adotarmos uma medida tão dura com o Estado do Paraná

neste momento e, daqui a quinze dias seremos acusados.

Está debitada em nossa conta a responsabilidade por termos extinguido agentes financeiros úteis para o nosso Estado, por termos assinado embaixo um dos maiores absurdos, talvez para a história do desenvolvimento do Paraná.

Então, Senhor Presidente, Senhores Deputados, faço um apelo para que acatemos o parecer do nobre Relator, que recebeu unanimidade nesta Comissão Pluripartidária. Ela foi plenamente prudente com as diferentes visões que foram informadas, que foram defendidas, condizem com a realidade e as conclusões finais, as recomendações finais, devem receber o acatamento deste Plenário porque, ao nosso ver, do Partido dos Trabalhadores, representa o melhor para este momento. É óbvio que algumas medidas terão que ser tomadas, medidas talvez duras, amargas, mas é bem prudente que a próxima Legislatura e que o próximo Governador assumam e adotem a dose necessária e sustentável politicamente para os próximos quatro anos.

Era isto, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Estou certo de que este parecer receberá aprovação.

Concedo aparte ao Deputado Relator, que, aliás, fez um bom trabalho e está de parabéns, nobre Deputado Rubens Bueno.

O Sr. Rubens Bueno - Deputado Pedro Tonelli, acompanhei o pronunciamento de Vossa Excelência com assiduidade. Vossa Excelência participou dos trabalhos da Comissão, e queremos deixar isto muito claro perante o Plenário desta Casa.

Hoje li no jornal uma entrevista do Líder do Governo, Deputado Caíto Quintana, em que, em um determinado momento, diz que a dívida que os Estados do Sul têm perante o BRDE seria rateada entre os Estados do Sul. É um equívoco por parte do Líder do Governo, porque nenhuma dívida de um Estado passa para um outro Estado. Cada agência, de cada Estado, é autônoma, é independente. Então, não é solidário na dívida. Se o Rio Grande do Sul deve mais, deve pagar aquilo que deve. Se Santa Catarina deve menos, vai ter que pagar aquilo que deve. E o Paraná deve 77 milhões de BTN's, vai ter que pagar a partir de setembro deste ano, de acordo com o contrato de assunção de dívidas que o Governador Álvaro Dias assinou no dia 14 de março do ano passado, perante o Banco Central, corrigida pela BTN e com mais 6% de juros ao ano. Então, não tem porque levar à opinião pública esta informação de que o Paraná está pagando dívidas de outro Estado. Não tem, não existe. Esta informação está

equivocada e precisa claramente ser levada à opinião pública para que todos entendam o porquê do nosso Relatório.

De outro lado também, não há nenhuma predisposição no sentido de manter este ou aquele Banco de Desenvolvimento. A Comissão entendeu, por unanimidade de seus membros, que o Paraná não pode abrir mão de um Banco de Desenvolvimento. Portanto, opinou contrariamente à criação da Carteira de Fomento, junto ao BANESTADO. Esta é a questão principal. Se nós temos aqui o BRDE e o BADEP, um pode se incorporar ao outro, como pode nascer um novo Banco de Desenvolvimento, mas jamais a Carteira de Fomento do BANESTADO, porque seria prejudicial aos interesses de um Banco Comercial que tem a visão de um lucro grande e rápido, perante um Banco de Fomento, que tem a visão de empréstimos a longo prazo, de quantia elevada e cujo promotor e incentivador deste processo é o Estado, de acordo com a própria Constituição.

O SR. PEDRO TONELLI - Agradeço o seu aparte, nobre Deputado Rubens Bueno, que lembra muito bem esse aspecto equivocado defendido por parte do Governo, e que nós procuramos apurar durante os depoimentos da Comissão. Efetivamente, foi bom o seu registro.

Queria concluir, Senhor Presidente, dizendo mais: os atos de publicidade do Executivo e que propagandeia à Nação, anunciando a sua última etapa de reforma administrativa, dizendo que está encaminhando um processo de extinção do BADEP, essa história toda, acato como um desrespeito ao Poder Legislativo do Estado do Paraná. Esta matéria só pode ser tomada, a decisão só poderá ser tomada com a decisão do Poder Legislativo. E, no entanto, o Poder Executivo já está anunciando, está propagandeando um ato que nem sequer aconteceu, nem a Mensagem da extinção do BADEP, creio que não está na Assembléia Legislativa ainda. No entanto, em desrespeito a este Poder, o Poder Executivo está propagandeando para a Nação, de que ele está moralizando, que a última etapa da Reforma Administrativa já está se concluindo, e já dá o fato como fato encerrado.

Eu queria fazer este registro, para que a história registre e para que o futuro cobre esse absurdo, esse desrespeito e essa ofensa contra o Poder Legislativo e contra a população do Paraná.

Era isso, Senhor Presidente, era isso, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação, o Projeto de Resolução n° 006/91.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Senhor

Presidente, eu solicito para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está com a palavra, o Senhor Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Em primeiro lugar, gostaria de transmitir aqui a nossa satisfação pelo trabalho realizado pela Comissão Suprapartidária, com relação ao sistema financeiro do Estado do Paraná. Trabalho apurado, trabalho sério, trabalho que nos dá diretrizes e balizamento, para futuras decisões a respeito do sistema financeiro do Estado do Paraná. Mas eu chamaria a atenção, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, para o início de o que se está votando na Assembléia Legislativa? Qual é a Mensagem que se vota nesse instante, ou que entrará na Ordem do Dia da Assembléia Legislativa?

A Mensagem que está se votando na Assembléia Legislativa, trata-se de autorização para que o Paraná saia do BRDE, nada mais do que isto. Instante algum dessa Mensagem está se votando extinção ou não do BADEP, instante algum está se discutindo ou votando a questão do sistema financeiro estadual; está se pedindo pura e simplesmente, autorização para o Paraná sair do BRDE. E diga-se mais: não está nem propondo a extinção do BRDE, apenas o Estado do Paraná - participante com um terço de uma autarquia interestadual, está pedindo ao seu Parlamento, conforme determina a Lei, autorização para sair de uma sociedade que não lhe interessa mais participar.

Portanto, eu tenho visto nos pronunciamentos, eu tenho ouvido nos comentários, eu tenho lido nos relatórios, muito sobre o sistema financeiro estadual, inclusive enfoque a respeito da BADEP, que só serve como um rico documento, para continuarmos a discussão na sequência sobre a questão financeira do Estado do Paraná, não servem e não valem para a orientação de votação desse Plenário na Mensagem que estamos votando, que é única e exclusivamente autorização para o Estado do Paraná sair do BRDE.

Dito isso, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, vamos nos reportar à questão que se depara, hoje, o BRDE, com o envolvimento dos três Estados do Sul e o Banco Central, num compromisso firmado pelos Governadores, em março do ano passado.

A todos nós é lembrado que naquela oportunidade, o BRDE encontrava-se sob liquidação extrajudicial. Esta Assembléia, naquela oportunidade, lutou, relutou, muita gente se intensificou na luta, para que

se pudesse levantar a liquidação extrajudicial do BRDE.

Portanto, que estágio nós estamos discutindo, em cima deste voto do Banco Central? Nós estamos discutindo o estágio em que se encontrava o BRDE em março de 1990. Portanto, com uma liquidação extrajudicial definida, em andamento, no qual os Governos de Estado, num dos últimos atos do Presidente José Sarney, mediante uma série de compromissos, concordou em fazer o levantamento desta liquidação.

Pois bem. Naquela oportunidade da liquidação, levantada a situação do BRDE, nós tínhamos a seguinte posição: naquela época, o Estado do Rio Grande do Sul era devedor de Cr\$ 310.857.846 cruzados; o Estado de Santa Catarina de Cr\$ 250.530.845; e o Paraná de Cr\$ 72.000.000 de cruzados. Estes foram os números levantados e acordados para que eles fossem renegociados, com um período de carência e com o compromisso de pagamento.

Muito bem. Entre uma série de outros compromissos assinados neste documento pelos Governos, que se reporta desde os créditos do sistema BNDES, os créditos com a Caixa Econômica Federal, os créditos em moeda estrangeira, alguns liquidados e outros acordados, e que fizeram parte do compromisso, e eu chamo a atenção deste Plenário, do compromisso firmado pelos Governos junto ao Banco Central, há um outro compromisso, que me parece, nós poderemos centralizar o alvo das nossas discussões. No item B da cláusula 3.8, diz com todas as letras: (lê):

"Durante o período da administração especial temporária, deverá ser eliminada a dualidade institucional, hoje existente, entre bancos estaduais de desenvolvimento e o BRDE." Cláusula explícita: durante o período da administração especial temporária, deverá ser eliminada a dualidade de bancos de desenvolvimento.

Na sequência, no item 4, diz também: (lê): "acordado e assinado o não cumprimento pelos Estados instituidores do compromisso fixado no item 3.8.B anterior" - que foi o que eu li - "acarretará o vencimento antecipado dos contratos de assunção de dívida e outros aspectos, de que trata o item 3.1.1 anterior, sem prejuízo no estabelecido no artigo 11, do Decreto Lei 2.321."

Significa o que, Senhor Presidente e Senhores Parlamentares? Que se nós, até o mês de março do ano de 1991, não resolvermos, entre outros aspectos, até mesmo o rolamento de dívida e de compromissos com dívidas, não eliminarmos a dualidade, automaticamente nós voltamos ao "status" anterior de liquidação extrajudicial do BRDE pelo Banco Central.

Concedo aparte ao Deputado Pedro To-

nelli.

O Sr. Pedro Tonelli - (Aparte) - Eu agradeço o vosso aparte, nobre Líder, só queria lembrar que esse acordo, bem lembrado por Vossa Excelência, foi celebrado em 14 de março do ano passado. Porque só agora, nobre Líder do Governo, a gente está a 15 dias, agora temos pressa! Então eu indago a Vossa Excelência, eu estranho! Este acordo foi celebrado em 14 de março do ano passado, já está há quase um ano, e agora, no atropelo, passar o rolo compressor e aprovar de qualquer maneira, em nome do descumprimento desses acordos.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Deputado, eu me proponho a vir à tribuna para discutir com racionalidade o Projeto que está aqui. O emocionalismo, as vinculações político-partidárias, a questão de situação e oposição com o eventual Governo do Estado do Paraná, o discurso acusatório, em nada vai levar na solução do impasse que nós temos. Mas como Vossa Excelência faz uma colocação, o Estado do Paraná não parou após a assinatura deste documento com o Banco Central, de buscar as alternativas, via CODESUL. Foi discutido com os Governadores dos três Estados uma forma de achar a saída. Inclusive, uma das formas levantadas durante este período, foi a incorporação do próprio Banco de Desenvolvimento Estadual no BRDE, como forma de unificação da dualidade, fato que também não prosperou.

No entanto, as colocações feitas aqui de que o Governo, ao apagar as luzes de seu governo, quer fazer mídia, mídia significa tomar uma boa medida. Ninguém faz mídia em cima de um ato que tem que ser tomado e que é amargo. Haja vista as colocações pela própria Imprensa, haja vista a movimentação dos próprios funcionários, haja vista uma série de conotações, que politicamente, seria bem preferível ao Governo que está encerrando, lavar as suas mãos, deixar para o outro Governo, para que o outro Governo solucione este problema, sem o envolvimento de quem está saindo. Pelo contrário, eu acho que é um ato de coerência e coragem para quem tenta resolver os problemas afetos à sua administração e até porque no dia 14 de março de 1991, portanto logo após a passagem do Governo para o novo Governo, extingue-se o prazo para a solução da dualidade dos Bancos de Desenvolvimento. E nós precisamos achar uma saída!

E aqui é que me reporto ao Relatório do Deputado Rubens Bueno, dizendo que ele tem um valor inestimável para a sequência das discussões.

Permito-me, Deputado, não concordar e recomendar o voto contrário a este Relató-



rio, por algumas razões. E Vossa Excelência, um Parlamentar assíduo, há de convir de que no estudo e na avaliação do sistema financeiro estadual, este documento está muito bom. No entanto, como subsídio para votação do Projeto que nós estamos votando na Assembléia, ele extrapola o próprio objetivo da Mensagem que está aqui, porque no instante em que nós estamos votando única e exclusivamente a saída do Paraná do BRDE, é evidente que a nossa avaliação sobre se é importante ou não a liquidação do BADEP fica prejudicada, porque a Assembléia não está votando a liquidação do BADEP, está votando a autorização para a saída do Paraná do BRDE. E o Relatório começa dizendo: "Que seja sustada a Mensagem n° 189." E eu vou além, já de imediato, no outro artigo, para dizer porque eu acho o risco dele, porque o item B recomenda que seja constituído um grupo de trabalho paritário, integrado por representantes das Secretarias e tal e tal e tal, para que, com um prazo de 90 dias, articuladamente com o Governo de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, a apresentar à apreciação da Casa, o modelo institucional de fomento econômico e até os interesses de cada Estado, no contexto da Região Sul.

Ora, a todos nós é perceptível que a Assembléia está acabando o período legislativo agora, por mais que nós venhamos esticar, nós chegamos ao fim deste mês. E o mês de fevereiro nós temos nessa Casa, como atividade, apenas a posse dos novos Deputados e a eleição da Mesa, e retornamos ao trabalho no mês de março. Se nós formos instituir uma Comissão com prazo de 90 dias para fornecer parecer, nós vamos gastar março, abril e maio, e portanto, vamos ter atingido já a data limite estabelecida no documento assinado com o Banco Central, de solução do problema de dualidade, que deve acontecer no dia 14 de março de 1991.

Eu só quero concluir o raciocínio, porque não estou em desmerecimento algum com seu parecer, acho e quero reafirmar, como análise do sistema financeiro do Estado do Paraná, é de grande valia. No entanto, nós não estamos votando o sistema financeiro estadual, nós estamos autorizando sair do BRDE.

Equacione o Poder Executivo Estadual junto as BADEP, as pendências relativas à CIC e à CODEL. Esta Casa não está votando a equação do BADEP, portanto, a sugestão não cabe como análise ao projeto que está sendo votado na Assembléia, porque não está se tratando do BADEP, nem da dívida da CIC, da CODEL ou do ATALLA com o BADEP; ele está tratando da saída do BRDE.

Sua Excelência propõe ainda uma Comissão Parlamentar de Inquérito que pode à revelia de aprovação ou não, ser sugerida

como instalação, embora eu queira, aqui dessa tribuna, para que fique gravado nas Anais desta Casa, que em instante algum o Governo do Paraná pagou um centavo sequer para essa consultoria na elaboração do plano de reforma administrativa. Não há no plano do Governo do Estado, nenhum pagamento a essa companhia, e isso estou dizendo daqui, colocado na tribuna. Se for vontade de Vossa Excelência, eu pegaria em mãos um requerimento formulado por Vossa Excelência, me comprometeria de levar até a área do Governo do Estado, para trazer uma resposta oficial assinada, dizendo exatamente as palavras que estamos dizendo.

Outro item: o Executivo Estadual desenvolva negociações com o Banco Central no sentido de equacionar a dívida do BADEP. Mais uma vez eu me reporto: tudo o que Vossa Excelência coloca aqui, um árduo trabalho, é importante para a análise do sistema financeiro do Estado, mas não é indicativo para a votação que nós estamos fazendo neste Plenário, que se trata exclusivamente da questão do BRDE.

Agora, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, eu não tenho dúvida nenhuma do que afirmo nesta tribuna, porque discutimos isso com a nossa bancada e pretendemos discutir também com as bancadas de oposição, na formação sim, de uma Comissão, para levantar especificamente dados a respeito do BADEP, e em comissão, conversarmos com o Governo que está encerrando o seu mandato e principalmente com o futuro Governador, para analisar de tudo a necessidade ou não, a coerência ou não, a assertiva ou não, da extinção do BADEP, porque quer me parecer que no instante em que é colocado pelo Banco Central como fato consumado a eliminação da dualidade, eu prefiro que se discuta o caminho da continuidade de um banco de desenvolvimento do Estado do Paraná, e nunca de que a dualidade seja resolvida com a protelação da decisão do BRDE e o risco da extinção extrajudicial do BADEP. Porque indiscutivelmente, a nós, paranaenses, tem mostrado de que os nossos interesses são peculiares, são particularizados, é o desenvolvimento do nosso Estado, num Banco, numa sociedade anônima de capital fechado, onde o Governo do Estado do Paraná detém quase todas as ações, onde se discute interiormente no Estado as prioridades do seu desenvolvimento, porque nós não temos à guisa de banco regional de desenvolvimento, projetos que na verdade venham justificar o desenvolvimento da Região Sul; nós temos projetos isolados, muitos dentro do BRDE mais condicionados à realidade, uns do Paraná, outros de Santa Catarina, outros do Rio Grande do Sul. Nós não conseguimos trazer a visão de banco de desenvolvimen-



to. Eu concordo, Deputado Pedro Tonelli, com a sua afirmativa de vigilância do Parlamento Brasileiro, das forças da sociedade na busca da não interferência do Poder Público nos bancos estaduais, principalmente sob a alegação desses bancos estaduais serem bancos que praticam o assistencialismo ou socorrem as necessidades, como Vossa Excelência fez na tribuna quando solicita a participação do Governo no apoio aos agricultores do Paraná em dificuldade por causa da chuva. Quem vai socorrer? O Banco do Estado do Paraná, porque ele tem o aporte de um banco de capital aberto, onde há por parte do Governo do Estado a maior parte das ações. Agora, tenho certeza absoluta, e é nisso que eu me permito até pedir escusas aos funcionários do BRDE, a quem evidentemente, o meu pronunciamento não faz gosto. Não vai bater agricultor nenhum na porta do BRDE pedir auxílio para a sua lavoura, na hora da necessidade, e não pode o Governo do Estado pôr em risco a saúde financeira do seu banco estadual, para dar suporte a bancos de desenvolvimento, que porventura, por não ter saneamento, não têm condição de fazer o trabalho que tinham que fazer.

Ninguém liquida, nem judicialmente, nem extrajudicialmente, um banco que tenha saúde financeira para caminhar pelas suas próprias pernas. Não há processo de liquidação extrajudicial. O Governo Federal procurou intervir em cima de bancos estaduais e entrevistou em cima de alguns bancos estaduais nesse nosso País. Mas entrevistou em bancos que estavam falidos; não entrevistou em bancos que têm saúde financeira.

Por isso, quando nós discutimos a questão de intervenção ou não do Banco Central, é porque o sistema monetário, o sistema financeiro nacional tem a correspondência e a responsabilidade da manutenção do sistema.

Eu quero me posicionar, com o devido respeito que ele merece, Deputado Rubens Bueno, pela rejeição do parecer da Comissão. Não pelo seu conteúdo, que o seu conteúdo, se nós analisarmos aqui, ele se detém mais na análise do sistema financeiro do Estado do Paraná, do que no fato específico que nós estamos votando na Assembleia, que é a autorização para o Paraná sair do BRDE.

Portanto, nos servirá de subsídio muito grande para iniciarmos uma discussão a respeito da necessidade da assertiva ou não da extinção do BADEP. Agora, não tenho dúvida de que a nós paranaenses, cabe a decisão de permanecermos ou não num banco como sócios, que não temos a intenção de continuar. Um banco que está em dificuldade, e que se liquidado, a afirmativa feita nesta Casa e que eu já ouvi de muitos funcionários, não está perfeitamente correta

também; na liquidação extrajudicial do banco, do BRDE, até porque ele é uma autarquia, é um dos únicos bancos de desenvolvimento, senão o único, que é uma autarquia, nós não temos jurisprudência formada para dizer se o Estado responde solidariamente pela parte de subscrição do capital, no Banco, e o Paraná entrou com um terço do BRDE.

Portanto, o que nós queremos? Santa Catarina e Rio Grande do Sul acham que o BRDE é importante na sua continuidade? Ótimo. Nós não queremos terminar o BRDE. Nós queremos apenas autorização para o Estado do Paraná sair do BRDE. Continue o BRDE com Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Afinal, grande parte das dificuldades que o BRDE está atravessando hoje, são conseqüências dos atos praticados por estes Estados, tal como antecipações de receitas feitas no BRDE no Governo do Rio Grande do Sul, contrariando os próprios dispositivos legais.

Essa é a posição da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. E eu acredito que nesse momento, como representante do povo do Estado do Paraná, como pessoas que querem ver o nosso Estado com condições de continuar investindo dentro do seu Estado, a atitude de cada um de nós, de paranaístas, não é de defender os interesses do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, que eu respeito e admiro até, na condição de gaúcho que eu sou, mas o meu coração há muito tempo é paranaense, e em defesa de podermos sanar a questão de investimento do nosso Estado, e as finanças do nosso Estado, dentro do BRDE e BADEP, me permitam os Senhores, eu fico com o BADEP e fico com o sistema financeiro estadual do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Algaci Túlio com a palavra.

O SR. RUBENS BUENO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu pedi aparte ao Deputado Caíto Quintana e fui citado diversas vezes e não tive o prazer de apartear-lo. E gostaria de pedir, então, um tempo para discutir a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Rubens Bueno com a palavra.

O SR. RUBENS BUENO - Senhor Presidente, se Vossa Excelência me autorizar, eu vou fazer daqui mesmo deste local, tendo em vista a documentação que tenho.

(Assentimento)

Senhor Presidente, o Deputado Caíto Quintana, acaba de fazer um pronunciamento que nada mais é do que colaborar com o encaminhamento e as conclusões da Comissão Especial Interpartidária. Aliás, se nós,

desde o primeiro momento, no dia 28 de dezembro, quando apresentamos aqui um requerimento, e que está aqui nesta pasta, nós temos a assinatura do Deputado Caíto Quintana, que trata exatamente da criação de uma comissão especial interpartidária para estudar o sistema financeiro estadual. Em nenhum momento, neste documento, se fala da questão da Mensagem do Governador ou da saída do Paraná do BRDE. O passo seguinte, foi a instalação da comissão, e na instalação desta comissão, nós procuramos evidentemente, ouvir as autoridades, ouvir os Diretores do BANESEADO, os Diretores do BADEP, os Diretores do BRDE, o Secretário da Fazenda e o Diretor do Banco Central, pois o nosso requerimento versava única e exclusivamente, sobre o Sistema Financeiro Estadual.

O Deputado Caíto Quintana, quando fala da Comissão para tratar do assunto do BRDE, este argumento, portanto, não existe e não tem porquê.

A Mensagem de que o Deputado Caíto Quintana cita, de que trata tão somente da saída do Paraná do BRDE, também é uma meia verdade. A Mensagem diz, exatamente, o seguinte, fala da autorização para a retirada do Paraná do BRDE ou a sua liquidação ordinária. Então, não é só a saída do Paraná do BRDE. O seu Artigo 1º é claro quando diz: A Assembléia Legislativa autoriza o Paraná a se retirar do BRDE ou a sua liquidação ordinária. E no artigo 2º, Senhor Presidente, Senhores Deputados, o Governador na sua proposta original diz exatamente: que o resultado do acervo líquido da retirada do Paraná do BRDE será, prioritariamente, para fortalecer o patrimônio do BADEP. Esta Mensagem, encaminhada em novembro para a Assembléia do Paraná, teve algumas alterações e esta alteração veio, exatamente, em cima do requerimento de 28 de dezembro, aprovado e com a assinatura do Deputado Caíto Quintana e o anúncio feito pelo Governador do Paraná no dia 03 de janeiro, portanto, posteriormente àquela data, quando ele anunciou, a pretexto da última etapa da reforma administrativa, a liquidação e a extinção do Banco de Desenvolvimento do Paraná, BADEP S.A.. A partir daí, nós apanhamos esses depoimentos. Fomos procurar com absoluta isenção de ânimos, sem qualquer configuração partidária, sem qualquer discussão de aspecto ideológico, que mesmo que alguns Deputados, com a liberdade de que têm, ali colocaram na comissão e nós respeitamos, a decisão não foi esta. Nós respeitamos o compromisso que o Governo Álvaro Dias assumiu no dia 14 de março do ano passado, quando, perante o Banco Central, nada mais fez do que assinar a assunção de dívida que o Estado do Paraná deve ao BRDE de 77 (setenta e sete) milhões de BTN's.

Também não é verdadeira a afirmação de que o Paraná tem colocado dinheiro do BRDE. A assunção dessas dívidas, de acordo com o contrato com o Banco Central, dá quinze anos para o Paraná pagar essa dívida com 18 (dezoito) meses de carência, pagamento cada vez corrigido pela BTN mais 6% de juros ao ano. Quando o Deputado Caíto Quintana cita o vencimento, a cláusula em que ele cita o vencimento deste compromisso no dia 15 de março deste ano, ele também fala não a verdade por inteiro, não por má fé, mas talvez até por desconhecimento da própria legislação.

A Lei nº 2321 do dia 28 de fevereiro de 1987 no seu parágrafo único, quando autoriza até um ano para renegociar as dívidas dos Estados com a Autarquia, dá mais um ano...

O SR. CAÍTO QUINTANA - Não dá.

O SR. RUBENS BUENO - Prorrogável, por mais um ano.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Poderá prorrogar por mais um ano. É no condicional.

O SR. RUBENS BUENO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Vossa Excelência não me ce-deu aparte e eu gostaria exatamente do debate para poder trazer ao conhecimento desta Casa todas essas informações.

Eu tenho aqui a cópia da lei que trata especificamente desta matéria.

O Diário Oficial do dia 26 de fevereiro de 1987, publica este Decreto Lei, Decreto Lei nº 2321, pois bem, no seu artigo primeiro, ele fala exatamente das condições especial e temporária que o Banco Central pode dar às instituições financeiras do País, mas no seu parágrafo único do artigo primeiro, diz exatamente o seguinte:

"A duração da administração especial, será fixada no ato em que a decretar, podendo ser prorrogada se absolutamente necessário por período não superior ao que vence".

O SR. CAÍTO QUINTANA - Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. RUBENS BUENO - Agora eu quero concluir. Não é a palavra do Deputado Caíto Quintana e não é a palavra do Deputado Rubens Bueno - Relator da matéria, é a palavra do Diretor do Banco Central que negociou toda essa situação do BRDE e do BADEP, e ele diz que não há nenhum obstáculo para que aconteça essa prorrogação por mais um ano sim.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Agora Vossa Excelência me permita um aparte.

(Assentimento)

A lei está dizendo poderá. Exatamente aquilo que eu disse, no condicional, dependendo da interpretação poderá prorrogar, no entanto a cláusula do contrato firmado, Deputado Rubens Bueno, quando se refere apenas no item dualidade, nem trata de estar honrando ou não esses compromissos, na questão da dualidade, que terá que no prazo de um ano, que é o prazo fixado extinguir a dualidade, imediatamente abaixo e isso tem a assinatura dos Governadores com o Banco Central, ela diz taxativamente, aí não mais no condicional, aí no afirmativo, diz: "o não cumprimento pelos Estados instituidores do compromisso firmado no item 3.8D, que é exatamente a dualidade, acarretará o vencimento antecipado dos contratos de assunção de dívida e outros de que trata esse documento firmado e ainda mais sem prejuízo do retorno a situação de liquidação extrajudicial."

O SR. RUBENS BUENO - Perfeitamente. Só que com um detalhe, Deputado Caíto Quintana, quando trata na Letra D, desta mesma questão que o Banco Central levanta e que Vossa Excelência coloca, diz o seguinte: "que o Decreto Lei nº 2321 é a base desta negociação e que fica condicionada à prévia anuência dos Estados instituidores". O Paraná está tomando a posição isolada, independente de Santa Catarina, independente do Rio Grande do Sul. Eu quero fazer chegar...

A prévia dos Estados não é de um Estado...

O SR. CAÍTO QUINTANA - Não, não...

O SR. RUBENS BUENO - Veja Vossa Excelência. Eu quero fazer questão de encaminhar...

O SR. CAÍTO QUINTANA - Deputado Rubens Bueno, eu já ouvi esta afirmação é de quem quer induzir, também não estou sendo...

O SR. RUBENS BUENO - Deputado, Vossa Excelência não tem em mãos o voto do Banco Central aprovado pelo Conselho Monetário Nacional que deu esta autorização.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Tenho.

O SR. RUBENS BUENO - Então é só ler.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Autorização da Assembleia Legislativa e das Assembleias Legislativas no caso de uma extinção do Banco...

O SR. RUBENS BUENO - Eu peço que Vossa Excelência leia o documento na página nº

7, o voto do Banco Central convalidado pelo Conselho Monetário Nacional, na letra D 3.7.

Peço que Vossa Excelência leia com muita atenção.

Não seu final diz textualmente:

Fica condicionada à prévia anuência dos Estados instituidores.

Eu só gostaria de poder dar mais um argumento em cima do que Vossa Excelência coloca.

Eu tenho aqui em mãos, um documento do Governador de Santa Catarina que, ao final da última semana, inaugurou um posto de fiscalização na divisa dos dois Estados, portanto, nós precisamos conviver solidariamente. E neste documento, datado de 7 de janeiro de 1991, diz o seguinte: "assunto - dualidade institucional do Banco de Desenvolvimento. O Sr. Presidente, o Banco Central do Brasil, (este documento foi encaminhado ao Presidente da República, Fernando Collor de Mello), através do voto 160/90, apreciado pelo Conselho Monetário Nacional, em sessão de 21 de janeiro de 1990, fixou o prazo de 1 ano para o regime de administração especial temporária do BRDE e a eliminação da dualidade dos bancos de desenvolvimento. O Governo do Estado constituiu uma comissão composta por membros do atual Governo, do novo Governo para decidir sobre o assunto, porém em função da mudança de Governo o prazo passou a ser exíguo. Solicito a Vossa Excelência que autorize ao Banco Central uma prorrogação do prazo por mais 180 dias, facultando assim que todas as providências relacionadas ao aspectos legais, jurídicos, fiscais, financeiros e trabalhistas sejam concluídas em tempo hábil". Este é documento do Governador de Santa Catarina ao Presidente da República, pedindo 180 dias.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Vossa Excelência tem a resposta do Banco Central ao Presidente da República?

O SR. RUBENS BUENO - Mas como não venceu, cautelarmente o Governador do Estado está pedindo a prorrogação de acordo com a Lei nº 2321, Excelência. Então, está dentro do prazo porque esta lei, só é prorrogada até março de 1992.

Quando Vossa Excelência coloca a dívida dos Estados, e eu li hoje claramente na imprensa a questão do rateamento, tem os estatutos do Banco, Deputado, e os estatutos demonstram claramente qual a posição e qual a responsabilidade que cada Estado tem perante esta agência de fomento, a nível de autarquia do Sul do País.

Pois bem. Cada dívida elas são independentes e autônomas. Nenhuma dívida passa a ser dívida de outro Estado e nenhuma

solidariedade no âmbito desses empréstimos. Portanto, cada tostão investido neste Estado, numa empresa, numa indústria, em qualquer setor privado ou público, a responsabilidade é do Estado do Paraná. Por conseguinte, a mesma situação é do Rio Grande do Sul e a mesma situação é de Santa Catarina, e isto está nos estatutos.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Deputado, apenas para manter o diálogo, que nós também temos analisado junto ao Banco Central em sucessivas reuniões: não há jurisprudência. A dívida que Vossa Excelência refere à questão de cada Estado são as dívidas contraídas dentro da respectiva participação do Estado no seu Estado. No caso excepcional de uma liquidação extrajudicial, que é uma liquidação de uma autarquia interestadual, formada por um terço de cada Estado, não há jurisprudência alguma determinante de que não haja um rateio dos compromissos dos Estados.

O SR. RUBENS BUENO - Mas a jurisprudência está dentro dos estatutos do Banco, formalizado e acompanhado e, aliás, eu tenho aqui os três votos do Governo Álvaro Dias, aprovando todas as contas do BRDE nos últimos 3 anos até como Presidente do CODESUL.

Então, esse argumento cai por terra...

O SR. CAÍTO QUINTANA - Não. Na sua visão cai por terra; na minha não.

O SR. RUBENS BUENO - Isso consta dos estatutos...

O SR. CAÍTO QUINTANA - A responsabilidade de cobrança dos empréstimos feitos dentro desta autarquia no seu respectivo Estado é daquele respectivo Estado. O estatuto não trata da liquidação extrajudicial, que é um fato que extrapola a decisão normal de um banco, e aí na liquidação extrajudicial há uma participação numa autarquia, em partes iguais em três Estados. E não estou afirmando categoricamente, mas também não aceito a sua afirmativa categórica, porque não há jurisprudência firmada se a partilha das responsabilidades das dívidas não será entre os Estados componentes da autarquia.

O SR. RUBENS BUENO - Em virtude da fragilidade do seu argumento, eu afirmo categoricamente que o Paraná não é solidário às dívidas do Rio Grande do Sul e Santa Catarina por um detalhe...

O SR. CAÍTO QUINTANA - Eu lamento que Vossa Excelência não tenha exercido da autoridade para a garantia a nós, paranaenses. Vossa Excelência pode garantir na

sua visão, no entanto, não vai fazer peso algum a sua afirmativa no caso de ocorrer uma liquidação extrajudicial se há uma definição das dívidas do BRDE.

O SR. RUBENS BUENO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu gostaria de continuar, e eu estou aberto ao Deputado Caíto Quintana, aliás, Vossa Excelência até poderia ter participado conosco na Comissão, mas em virtude da campanha dentro da bancada do PMDB, achou por bem...

Veja bem, Vossa Excelência, com o argumento que Vossa Excelência fala da dívida, então vamos lá. Hoje o BRDE não está em estado de liquidação extrajudicial, ele já saiu desse estágio. O estágio que o BRDE experimenta neste momento é o estágio de administração especial temporária e, portanto, cai por terra o argumento de Vossa Excelência na liquidação extrajudicial.

Outro dado: este contrato assinado em 14 de março do ano passado, Deputado Caíto Quintana, foi assinado pelos Governadores dos três Estados. Cada uma assumiu, perante o Banco Central, a sua dívida, para pagar em quinze anos, com dezoito meses de carência. Portanto, não há nem porque responder solidariamente com outro Estado, porque cada um já assumiu a sua. E não há nenhuma dívida posterior a esta que venha a deixar a preocupação a nós, paranaenses, com relação ao futuro do BRDE.

A questão da dívida do BADEP com o BANESESTADO. Veja Vossa Excelência, sinta em seu pronunciamento, a questão da saúde em nosso banco estadual. Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o BANESESTADO afetado exatamente por esta situação, em virtude daquilo que solidariamente o Estado já diz também que é devedor junto à CIC, junto à Codel, dois fatos principais cujos documentos, anexados à esta comissão, mostram que quem deve é o Tesouro do Estado ao BADEP e não paga. Em virtude disto, colocou o BADEP em má situação e o BANESESTADO é que está no dia-a-dia tentando colocar, em dia, as contas que o Tesouro do Estado deveria ter colocado.

Esta é a questão que estamos colocando e está à disposição de Vossa Excelência.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Quem tem suportado como avalista é o próprio Governo do Estado do Paraná, inclusive neste documento.

E V. Ex.<sup>a</sup> acusa o Estado do Paraná de ser o causador da insolvência das instituições que, se ele deixar de repassar um mês, elas se tornam inadimplentes.

O SR. RUBENS BUENO - Quero contraditar Vossa Excelência. No dia 24 de outubro de 1985, o então Prefeito de Londrina, Dr.

Wilson Moreira, encaminhou um expediente ao Governador do Estado pedindo autorização para que fossem parceladas as dívidas vincendas a partir de janeiro de 1989. E que as dívidas vencidas o Estado, solidariamente, participasse do pagamento destas dívidas. Tem autorização governamental do dia 2 de dezembro de 1985. E veja Vossa Excelência que quem faltou foi o Governo do Paraná. Contrato de cessão de crédito, assinado pelo Secretário da Fazenda, assinado pelos diretores da Receita do Estado perante o BADEP, assumindo a dívida vencida perante o BADEP, que era a dívida da Codel de Londrina. Veja bem, o Prefeito pediu ao Governador, o Governador autorizou o pagamento e, a partir daí, começou a vencer. E a primeira dívida, Deputado Caíto Quintana, vencia no dia 30 de junho de 1986. E nesta data o Estado não honrou o seu compromisso.

Pediu um novo contrato. Não pagou nenhum centavo. Pediu um novo contrato. Este novo contrato está aqui nas minhas mãos, transmito a cópia a Vossa Excelência com a assinatura dos Secretários de Estado, com o Presidente do BADEP, que são nomeados pelo próprio sistema, pedindo a prorrogação desta dívida de 30 de junho de 1986 para 30 de dezembro de 1986.

O Tesouro do Estado, mais uma vez, não honrou o seu compromisso. Pediu novo contrato, transferindo a dívida por mais seis meses, para 30 de junho de 1987.

Pois bem. O BADEP acatou. Chegou em 30 de junho de 1987, novamente o Tesouro não pagou a sua conta perante o BADEP. Venceu. Pediu nova prorrogação... Tenho a cópia dos quatro contratos que provam, Deputado Caíto Quintana, que o Estado não pagou sua conta. E, o que é mais grave, em 30 de dezembro de 1988 pediu parcelamento desta dívida perante o BADEP, todas vencidas no ano passado, nenhuma delas paga em nenhum centavo. Aqui está a assinatura do atual Secretário da Fazenda.

Veja Vossa Excelência a questão de saúde financeira do BANESTADO, do BADEP, ou do BRDE, é de exclusiva responsabilidade do Tesouro do Estado. Exclusiva. E tem mais, Deputado, podemos inclusive mostrar a Vossa Excelência que na questão da CIC o Secretário da Fazenda encaminhou ofício no dia 27 de novembro do ano passado, depois que o Governador encaminhou a Mensagem aqui para a Assembléia, propondo o acerto da dívida da Cidade Industrial. E mais, acompanhando uma minuta em que o Tesouro do Paraná assumiria 60% das dívidas. No dia seguinte...

O SR. CAÍTO QUINTANA - É fácil sanar a situação financeira, o Tesouro do Estado assumindo a dívida. Só que é fácil comprometer o futuro do Paraná como um todo com

medidas desta natureza.

O SR. RUBENS BUENO - Mas tudo já foi aceito, devidamente documentado e assinado pelas autoridades, Deputado. Como é que assumo um compromisso perante Vossa Excelência...

O SR. CAÍTO QUINTANA - Deputado Rubens Bueno, me reporto à uma colocação anterior feita da tribuna. A partir do que falamos BADEP dá uma impressão de que estamos falando Bamerindus, Itaú ou outra coisa. BADEP é uma sociedade de capital fechado do qual o Governo do Estado tem uma participação de 98% ou mais...

O SR. RUBENS BUENO - Então não é capital fechado, Deputado.

O SR. CAÍTO QUINTANA - É.

O SR. RUBENS BUENO - Vossa Excelência sabe que uma sociedade anônima...

O SR. CAÍTO QUINTANA - Uma sociedade anônima de capital fechado, porque existe sociedade anônima de capital aberto.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Deputado Rubens Bueno, apenas uma informação. Quando Vossa Excelência questionou a dívida da cidade de Londrina, gostaria de saber de Vossa Excelência qual foi o Governador que autorizou esse processo?

O SR. RUBENS BUENO - No dia 12 de dezembro de 1985 o então Governador José Richa, cuja Bancada ambos fazíamos parte aqui nesta Casa.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Muito obrigado, Deputado.

O SR. RUBENS BUENO - E veja bem Vossa Excelência, a questão da dívida da CIC, e está aqui o documento assinado pelo Governador, pelo Secretário da Fazenda e pelo Diretor da Receita do Estado pedindo autorização ao Secretário do Tesouro Nacional, Dr. Andréa Sandro Calabi pedindo a arrolagem da dívida de 108 milhões de dólares da CIC. Este é um documento. O Governador do Paraná assumiu este compromisso com os seus instituidores, com o seu sistema financeiro...

O SR. CAÍTO QUINTANA - Deputado Rubens Bueno, pediu autorização e talvez tenha deflagrado aí exatamente a questão do BADEP, porque na visão do Tesouro do Estado não é possível porque foi feita uma pergunta ao Banco Central, e eu estava junto, Deputado, se a colocação da dívida da CIC, do Atalla e tantos outros sob res-

ponsabilidade do Estado comprometeria a capacidade de endividamento do Estado do Paraná, que é o nosso Estado, a resposta foi "Sim, compromete". Em cima desta premissa começou a se discutir se era interessante salvarmos o BADEP, a CIC e tantos outros e comprometer irremediavelmente a capacidade de investimento e de endividamento do Estado do Paraná como um todo e todos nós paranaenses.

O SR. RUBENS BUENO - Veja bem Vossa Excelência que não é o que diz o documento de 22 de junho de 1987, pedindo autorização para arrolagem da dívida da CIC - Cidade Industrial de Curitiba, contraída com o BADEP, Banestado e BRDE, no valor de 108 milhões de dólares. Este documento inclusive, Deputado, deixa claro para nós que o Governo do Estado é o devedor. E aqui está: a CIC é um projeto do Estado inserido na sua política industrial...

O SR. CAÍTO QUINTANA - É avalista e o Governo tem que honrar o compromisso, tanto que o fez.

O SR. RUBENS BUENO - Em nenhum momento fala em aval, Deputado.  
E veja bem Vossa Excelência...No item III...

O SR. CAÍTO QUINTANA - Tem um contrato de constituição da CIC, e que não é para Vossa Excelência que eu teria para discutir, era com o Deputado Rafael Greca. Um contrato de constituição da CIC e uma procuração da Prefeitura de Curitiba para descontar ICMS. O Governo do Estado é avalista. E, como avalista, já que não foi paga, teve que honrá-la. Agora o que não consigo entender, Deputado Rubens Bueno, é a defesa que fazemos ardorosa da posição no BRDE, e quero me desviar da situação do BADEP, e na situação do BADEP eu comungo muito com o pensamento de Vossa Excelência nesta discussão, de nos preocuparmos excessivamente com o que interessa ao Rio Grande do Sul, com o que interessa a Santa Catarina e estamos deixando de lado o que interessa ao Paraná. Indiscutivelmente temos que acabar com a dualidade de Banco de Desenvolvimento...

O SR. RUBENS BUENO - No que concordamos, Deputado, e Vossa Excelência sabe disso.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Agora, se nós temos uma autorização para ser votada na Assembléia para que o Paraná saia do BRDE...

O SR. RUBENS BUENO - Ou liquide ordinariamente o Banco...

O SR. CAÍTO QUINTANA - Não importa. Não importa. É uma válvula aberta para que nós possamos defender a manutenção de um Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná...

O SR. RUBENS BUENO - E o Art. 2º do projeto?

O SR. CAÍTO QUINTANA - Porque acabou a dualidade. Deputado Rubens Bueno, não tenho o projeto aqui, mas o que importa é que o Paraná por autorização para sair ou por liquidação extrajudicial, resolva a pendência desse contrato de compromisso firmado de acabar com a dualidade até março...

O SR. RUBENS BUENO - Que a Lei nº 2321 e a Lei diz: poderá no condicional, não diz no afirmativo, que será e poderá dentro da visão. Ora, se o Banco Central está cobrando do Banco do Estado do Paraná a solução da dualidade, é evidente que nesse poderá ele não vai concordar com a dualidade, ele vai usar a capacidade que tem para liquidar a dualidade.

O Sr. Caíto Quintana - Deputado, Vossa Excelência sabe, não vamos aqui discutir as questões do vernáculo, não é aqui a nossa tarefa ...

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem) Mas como vernáculo Deputado, Vossa Excelência é um legislador, a Lei é clara, a própria língua portuguesa existe para isso.

O Sr. Rubens Bueno - É isso que eu quero dizer a Vossa Excelência, podendo ser prorrogado significa que é opcional....

O SR. CAÍTO QUINTANA - Não significa que vai ser. Podendo dentro da ótica do próprio Banco Central de interessar a ele ou não, como está firmado nesse documento e em tantos outros que não interessa a ele a dualidade de Bancos, e se nós chegarmos a 14 de março com a dualidade de Bancos; não interessa portanto, ao Banco Central, ele irá utilizar a sua prerrogativa de liquidar extrajudicialmente ...

O Sr. Rubens Bueno - Mas não foi isso que o Banco Central disse perante à Comissão.

O SR. CAÍTO QUINTANA - No entanto eu também estive com eles.

O Sr. Rubens Bueno - A mim, disse a Comissão ...  
(vozes paralelas).

O SR. RUBENS BUENO - Eu falei a Vossa Excelência em termos de Comissão. Vossa Excelência estava junto, foi devidamente, legalmente constituída taquigrafada pelo setor competente desta Assembléia lá em Brasília. Portanto, não tem porque fugir das declarações do Diretor do Banco Central, que negociou toda esta Mensagem que o Governador apresentou e que depois teve a sua alteração.

Deputado Caíto Quintana nesse documento que o Governador, o Secretário da Fazenda assume perante o Secretário do Tesouro Nacional, ele diz aqui: "que a parte do Estado será visualizada da seguinte maneira: Ao Município caberá 15,6% da dívida da Cidade Industrial e ao Banco do Estado do Paraná 84,4%". Portanto, também o argumento não é válido, de que o Governo do Paraná é apenas avalista, ele é devedor de 84,4%, da dívida da Cidade Industrial, àquela época de 108 milhões de dólares.

Ainda vai mais adiante, nesta proposta feita pelo Governo do Paraná perante o Banco Central, a forma de pagamento estipulada é a seguinte: diz textualmente o documento do Governo do Paraná: "Ao Estado cabe a responsabilidade de 63 milhões, 224 mil dólares, de débitos vencidos, que serão quitados através da captação de recursos internos e externos, via resolução n° 63 ou Lei n. 4131, com prestação daquilo que será pago o ressarcido perante o Banco Central."

Esse documento, até por ironia do destino, também assinado pelo Dr. José Pio Martins, que na época era o Coordenador da Receita do Estado.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, quando é colocado perante a opinião pública na primeira entrevista do Governador e os Jornais estampam claramente essa disposição, em que ele fala que a extinção da retirada do Paraná do BRDE, e a extinção do BADEP, eram exatamente para atender aquilo que estava sendo solicitado via negociação do Governo Brasileiro, com o Banco Mundial. É aí a grande preocupação e a responsabilidade desta Casa. Esse documento do Banco Mundial primeiro por interferência indevida nas questões políticas econômicas e financeiras do nosso Estado, ainda trás um agravante, em nenhum momento Deputado Mario Pereira, Vossa Excelência eleito Vice-Governador, em nenhum momento esse documento do Banco Mundial, fala na extinção de Bancos de Desenvolvimento, o que é mais grave, esse documento do Banco Mundial fala da extinção dos bancos comerciais estaduais. Começou o assunto pelo BRDE, hoje já está o BADEP, amanhã, será o Banco do Estado, seguindo a orientação do Banco Mundial, segundo a própria entrevista dada pelo Governador do Paraná. Então veja da gravidade que nós estamos vivendo

nesse momento, de repente nós estamos atendendo interesses internacionais, que não são aqueles da sociedade paranaense. Estamos alertando esta Assembléia, para que haja uma solidariedade a nível de Sul do País, para que o Paraná unido a Santa Catarina e ao Rio Grande do Sul, defenda uma autarquia que só traz vantagens ao Governo Paranaense. Por ser uma autarquia, está isenta de imposto de renda. Está isenta de imposto de operações financeiras. Está isenta de... E só o Paraná tem a ganhar com isso.

E, o que é mais grave: a Constituição promulgada no dia 5 de outubro de 1988, a Constituição Federal, fala claramente na criação do Banco Regional do Centro-Oeste, com subsídios e com incentivos do Governo Federal!

Ora, Senhor Presidente e Senhores Deputados! Nós, de forma alguma, tranquilamente com bom senso e responsabilidade, de relatar uma matéria tão importante como esta, poderíamos deixar que estes argumentos, às vezes colocados por desinformação e não por má fé, mas colocados como foram, foram exatamente para tentar fazer o que aqui prevalecesse: que o Estado não deve pagar as suas dívidas perante os bancos estaduais.

E o que é mais grave, Senhor Presidente e Senhores Deputados: a partir de dezembro, quando já na primeira entrevista do Governador eleito anunciou-se a extinção do BADEP, o BNDES já deixou de repassar recursos para investimentos neste Estado. Significa 10 milhões de dólares a menos, ao mês, para aqui investir, no setor de indústria, no setor que é mais preciso, que é o da infra-estrutura do Estado. E isto, nós não podemos, de forma alguma, deixar passar em branco.

Ora! Quando se fala que a questão do Banco Mundial é preponderante para o Governo Brasileiro negociar a dívida externa, quando se fala que a questão deste entendimento de Governo Brasileiro com o Banco Mundial, para o financiamento de 500 milhões de dólares, para exatamente atender a toda esta reformulação do sistema financeiro nacional, nada mais faz do que dizer o Diretor do Banco Central: este é um assunto que já está devidamente liquidado e não pertence mais à responsabilidade do Banco Central, porque este já deixou de existir, deixou de ser e perdeu a razão, inclusive de ser.

Senhor Presidente, as colocações feitas pelo Deputado Caíto Quintana vêm corroborar, na sua totalidade, aos argumentos da Comissão. Na sua totalidade! Porque o próprio Deputado Caíto Quintana, atropelado também pelos fatos, como foi o Governador atropelado pelos fatos, apresentou o Projeto n. 152/90, em que ele procura co-



locar a questão da comissão ...

O Sr. Caíto Quintana - Vamos discutir a questão! Vossa Excelência está analisando o projeto dos "royalties".

O SR. RUBENS BUENO - E que Vossa Excelência coloca como gestor dos "royalties" que o Presidente da República autorizou na sexta-feira, exatamente o BADEP!

O Sr. Caíto Quintana - Vamos falar sério. Vossa Excelência quer ler a data de entrada deste projeto, nesta Casa?

O SR. RUBENS BUENO - Eu alertei Vossa Excelência, que foi atropelado pelos fatos, como foi o Governador.

O Sr. Caíto Quintana - Mas, Vossa Excelência quer a data?

O SR. RUBENS BUENO - Vossa Excelência foi atropelado pelos fatos. Dia 26.03.90.

O Sr. Caíto Quintana - Não tente mistificar, Deputado Rubens Bueno, porque não tem nada a ver! E mais uma coisa: não está se liquidando o FDE! O FDE não está se liquidando.

O SR. RUBENS BUENO - Mas, quem é que falou em liquidação do FDE?

O Sr. Caíto Quintana - Aqui, nós estamos citando que o recurso de "royalties" será gerido pelo FDE.

O SR. RUBENS BUENO - Cujo gestor será o BADEP!

O Sr. Caíto Quintana - Cujo gestor será quem quiser!

O SR. RUBENS BUENO - Mas, Vossa Excelência apresenta como o BADEP!

O Sr. Caíto Quintana - Na época, Deputado Rubens Bueno, na época da apresentação do Projeto o FDE estava sob gestão do BADEP.

O SR. RUBENS BUENO - À época em que o Governador apresentou a Mensagem à Assembléia, a Mensagem sob n. 189/90, também não se falava na extinção do BADEP! Apresentava a Mensagem para fortalecer o BADEP e em seguida, é anunciada a extinção do BADEP. Ora! Vossa Excelência há de convir os fatos atropelaram as Mensagens e as propostas apresentadas.

O Sr. Dirceu Manfrinato - A não ser que eu não tenha tido conhecimento profundo, mas pelo que me consta, na Ordem do Dia,

nós estamos falando da Comissão Financeira, da qual Vossa Excelência faz parte é a questão do afastamento do BRDE. Eu não estou vendo nada aqui em relação ao BADEP. Eu acho que Vossa Excelência está querendo misturar a questão do BRDE com o BADEP, evidentemente para criar uma situação, quando na verdade eu acho que Vossa Excelência não está se referindo especificamente à matéria.

O SR. RUBENS BUENO - O Artigo 2º da Mensagem do Governo. Vossa Excelência pode ler?

O Sr. Dirceu Manfrinato - Aqui se fala do BRDE. O que nós estamos discutindo? Vossa Excelência está buscando "royalties" está buscando BADEP, quer dizer, fazendo uma confusão tão grande que acaba dificultando inclusive aos Senhores Deputados e aos presentes.

O SR. RUBENS BUENO - Senhor Presidente, eu estou tratando daquilo que foi aprovado nesta Casa, com a assinatura do Líder do Governo, Deputado Caíto Quintana, que é um estudo sobre o sistema financeiro estadual, aprovado por este Plenário, no dia 28 de dezembro do ano passado. Nesta Mensagem 189, que Vossa Excelência diz ter em mãos, o Artigo 2º, encaminhado pelo Senhor Governador diz, no Artigo 2º que: "O resultado do patrimônio líquido será para fortalecimento do BADEP". Está escrito! Veja Vossa Excelência como o BADEP está envolvido!

O Sr. Dirceu Manfrinato - Sim, mas não a extinção do BADEP, aí não diz.

O SR. RUBENS BUENO - Sim, mas os fatos atropelaram, então o que é que está passando na televisão? E na imprensa?

O Sr. Dirceu Manfrinato - Nós estamos votando o afastamento do BRDE.

A questão do BADEP é para o futuro, se Vossa Excelência acha que foi uma medida precipitada do Governo, nós poderemos discutir isso mais tarde, eu acho, Senhor Presidente que nós temos que discutir a questão do BRDE, esta da Mensagem.

O SR. RUBENS BUENO - É exatamente isso que nós estamos propondo.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Mas Vossa Excelência está fugindo da questão.

O SR. RUBENS BUENO - Em absoluto. Se Vossa Excelência ler a Mensagem do Governo verá que em nenhum momento eu fugi do assunto.

O Sr. Dirceu Manfrinato - A Mensagem não diz que vai extinguir o BADEP.

O SR. RUBENS BUENO - Como não Deputado? O Governador fala em fortalecer o BADEP, em novembro, em janeiro anuncia a extinção do BADEP? A propaganda está no rádio e na televisão, Deputado, como última etapa da reforma administrativa!

O SR. JOSÉ FELINTO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu vejo que o relógio está parado há muito tempo, não sei se Vossa Excelência está marcando o tempo dos Deputados em discussão, mas eu acho que está se excedendo, devemos votar, ir para a votação porque me parece que o tempo da discussão já passou há muito tempo.

É claro que não sou um Deputado onisciente nem onipotente mas eu gostaria de estar na sessão até o final.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa foi condescendente com o Deputado Caíto Quintana que extrapolou o horário e não poderia deixar de ser com o Deputado Rubens Bueno. No entanto solicita ao Deputado Rubens Bueno que faça a sua explanação geral em 5 minutos para que os outros Deputados possam usar da palavra.

O SR. RUBENS BUENO - Eu agradeço a Vossa Excelência.

Senhor Presidente, o Deputado Dirceu Manfrinato me pede, em aparte, e o texto da Mensagem 189 está aqui em minhas mãos, em que fala, inclusive da sua justificativa, na letra B o seguinte, assinado pelo Governador.

"A postura do Governo do Estado, avaliada as alternativas para eliminação da dualidade, consiste em fortalecer o Banco de Desenvolvimento do Paraná, BADEP, no qual detém a totalidade do controle acionário, ao invés de fortalecer a sua posição no BRDE, não cabendo alternativa melhor e factível, nas atuais circunstâncias".

Ora, se em dezembro essa era a melhor alternativa, por que é que no dia 3 de janeiro o Governo anunciou a extinção do BADEP, deste Estado?

Ora, Senhor Presidente, e veja a propaganda institucional na televisão: - "Como última etapa da reforma administrativa".

E a Constituição votada, decidida e promulgada por esta Casa, no seu Artigo 27, item 19º, fala que: "Qualquer alteração administrativa, neste Estado, quer fusão, incorporação, quer extinção, deve privativamente obedecer aos trâmites legais desta Casa, com a devida autorização legislativa".

Então não tem porquê! Os argumentos

provam!

E veja Vossa Excelência que a última Mensagem do Governo e que foi aprovada pelos Senhores Deputados é que tem aqui a assinatura do Governador. Nesta Mensagem, no ano passado, ele diz aqui em determinado texto o seguinte: "As ações de fomento, através do BADEP, apresentaram excelente resultado".

Palavras do Governador, Deputado Basílio Zanusso. "As ações de fomento realizadas através do BADEP apresentaram excelentes resultados".

Por isso é que nós estamos encaminhando, inclusive com o compromisso do Governador, de eliminar a dualidade, de fazer com que este Estado realmente possa ter na sua mente de que não existe cultura que possa nos informar que uma Carteira de Fomento, num banco comercial, possa atender o desenvolvimento desse Estado. E é claro, é constitucional quem é que deve promover o fomento? Quem é que deve promover e incentivar o desenvolvimento? É o Estado. Está aqui na Constituição exatamente no título 5º quando trata da ordem econômica do Paraná. Então nós temos é que mostrar claramente que há uma série de equívocos, eu repito, pode não haver má fé, mas há uma série de equívocos que precisam plenamente ser discutidos, esclarecidos, para que não só esta Casa, mas a sociedade paranaense saiba de fato o que está acontecendo nesse momento difícil de uma decisão. E o encaminhamento que nós estamos fazendo Deputado Dirceu Manfrinato é para que a Assembléia aprove esse relatório para que uma Comissão paritária, um grupo de trabalho possa no prazo de 90 dias com a Assembléia Legislativa que Vossa Excelência se reelegeu, a partir do dia 1º de fevereiro possa encaminhar uma proposta em que o Paraná ou elimine o BADEP, ou elimine o BRDE ou incorpore um ao outro, ou num 3º caso crie um Banco de Desenvolvimento. A responsabilidade é daqueles que foram eleitos pela vontade popular no dia 03 de outubro do ano passado, cuja legitimidade está no auge do seu cem por cento. Nós estamos a caminho de terminar o mandato, há poucos dias, já não temos a totalidade da legitimidade, até porque Senhor Presidente, Senhores Deputados, estamos nos recorrendo de um período extraordinário, de um mandato findo para poder votar uma matéria de suma importância para a geração de empregos, para financiamento de indústrias, para que esse Paraná possa ser mais forte, mais pujante e economicamente respeitado perante o País.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Eu apenas quero reafirmar o meu pensamento a Vossa Excelência, não está fazendo um apelo aos novos Deputados?

O SR. RUBENS BUENO - Claro. É a conclusão da Comissão Especial.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Eu diria a Vossa Excelência que então eu estou certo, quando Vossa Excelência faz um apelo aos nobres Parlamentares isso mostra que realmente nós não temos nada aqui em relação à extinção do BADEP, nobre Deputado.

O SR. RUBENS BUENO - É exatamente em cima disso que a Comissão chegou a esta conclusão Deputado Dirceu Manfrinato.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência há de convir que estou certo, ilustre Deputado, nós estamos falando sobre o BRDE, e Vossa Excelência acaba de afirmar que é uma questão futura, e já está fazendo apelo aos novos Deputados.

O SR. RUBENS BUENO - Deputado Dirceu Manfrinato, a mensagem do Governador precisa claramente ser dividida em três momentos, o primeiro momento é a retirada do BRDE, o segundo momento é a liquidação ordinária do Banco, e o terceiro momento é o fortalecimento do BADEP, esta é a mensagem que o Governador encaminhou à Assembléia, e é em cima disso que nós estamos discutindo, e como nós mostramos claramente ilustre Deputado, e o Banco Mundial tem este documento onde fala, por exemplo, esse é relatório do Banco Mundial, que fala que eles promoverão, "O Banco Central promoverá de acordo com esse estudo do Banco Mundial a reestruturação do sistema bancário estadual mediante a liquidação ou a privatização dos bancos estaduais. Em nenhum momento fala de banco de desenvolvimento, em nenhum momento cita o BRDE que hoje é um banco da maior importância para os interesses do nosso Estado.

Senhor Presidente, eu encerro as minhas palavras para mais uma vez reafirmar aquilo que a Comissão Especial Interpartidária durante os últimos dias trabalhou, discutiu, aprofundou, detalhou informação, documento por documento, lei por lei, decreto por decreto, para chegar a esta conclusão.

Por isso Senhores Deputados é que a aprovação foi por unanimidade naquela Comissão. Havia um permanente contato, se houve um atraso pequeno na entrega do relatório em nenhum momento a culpa foi da Comissão.

É importante destacar, Senhor Presidente, que o Secretário da Fazenda foi convocado para ser ouvido no dia 10 de janeiro às 17:00 horas e não compareceu, compareceu somente no dia 14 de janeiro às 9:30 da manhã. Foi convocada a Diretoria do Banco Central, aliás, convidada, nós

não temos poder de convocação do Banco Central foi convidada para estar presente no dia 10 de janeiro às 9:30, também não compareceu, a Comissão teve que se deslocar a Brasília, num trabalho realmente grande, de amor a esta terra, de amor às causas deste Estado, para juntos poder aqui tomar uma decisão, devidamente esclareada e informar a todos aqueles que estão tomando neste momento, através do seu voto, a decisão importante para o futuro do Paraná.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, por todas essas razões é que se trava debate extraordinário hoje nesta Casa, e eu com toda a minha santa ignorância também quero colocar minha "farinha" aí, porque não devemos votar no atropelo, ao final de um governo um assunto tão polêmico, tão complicado, tão violento burocraticamente, que ninguém sabe dizer qual é o certo e o errado, e qual é o futuro que vai acontecer ao Estado do Paraná. Dizer também que em todos os momentos, a todos aqueles que vieram depor nesta Comissão Especial foi deixado bem claro, que nenhum dos Parlamentares ali estava com interesse político, partidário, interesse pessoal, interesse de algum grupo.

Muito pelo contrário. E a todos que vieram depor, foi feita a mesma pergunta: ao Secretário da Fazenda, ao pessoal do BANESTADO, ao pessoal do BRDE, do BADEP, do Banco Central, inclusive, se o Senhor tivesse que votar esta mensagem do Governador, como é que o Sr. votaria? Todo mundo sorriu, se preocupou e não deu resposta nenhuma.

Então, vejam a gravidade desta discussão que se trava hoje aqui, na Assembléia. Eu queria dizer aqui a um dos parlamentares desta Casa, e me obrigo a ler o seu depoimento do dia 07.12.89:

"Senhor Presidente, Senhores Parlamentares.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná realiza hoje, uma sessão de suma importância, e que indiscutivelmente resgata a figura deste próprio parlamento, pela defesa intransigente dos interesses do Paraná e hoje da Região Sul.

Tão torpedeado tantas vezes, a atuação parlamentar presente constantemente nos embates travados de nosso Estado, em favor do organismo de desenvolvimento, a Assembléia mutilada no passado, só ergue-se no presente, buscando prerrogativas parlamentares que lhe foram devolvidas, e que se faz presente com toda a sua força em defe-

sa dos interesses maiores da nossa Região.

E vai mais o nosso companheiro parlamentar; lutamos todos durante o próprio período da Constituinte Estadual, quando além da luta que paira hoje com os funcionários e com a instituição BRDE, pairava naquela época algo de mais preocupador ainda, no instante em que os próprios funcionários de uma instituição não tinham sequer a garantia da continuidade do seu trabalho e a conseqüente garantia da continuidade de perceber o salário por um profissional, à qual se dedicam no desenvolvimento do sistema da região Sul do Brasil.

E esta Assembléia Constituinte do Estado do Paraná foi sensível e dentro da Constituinte do Estado do Paraná garantiu-se, pelo menos, que os funcionários do BRDE ficariam lotados nas instituições de crédito do Estado do Paraná.

Portanto, não é uma briga corporativista aqui dos funcionários. Se eles estão garantidos, não têm nada que vir aqui na Assembléia brigar. Tinham que estar no cinema a esta hora porque não têm nada o que fazer mais. Isto aqui é colocado à parte.

Veio uma conquista, e por esta conquista tem sido conseguida, é que hoje eu vejo com melhores olhos a luta inclusive, dos funcionários do BRDE, porque não é mais uma luta apenas para manter o emprego, é luta para manter a instituição, não é luta em causa própria, é luta pelo interesse da manutenção de um Banco de Desenvolvimento do extremo sul. Não se pode mais admitir o descaso com que se trata o Sul do Brasil, disse o parlamentar no dia 07.12. Se analisarmos a Constituição Federal estamos bem menos importantes economicamente no contexto nacional. Foram agraciados com artigos, dispositivos, capítulos, que lhes permitem o franco desenvolvimento e o sul manteve-se esquecido como o primo rico, que já está pobre e continua lutando com as suas únicas forças, sem receber da Nação brasileira o reconhecimento por todo o trabalho que faz.

Não se pode admitir num País que se diz uma Federação, que venha a se extinguir um Banco de Desenvolvimento de uma Região, quando se mantém de outras. Ou somos uma República que trabalhamos todos juntos, com a mesma causa, para um bem único, ou somos discriminados e servimos do Sul apenas para a mola propulsora do desenvolvimento, principalmente, naquilo que o BRDE poderia dar, e nos deu durante muito tempo, que é cultura primária e a pequena empresa que se desenvolve a grande sacrifício na região sul do Brasil.

Queremos parabenizar os companheiros da Assembléia Legislativa e quero parabenizar os funcionários que compõem a instituição BRDE que estão presentes nesta sessão, dizendo que esta luta tem que ser

exata e igual, porque esta luta não é do funcionário, não é da Assembléia, não é da sociedade, esta luta tem que ser do sul do Brasil. Esta luta tem que encampar e sensibilizar aqueles que lá, mas próximos do Governo Federal, no Congresso Nacional, esqueçam a timidez na representação do sul, que não soube se unir em instante algum, que não soube buscar os interesses regionais, que se desconhece, que não lutam juntos, que não faz reuniões, que não procura erguer a bandeira deste pedaço do País que indiscutivelmente precisa levantar a sua voz, sob pena de continuar amargando, a cada ano que passa, o descaso da república instalada em nosso País.

Vai mais além o nosso companheiro Parlamentar:

"Meus companheiros, seriam inúmeras as citações que poderíamos aqui fazer, demonstrando que nos falta unidade. Desde esta Assembléia Legislativa poucos contatos tem com a Assembléia Legislativa de Santa Catarina, muito pouco com a do Rio Grande do Sul. E as bancadas federais nem se conhecem".

Deputado Rubens Bueno, Vossa Excelência terá a grande incumbência de fazer uma grande amizade lá no Congresso Nacional com os irmãos catarinenses e os irmãos gaúchos: Vossa Excelência, o Deputado Luciano Pizzatto, Deputado Pedro Tonelli, além do Deputado Homero Oguido.

"E ficamos a ponto de ver que os funcionários garantidos via Constituição Estadual na manutenção do seu trabalho, do seu emprego e do seu salário, não arrearam a bandeira. Não lhes move o contracheque do fim do mês, move-lhes a manutenção de uma instituição que não pode faltar ao desenvolvimento do Sul do Brasil. E é um exemplo que nos dão todos, todos os partidos, de que as divergências partidárias, no instante em que se falar em Paraná e em Sul, têm que ser superada em favor de uma causa comum.

Por isso, Senhor Presidente e Senhores Parlamentares e Senhores integrantes dessa instituição bancária, aqui não há funcionário, aqui não há Parlamentares, aqui tem que existir paranaenses, só paranaenses, cada um na sua função, cada um com aquilo que pode oferecer; mas oferecer com toda a segurança e com todo o empenho para que essa luta que se trava aqui extrapole as paredes desta Assembléia Legislativa ...

Tomara que passe lá para o Palácio Iguaçu, senão não vai adiantar nada.

"... Faça-se sentir na Câmara e no Senado da República, que possa ser o vínculo de união de nossos parlamentares federais, com os demais parlamentares federais dos outros três Estados para que no final possamos ganhar essa batalha.

Um banco que foi extinto há quase um ano atrás e que não foi liquidado ainda, não pode pesar em orçamento algum. Se existisse emergência da liquidação do BRDE, teria que ser simultânea com a sua extinção. Se o BRDE não tivesse condições de soerguer-se e continuar a ajudar a Região Sul, que fosse um peso orçamentário para já minguados recursos do Tesouro Federal, pois que ele fosse extinto. Mas enquanto se extingue uma instituição que gera o desenvolvimento, mantém-se outras tantas que sugam os recursos públicos que poderiam gerar o desenvolvimento. Essa colocação tem que ser feita se quisermos recuperar o andamento, o crescimento, o desenvolvimento deste país, atingindo as metas propostas por todos aqueles que pensam, como política, na forma de desenvolver; e desenvolver uma região é desenvolver um povo; e desenvolver um povo é diminuir desigualdades. Não é o BRDE que deve ser extinto, são outras instituições, são outros órgãos que pesam no orçamento e que precisam ser enxugados para que instituições que possam gerar o desenvolvimento continuem a existir".

Aí, finaliza, dizendo:

"Meus parabéns, Senhor Presidente! Meus parabéns companheiros Deputados! Meus parabéns, funcionários do BRDE!"

Essa luta não pode parar aqui! Essa moção de apoio da Assembléia Legislativa tem que ser apenas um marco primeiro de uma união que nos levará à manutenção do BRDE".

Eu só espero que o Deputado Caíto Quintana não me cobre direitos autorais, por ter usado o seu pronunciamento do dia 07.12 aqui neste plenário, numa Sessão Especial convocada exatamente para discutir a situação do BRDE.

Concedo aparte ao Deputado Rubens Bueno.

O Sr. Rubens Bueno - Aliás, Vossa Excelência traz ao conhecimento desta Casa o pronunciamento feito pelo Deputado Caíto Quintana e publicado no Diário da Assembléia do dia 07 de dezembro de 1989.

Neste mesmo dia, Deputado Algaci Túlio, nós ouvimos e aqui estão as notas taquigráficas do pronunciamento do Deputado Orlando Pessuti, que fala em determinado momento do seu pronunciamento da importância da manutenção do Paraná no BRDE, mostra esse documento um pronunciamento do Deputado Gernote Kirinus, quando mostra a sua intenção de vir aqui lutar para não permitir que, ao apagar das luzes do Governo Sarney, se tomem medidas que venham novamente prejudicar o Sul e por isso estamos de parabéns e portanto se soma as palavras dos demais Deputados.

O Deputado Pedro Tonelli também mostra

a sua disposição neste dia, Deputado Algaci Túlio com palavras, com argumentos, com embasamento, com firmeza, categoricamente defendendo esta posição.

Veja Vossa Excelência que, além disso, nós ouvimos o pronunciamento também de Vossa Excelência, que consta deste documento em defesa dessas condições. Em determinado momento o Deputado Orlando Pessuti diz o seguinte: "é por isto que naquela ocasião defendemos o BADEP, no momento dos royalties e amanhã continuaremos a defender o retorno do BRDE porque entendemos ser necessária a sua volta, porque entendemos ser necessário o serviço que ele presta a todos segmento econômico e social do nosso Estado".

Esta é a declaração do Deputado Orlando Pessuti, que aliás tem acompanhado, tem perguntado sobre o andamento dos resultados desta Comissão.

O Deputado José Rogério fez aqui um brilhante trabalho no decorrer deste período em defesa desses interesses maiores da sociedade. Nós temos em outro momento a palavra do Deputado Lindolfo Júnior, quando ele diz que esteve no centro empresarial de São Paulo e algumas empresas do Paraná, naquele momento recebiam prêmios pela liquidez, pelo lucro e são empresas e cooperativas que foram ajudadas no início e que hoje servem de exemplo para este País, pelo BRDE.

Então veja Vossa Excelência que há uma vontade muito grande de, nesta legislatura, esta situação perdurar.

Tem a palavra de outro Deputado, abalizado, sério Deputado Paulino Delazeri, onde ele cita neste documento que o fato que acontece, a discussão naquele momento é exatamente e transcende ao instrumento chamado BRDE. O que prova mais uma vez que problema deste País não são os instrumentos públicos, não são as ferramentas que esta Nação usa para solucionar os seus problemas como são os Bancos de Desenvolvimento e os Bancos Estatais.

Em outro momento, Deputado Algaci Túlio, para enriquecer esta colocação que Vossa Excelência faz, o Deputado Ezequias Losso com a seriedade, com a competência, com a sua capacidade, e aliás com os longos anos que aqui trabalhou e prestou serviços ao Paraná, ele coloca claramente: "somos a voz do Partido Liberal, por isso somamos aqui como em Florianópolis, naquele memorável encontro para dizer que o Partido Liberal está perfeitamente indentificado com esta causa, e tudo fará para que ela seja vitoriosa, porque é uma causa paranista. É uma causa que nos diz respeito e não podemos deixar de elevar a nossa voz até onde for necessário para que sejamos ouvidos".

O Deputado Caíto Quintana, como Vossa

Excelência acabou de colocar claramente. Eu tenho aqui um documento, Deputado, o Deputado Pirajá Ferreira, mais aqui um depoimento importante: "enquanto a Constituição Federal contemplava a criação de bancos regionais pelo Brasil, o Banco Central por motivos não esclarecidos decretou a liquidação extrajudicial do nosso BRDE, o segundo maior Banco de desenvolvimento do País, há exatamente nove meses toda essa estrutura enxuta e eficiente, que ao longo de 28 anos mostrou sua capacidade aguarda uma decisão. Enquanto a região deixa de canalizar milhões de dólares para o setor produtivo".

E também, Deputado, é bom destacar que nesta Comissão, representando a Assembléia do Paraná neste encontro de Florianópolis, lá estiveram presentes Vossa Excelência o Deputado David Cheriegate, o Deputado José Rogério, o Deputado Ezequias Losso e o Deputado Gernote Kirinus, todos aprovando de acordo com esta mesma posição.

E, ao final, vejo Vossa Excelência que esta posição vem embasar todos os documentos que por aqui tramitaram. E agora o documento mais recente, Deputado Algaci Túlio, do dia 19 de novembro de 1990, encaminhado ao Presidente do BNDES, diz o seguinte: "no momento em que Vossa Excelência mais uma vez analisa as condições de relacionamento desta instituição com o BRDE, solicitamos a atenção especial para com o nosso banco regional, levando em conta, antes de tudo, seu passado de 29 anos de atuação exemplar no desenvolvimento do Sul, tempo em que ele jamais deixou de cumprir os seus compromissos. E nós, Parlamentares do Paraná, que lutamos sempre pela volta do BRDE as suas atividades normais, aguardamos uma posição favorável de Vossa Excelência e enviamos protestos de elevada consideração".

Subscrevem este documento os Deputados José Rogério de Carvalho, João Arruda, Pedro Tonelli, Acir Mezzadri, Renato Adur, Rubens Bueno, Ferrari Júnior, Antônio Costenaro, Orlando Pessuti, Ezequias Losso, Basílio Zanusso, Algaci Túlio, Luiz Carlos Alborghetti, Werner Wanderer, Paulo Furiatti e Rafael Greca de Macedo.

Veja, Vossa Excelência, os argumentos são tantos que não justifica colocar perante este Plenário, Deputado, aquilo que temos à disposição aqui mesmo publicado e documentado nos Anais da Assembléia Legislativa do Paraná. Eles são suficientes para mostrar que não há nenhuma vontade nossa ou da Comissão Especial de extinguir esse ou aquele: há uma vontade sim de ajudar o Governador a eliminar a dualidade dos bancos de desenvolvimento, mas nós queremos um instrumento forte para continuar com esse trabalho para que os grandes investimentos a longo prazo possam efeti-

vamente trazer aqui, através desta instituição, um modelo adequado para superar as dificuldades presentes e enfrentar os desafios do futuro.

Muito obrigado a Vossa Excelência.

O SR. ALGACI TÚLIO - Eu completo, com mais um documento, Deputado Rubens Bueno, assinado por vários Parlamentares desta Assembléia, também no período da discussão da situação do BRDE.

"O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE - foi criado através de convênios firmados pelos Governos do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, convênio esse devidamente aprovado no Paraná pela Resolução n° 7661 de 17 de agosto de 1961, publicado no Diário Oficial de 19 de agosto de 1961. Foi o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE -, autorizado a funcionar pelo Decreto Federal n° 51617, de 05 de dezembro de 1962, publicado no Diário Oficial da União de 10 de dezembro de 1962".

Posteriormente, aí conta um pouco da história do BRDE: "como serviço público interestadual, gozará de todas as vantagens e regalias respectivas, inclusive quanto a impostos, taxas, juros moratórios, impenhorabilidade de bens, afora outras prerrogativas que, por lei, lhe forem conferidas. A finalidade do BRDE, bem como suas atividades, o qualificam legitimamente como a "longa manus" do Estado na concepção das suas finalidades essenciais, na promoção do desenvolvimento e bem estar comuns.

O BRDE é, pois, uma autarquia interestadual que visa ordenar os investimentos da Região Sul, privilegiando os projetos de integração regional. Neste contexto, a sua extinção deixaria a Região Sul carente de seu órgão integrativo, justamente num momento que se propõe não só integração regional, mas também continental.

Ressalte-se ainda que a atuação dos banco estaduais de desenvolvimento, pela sua própria natureza, não têm alcance tão longo.

Assim sendo, os Deputados Estaduais do Paraná, conscientes de sua atuação na defesa dos interesses maiores do Estado dentro da região, propõem-se assumir perante a sociedade um compromisso de preservação desta instituição que há 28 anos vem mostrando relevantes serviços à causa do desenvolvimento regional, e subscrevem este manifesto como expressão dessa vontade".

Eu não pude identificar todas as assinaturas, mas pelo conteúdo aqui, parece-me que a totalidade dos Parlamentares, ou aqueles mesmos que assinaram o documento que Vossa Excelência, Deputado Rubens Bueno, acabou de citar, assinaram este também, e com um detalhe importante: o Depu-



tado Caíto Quintana, a quem eu tive a satisfação de usar o seu pronunciamento, e repito, peço que não me cobre direitos autorais por ter usado os seus depoimentos aqui nesta tribuna, o Deputado Caíto Quintana, que assinou o seu requerimento para criar a comissão, assinou duas vezes esta manifestação aqui. Vejam o seu paranismo, o seu regionalismo, a sua vontade, a sua defesa intransigente pelo BRDE e que hoje, estranhamente, muda a sua posição nesta Casa. Assinou duas vezes. Está aqui a sua assinatura por duas vezes neste manifesto.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, teria aqui outros argumentos, mas o tempo já está escasso. Tenho certeza que esta Casa hoje discutiu com profundidade. Só quem não quer entender esta situação aqueles que não tiveram vontade de se posicionar, de olhar, de analisar a documentação, de participar da comissão especial formada. E até pediria a manifestação do Presidente da Comissão, que votou pela unanimidade, Deputado Neivo Beraldin. O seu aval, a sua posição neste momento é de extrema importância neste debate.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Basílio Zanusso com a palavra.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O pronunciamento de praticamente todos os membros da comissão que trabalhou na busca de esclarecimentos e de subsídios para este plenário, para esta Casa, sobre sistema financeiro do Estado, obriga-me também a usar da palavra rapidamente para algumas considerações resumidas e também do meu posicionamento.

O Deputado Pedro Tonelli referiu-se, no encaminhamento da matéria, que os membros da comissão aprovaram por unanimidade o relatório apresentado pelo Deputado Rubens Bueno. De fato, todos votamos para que a conclusão dos trabalhos do seu relator e, conseqüentemente, da comissão, fosse encaminhado ao plenário. Mas observei, Sr. Presidente, naquela oportunidade, que meu voto, que meu posicionamento contra, ou a favor, seria dado em plenário, através do meu voto e da minha voz.

Assim sendo, desejo posicionar-me conforme a minha manifestação lá na comissão, para que não se tenha a impressão que lá votei de uma forma e aqui de outra. Ainda ontem, referindo-me ao trabalho do Deputado Relator da Comissão, Deputado Rubens Bueno, já falei da sua dedicação, de sua competência, ele não poupou seus sábados e domingos, quero crer que até altas horas da madrugada, não só para fazer o relatório, mas para ler todos os depoimentos de

pessoas, de autoridades, de convidados, que naquela comissão foram ouvidos. E o Deputado Rubens Bueno pode agora dar um testemunho de que realmente leu tudo, conhece e fez o relatório do seu entendimento, do seu estudo dedicado.

Agora, Senhor Presidente, não só o Deputado Rubens Bueno como relator, mas vale a pena lembrar aqui também a presença dos Deputados Algaci Túlio, Vice-Presidente, Deputados Pedro Tonelli, Neivo Beraldin que presidiu e o Deputado Luciano Pizzatto.

Analisando a conclusão do relatório que apresenta, sob a forma de recomendações do Deputado Rubens Bueno, que sugere que seja constituído um grupo de trabalho integrado por representantes de Secretarias de Estado, Banco Regional de Desenvolvimento, BANESTADO, etc. para desenvolver um estudo e oferecer sugestões, discordo. A comissão não faria um trabalho mais cuidadoso, com tanto denodo, como fez o Deputado relator desta comissão. Por que outra comissão? Seria para quê? Para protelar? Não, tenho a impressão de que o Deputado Rubens Bueno não faria. E depois também para que seja instalada a Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar denúncias e tal também não tem outro sentido, parece-me que para postergar CPI. Fim de Legislatura Início de Governo. Fim de Governo. Também discordo. E também sugere e recomenda o Deputado que o Executivo está desenvolvendo negociações junto ao Banco Central no sentido de equacionar a dívida do BADEP, reescalando-a pelo prazo de três a quinze anos. Este trabalho me parece que é o que vem sendo feito pelo Governo do Estado.

Portanto, concordo e aplaudo o trabalho do Deputado Rubens Bueno com algumas restrições que não são fundamentais. O que me chama a atenção é que estamos hoje em 22 de janeiro. Teríamos recesso em 15 de dezembro, não tivemos, fomos até o dia 28 de dezembro. E esta convocação deste período extraordinário feita pelo ilustre Presidente da Casa que inicialmente quis de 07 a 15 e 22 e, depois, prorrogado por mais três dias, de 07 a 25, não tenho dúvida senão o principal motivo era a mensagem do BRDE que esta Casa teria que apreciar.

Pois bem, teremos sessões apenas nos dias 23, 24 e 25 de janeiro. Sob forma de projeto de resolução é que se apresenta o relatório. E se ele for rejeitado nesta sessão entrará, sem dúvida, amanhã ou depois, dependendo de entendimentos da mesa diretora a inclusão da mensagem que trata do BRDE ainda neste período. E se não se votar contrariamente, a prevalecer as recomendações do relator, haverá esta Casa de constituir oportunamente CPI - Comissão



Especial Paritária - como propõe o relatório final.

Estive em todas as reuniões desta Comissão. Todos os que lá compareceram levaram grande contribuição para análise dos membros daquela Comissão. Considero o assunto de maior relevância e complexidade até porque sob o mesmo assunto, as mesmas perguntas as respostas não conferem por parte daqueles que lá estiveram. Sei que se afasta a solução BRDE/BADEP há muito. Estamos tratando aqui da mensagem específica BRDE, mas a Comissão tratou mais ainda do Sistema Financeiro do Estado. Mas de qualquer forma BRDE, BADEP, BANESTADO, Carteira, incorporação, não incorporação, tem que haver uma solução do Plenário desta Casa. Todos nós com a mesma responsabilidade. Entendo que a Comissão prestou relevante serviço para esta Casa e para o Paraná. Reafirmo e reitero o trabalho laborioso e inteligente do Deputado-Relator. Mas agora temos que decidir no plenário desta Casa pela vontade soberana dos paranaenses aqui representados por nós. Nesta Legislatura ou na outra, porque Sr. Presidente, o que nós não podemos mais é proteger é ficar o Paraná com única fonte do BNDES com recursos, para promover o nosso desenvolvimento, estancado, porque a partir do momento que se fez a mensagem da extinção do BRDE ou sair do CODESUL como se queira aqui do Paraná, e o anúncio público do Governador da extinção do BADEP, o BRDE fechou as suas torneiras. Nos contratos que o Paraná tem de investimentos com o BADEP, não estão mais tendo o seu curso normal, as parcelas não estão sendo pagas, que dirá então dos novos pedidos? Podemos dizer que nesse aspecto o Paraná parou, há que se achar uma solução, e a solução extrapola os limites da Comissão já que ela, eu repito, prestou relevantes serviços, cumpriu o seu papel, cabe aqui ao Plenário, a todos nós decidirmos além da Comissão, das conveniências do atendimento da solicitação do Senhor Governador. Todos nós sabemos, concluindo, que o Estado do Paraná... é uma declaração que eu não podia deixar de fazer. O Estado e o horário(?) não podem sacrificar-se a vida inteira...

O SR. JOSÉ FELINTO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, vão fazer quatro anos que eu estou aqui nesta Casa de Leis com muita honra, e pela primeira vez, eu vi o 2º Secretário abandonar a Mesa, e a Mesa está incompleta. Parece-me que é antiregimental, que o 2º Secretário não participe das sessões. Estava ali o Deputado Alborghetti no apagar das luzes, eu não sei o que é que houve, mas está sem o 2º Secretário, e parece que o Regimento exige a presença, quem sabe se o Deputado Algací Túlio, que

é 4º Secretário que está na Casa, possa participar da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Eu não posso obrigar ninguém a participar da Mesa, o que eu posso fazer é suspender a sessão, o que não seria interessante, mas o Deputado Pirajá se encontra por aí.

Segue a sessão com o Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Concluindo, Sr. Presidente, entendo - que o Tesouro do Estado, que o dinheiro dos paranaenses, não pode assumir alguns desmandos, alguns investimentos que não foram bem examinados na época da sua concessão, porque de tudo o que eu entendi, quem vai assumir e quem já assumiu toda essa responsabilidade econômica financeira junto aos credores, é o Tesouro do Estado, e eu também não tenho dúvidas de que essas preocupações com os destinos do Paraná não são somente dos Deputados; sou Deputado do PFL, votei contra o Sr. Requião, trabalhei em favor do candidato que o meu partido apoiou, mas tenho certeza que o Sr. Álvaro Dias deve estar em sintonia perfeita ou contato com o Sr. Roberto Requião, ou com as pessoas por ele autorizadas para acompanharem de perto assunto tão sério, tão importante para a vida do Paraná.

Portanto, Sr. Presidente, se aqueles que receberam vultosos recursos de honorários (?), de uma forma ou outra, - BRDE, BADEP, quem quer que seja, se tivessem cumprido com as suas obrigações, nós não estaríamos aqui a examinar extinção ou liquidação de Bancos.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, mais uma vez concluindo, entendo que este assunto, deve ir a Plenário, e a Comissão cumpriu, com denodo, com capacidade, dignificou esta Casa, pelo relatório apresentado pelo Deputado Rubens Bueno.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Encerrada a discussão do projeto nº 006/91.

Os Srs. Deputados que aprovam, permanecem como estão. Dois (02) dos Srs. Deputados aprovam.

Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. Um (01) dos Srs. Deputados rejeita.

Não há "quorum" para votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Vossa Excelência declinou e não houve pedido de verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - É que quando a matéria tem parecer favorável, vota-se pela...

O SR. CAÍTO QUINTANA - Sr. Presidente, eu

solicito que Vossa Excelência proceda a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai se proceder à verificação de votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Eu requeiro a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Antes da verificação ou depois?

O SR. CAÍTO QUINTANA - Pode ser antes.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar de Vossa Excelência para que providenciasse, um Primeiro, Segundo ou Terceiro Secretário para fazer parte da Mesa, com Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Diz o Regimento Interno: "Na ausência dos titulares, a Mesa pode convocar..."

Mas, o Deputado Pirajá Ferreira já se encontra à Mesa.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Eu agradeço a Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Srs. Deputados que aprovam o parecer da Comissão, queiram levantar-se.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, parece-me que o nosso Líder solicitou chamada nominal. A não ser que tenha declinado, e eu não tomei conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Perfeito. Solicitamos ao Sr. 1º Secretário que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Ezequias Losso) - (Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados)

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Eu queria consultar o Sr. Secretário se foi registrado a presença ou ausência do Sr. Algaci Túlio.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Ezequias Losso) - Ausência.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Responderam à chamada 26 Srs. Deputados, não há quórum para votação.

O SR. JOSÉ FELINTO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, eu gostaria de requerer uma certidão de Vossa Excelência com a presença e ausência de hoje dos Srs. Parlamentares.

res.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência terá a certidão.

O SR. ERONDY SILVERIO (Pela Ordem) - Sr. Presidente.

A população toda do Paraná, ou pelo menos quase toda a população bem informada, sabe que esta Casa mantém, a serviço de alguns Srs. Deputados, carros de propriedade do Poder, comprados com o dinheiro do contribuinte paranaense. Automóveis estes que são portadores de placas particulares que estão a serviço exclusivo de alguns dos Srs. Deputados.

É uma situação de mordomias que tem exasperado a população do Paraná. E a prova de que a população do Paraná tem muito pouco apreço pelo Poder Legislativo as urnas demonstraram, nas últimas eleições.

Apelei a Vossa Excelência pessoalmente, apresentei projeto de resolução proibindo o uso de carros, comprados com o dinheiro do contribuinte, a serviço particular dos Srs. Deputados. Pedi a Vossa Excelência que colocasse na Ordem do Dia, Vossa Excelência concordou. Requeri a Vossa Excelência que fosse colocado na Ordem do Dia do presente período extraordinário, Vossa Excelência concordou. Só que eu vejo projetos de muitos menos importância, como declaração de Utilidade Pública sendo votado e um projeto dessa importância que está sendo reclamado por grande parcela da população do Paraná não consta na Ordem do Dia, para apreciação dos Srs. Deputados!

Tem que vir para a Ordem do Dia. Se os Srs. Deputados quiserem continuar com a mordomia votam contrariamente ao meu projeto de resolução, derrubando-o e mandando-o para os arquivos. E se os Srs. Deputados tiverem consciência de que realmente precisa pôr um probo nesta situação aprovarão o projeto e darão a Vossa Excelência meios legais para exigir. Porque eu sei que Vossa Excelência tem exigido de alguns Srs. Deputados a devolução dos carros e estes se recusam terminantemente a fazê-lo.

Sei até, não sei se é verdade, que um ex-Deputado, que nem pertence mais a este poder, ainda mantém um carro de propriedade do Poder Legislativo. Este é um caso grave, estou escutando agora aqui, e Vossa Excelência precisa pôr a probo, Vossa Excelência já colocou em leilão alguns carros do Poder Legislativo, gesto que foi aplaudido pela população do Paraná.

Vossa Excelência precisa, no ocaso de seu mandato como Presidente, e que nós fazemos voto que seja renovado, Vossa Excelência precisa dar uma demonstração de que realmente quer governar este Poder com isenção, com energia, e pôr a probo uma

irregularidade como essa, que tem exasperado a população do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai colocar o Projeto de Vossa Excelência na sessão de amanhã e também informa a Vossa Excelência que não tem conhecimento de algum ex-deputado tenha carro em seu poder, mas vai diligenciar para apurar essa denúncia de Vossa Excelência.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem) Eu apenas solicito Senhor Presidente, pelo nosso Regimento Interno onde consta que o Parlamentar presente do processo de votação de um projeto na Assembléia não pode se retirar do plenário durante o processo de votação. É evidente que nessa tarde na tribuna nós tivemos inflamados pronunciamentos de encaminhamento durante o processo de votação, porque foi encaminhamento de votação. E esta Assembléia e a minha bancada por todo o tempo esteve concordando sem discordar, inclusive, da benevolência, na extrapolação do horário para que a matéria pudesse ser discutida com profundidade. No entanto eu vejo presente o Deputado Rubens Bueno que usou da tribuna durante três vezes, diretamente ou através de apartes, durante o processo de votação, na sequência, se ausentou do plenário para não votar.. A mesma coisa o Deputado Algaci Túlio, permanecendo no plenário, o Deputado Pedro Tonelli que fez encaminhamento e permaneceu para dar sequência. Portanto eu gostaria que na sessão de amanhã, para que nós não tenhamos o risco, e quero deixar registrado, o Deputado Algaci Túlio usou, inclusive, parte de um pronunciamento meu, e a gente na luta parlamentar paga, sem dúvida alguma, pelas ações que pratica, e nós temos responsabilidades, sabemos disso. E eu tenho certeza de que se nós levarmos na Assembléia em definição de uma tomada de posição pela saída ou não do Paraná do BRDE, a partir do dia 14 de março muitos discursos inflamados hoje pedirão desculpas ao Estado do Paraná, à população do Paraná pela liquidação extrajudicial do BRDE sem um entendimento devido para que o Paraná possa resguardar os seus interesses.

O SR. PEDRO TONELLI - Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Primeiro quero responder à questão de ordem levantada pelo Deputado Caíto Quintana.

Não procede a questão de ordem do Deputado Caíto Quintana, artigo 176, parágrafo 101 do Regimento Interno: "É vedado a qualquer Deputado retirar-se do recinto no momento de ser votada uma proposição ou parte dela", não é o caso, "e caso haja

votado por ocasião da verificação correspondente".

Tem a palavra Vossa Excelência.

O SR. PEDRO TONELLI - (Questão de Ordem) A minha questão de ordem vem de acordo com a preocupação do nobre Líder do Governo e a resposta de Vossa Excelência. Eu exijo, requeiro, o cumprimento do Regimento Interno assegurando o direito de minoria que em cada votação as Bancadas se posicionarem como quiserem e escolherem se querem votar ou não, em cada votação. Então neste caso fica o direito dos Parlamentares de todas as Bancadas o direito de participarem ou não da votação, que é direito de esperar, o direito da minoria. Então eu requeiro o cumprimento desse dispositivo do Regimento que assegura esse direito a todas as Bancadas.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa requerimento de n. 3059, de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 3063, de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, com apoio do Senhor Deputado Cândido Bastos, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 3060, de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. Prejudicado.

Requerimento de n. 3058, de autoria do Sr. Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 3065, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de n. 3068, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante de expediente. Em votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 23, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

#### EM VOTAÇÃO

1. DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 06/91.

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei Complementar n. 323/89.

- 3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei Complementar ns. 152 e 625/90,  
e dos Projetos de Lei ns. 374/90 e 04/91
- 2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 611/90.
- 1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 123/90.

A mesa informa aos Senhores Deputados que o período extraordinário vai se encerrar no dia 25 e não vai prorrogar o período.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ALGACI TÚLIO EM SESSÃO DO DIA, 22 DE JANEIRO DE 1991.

#### "O BADEP DEVE E PODE SOBREVIVER"

Dr. Celso Sabóia

... ou terá de ser incorporado ao conglomerado BANESTADO para evitar a solução de continuidade de uma série de programas e projetos de investimentos em curso, que serão automaticamente suspensos se ocorrer a sua liquidação extrajudicial. Isto traria enormes prejuízos ao Estado e as Empresas cujos empreendimentos se encontram em fase de implantação.

Os números fornecidos pelo Governador Álvaro Dias, ao anunciar e procurando justificar sua disposição de liquidar extrajudicialmente o BADEP demonstram cabalmente, a qualquer pessoa medianamente informada, a viabilidade do Banco, caso o governo se disponha simplesmente a pagar ou regularizar as suas dívidas com a Instituição.

Segundo o Governador, o BADEP é credor de US\$ 525 milhões e devedor de US\$ 191 milhões. Estes números indicam que o BADEP está sustentando, com recursos próprios oriundos de seu patrimônio e de lucros obtidos, débitos correspondentes a nada menos que o US\$ 334 milhões. Como seu patrimônio líquido é pouco superior a US\$ 50 milhões, os restantes US\$ 284 milhões são oriundos de lucros gerados. Portanto, o BADEP é rentável, ao contrário do que afirmam certas fontes do próprio governo por razões desconhecidas.

Além disso - excluídos US\$ 302 milhões de créditos contra o Grupo Atalla, de liquidação morosa ou difícil - dos restantes

US\$ 223 milhões, mais de US\$ 150 milhões são de responsabilidade confessada do Governo do Estado e do município de Curitiba. Se fossem pagos ou esquematizado seu pagamento através de instrumento sério, permitirão a regularização de 4/5 da dívida de US\$ 191 do BADEP. E isso pode ser feito, desde que haja a tão falada "vontade política", tantas vezes invocada pela Liderança do PMDB como fórmula mágica para resolver até problemas insolúveis, o que não é o caso.

Como não sou de mandar recados por terceiros, no último domingo, na "Boca Maldita" expus o meu ponto de vista e minhas dúvidas quanto ao acerto da decisão de liquidar o BADEP, ao Governador eleito Roberto Requião. Assegurou-me ele que a decisão do Governador Álvaro Dias estava tomada e que, na qualidade de Governador eleito nada podia fazer. Ao manifestar minhas dúvidas sobre a disposição do Banco Central em concordar com a assunção da dívida de US\$ 121 milhões do BADEP pelo Governo do Estado a prazo de 10 (dez) anos, informou-me o Governador eleito que a negociação nesse sentido da qual participara, estava concluída.

Ora, se o Governo assumiu ou vai assumir a dívida do BADEP, mais fácil ainda se torna mantê-lo, pois assim, por subrogação, passará ele a ser credor do BADEP de US\$ 121 milhões, que poderão ser convertidos em capital da instituição, já que ela não tem condições de pagá-lo. Ficaria o BADEP saneado e com todas as condições de ultrapassar a crise. No caso de incorporação, esse crédito poderia ser convertido em capital do BANESTADO. Em qualquer das situações, a capitalização só traria vantagens, porque a única coisa que o Governo do Estado não pode esperar é que, em caso de liquidação extrajudicial, o BACEN venha a pagá-lo prontamente em dinheiro, pois os créditos de acionistas só podem ser liquidados ao final, quando e se houver saldo positivo.

Assumida a dívida do BACEN pelo governo do Paraná, convertida ou não em Capital, restaria o acerto entre o BADEP e o BANESTADO para liquidar a dívida US\$ 70 milhões. Para isso, seria suficiente que o governo do Estado pagasse os US\$ 25 milhões da dívida da CODEL, que assumiu formalmente em 1985 e até hoje não honrou. Ou que torne a reescaloná-la, de forma que possa o BADEP dá-la ao BANESTADO em dação em pagamento, junto com outros créditos regulares de que dispõe, para assim saldar débitos para com este último. Isso, no caso de se optar por manter o BADEP independente, como empresa coligada, porque no caso de incorporação a dívida para com o BANESTADO desapareceria automaticamente,

pois passaria à condição de valor aplicado pelo Banco em sua própria carteira de desenvolvimento.

No entanto, para que qualquer destes esquemas funcione, torna-se imprescindível o reescalonamento da dívida da CIC - Cidade Industrial de Curitiba e é aí, segundo variadas fontes, que o carro está pegando. Figuras menores no círculo político de Álvaro Dias e de Requião, sem grandeza para olhar para o próximo milênio e não para a próxima eleição, torpedeiam o reescalonamento, sob o pretense argumento de que o Prefeito Jaime Lerner ficaria em condições de pleitear novos empréstimos para a Prefeitura de Curitiba, podendo implantar o projeto do Bonde Elétrico e outros e assim aumentar seu cacife político.

Ora, Lerner tem agora menos de dois anos de mandato. Se desejar concorrer a governança do Estado terá de ficar outros dois anos ao sol e ao sereno, para daqui a quatro anos enfrentar candidatos fortes como José Eduardo e talvez o próprio Álvaro Dias. Além disso, diante das últimas medidas tomadas pelo Governo Federal, dificilmente Estados e Municípios poderão ampliar seu indviduamento. Logo, estas preocupações são infundadas.

Por outro lado, ao contrário do que vem afirmando certas fontes do Governo do Estado, e até o Governador Álvaro Dias, a dívida da CIC em sua maior parte é de inteira responsabilidade do Tesouro do Estado. Expressamente reconhecido em diversas ocasiões em vários documentos oficiais. Como, por exemplo, o ofício n. 362/87-GAB de 22.06.87, dirigido ao Dr. Andréa Sandro Calabi, Secretário Geral do Tesouro Nacional, subscrito pelo então Secretário das Finanças Dr. Luiz Carlos Hauhy, e seu coordenador financeiro Dr. José Pio Martins, solicitando um empréstimo de US\$ 108.443.000,00 com a finalidade de rolar a dívida da CIC - Cidade Industrial de Curitiba.

O relatório anexo aquele ofício elaborado e subscrito apenas pelo Dr. José Pio Martins, hoje vice-Presidente do Banestado e um dos mais ferrenhos adversários dessa rolagem e defensor da extinção do BADEP, e seu item I letra "d", diz, textualmente que: "a CIC é um projeto do Estado inscrito em sua política industrial". E, mais adiante no item 4, esclarece que: "o Município de Curitiba ficará responsável pelo pagamento de US\$ 4.649.000,00 correspondentes às operações vencidas e US\$ 12.248.000, que serão reescaloados pelos três bancos oficiais (BADEP, BRDE e BANESTADO), a juros de 6% ao ano acima da OTN, com prazo de oito anos e até dois anos de carência. Ao Estado cabe a responsabilidade de US\$ 63.224.000,00 de débitos vencidos, que serão quitados através da capta-

ção de recursos internos e externos". No quadro explicativo, anexo ao item 2 do referido relatório, está registrada a dívida total - vencida e vincenda - de US\$ 108.443.000,00 dos quais o US\$ 91.546.000,00 (84.4%) caberiam ao Estado e US\$ 16.897.000,00 (15.6%) ao Município de Curitiba.

Será admissível que uma dívida reconhecida como responsabilidade do Estado, 1987, quando o Prefeito de Curitiba era o Dr. Roberto Requião, passe agora a ser de exclusiva responsabilidade do município, só porque o Prefeito agora se chama Jaime Lerner? Com a palavra o Dr. Pio.

Outros argumentos utilizados para justificar a extinção do BADEP nem mereceriam qualquer comentário, não fosse a necessidade de esclarecer setores menos informados da população, que estão aceitando argumentos do Governo, sem nenhuma base real. Entre eles estão os supostos altos salários do pessoal do BADEP; a decisão do Governo de demití-los; a impossibilidade de acolhê-los no BANESTADO por exigência de concurso.

Estudos que mandei realizar em 1989, quando já se admitia a possibilidade de fusão do BADEP com o BRDE, e de ambos com o BANESTADO, existentes nos arquivos do BADEP, demonstram que os níveis salariais dos três Bancos podem ser facilmente ajustados. Dos então 400 funcionários do BADEP apenas 4 recebiam salários superiores ao mais alto padrão da tabela de vencimento do BANESTADO. Os demais se enquadravam dentro dos níveis vigentes neste último.

No que toca a impossibilidade de acolhê-los no BANESTADO, por exigir este concurso público, posso assegurar que esta exigência só foi cumprida com maior rigidez, nos anos em que ali ocupei cargo de Direção e ainda assim, havia certa flexibilidade. Nos dois governos peemedebistas a admissão, por largos períodos, foi feita na base do "quem indica". Houve até um período em que se distribuíram cotas a cada Deputado Estadual, dando a cada um deles o direito de indicar até três funcionários. Faz pouco tempo que, diante da crise a exigência do concurso foi reestabelecida. Ademais, a grande maioria dos funcionários do BADEP foi admitida mediante rigorosa seleção e são apenas 326 funcionários de alto nível a serem diluídos entre os quase 15 mil funcionários do BANESTADO.

Também é falacioso o argumento de que o Tesouro do Estado economizaria milhões com sua dispensa, pois sua folha é paga pelo próprio Banco e não pelo Tesouro.

Por tudo isso continuo afirmando que será muito mais honeroso para o Tesouro do Estado liquidar o BADEP do que seria mantê-lo. A liquidação extrajudicial é a pior

de todas as alternativas, pelas seguintes razões:

a) O Paraná perderá um instrumento de desenvolvimento que, nos últimos 29 anos, carregou para o Estado, financiamentos da ordem de US\$ 3,6 bilhões e criou mais 130 mil empregos diretos.

b) Assumindo a dívida do BADEP junto ao Banco Central o Governo do Estado aumenta seu nível de endividamento sem nenhuma contrapartida, já que passará a ter um vultoso crédito junto a um Banco em liquidação, quando poderia ter um aumento de capital em suas instituições financeiras, aumentando a sua capacidade de alavancagem;

c) Criará enormes constrangimentos aos diretores e conselheiros, muito deles importantes líderes empresariais, cooperativistas e profissionais liberais, cujos bens ficarão bloqueados, sine die, pois é imprevisível o prazo de duração de uma liquidação;

d) Impedirá ao BANESTADO de fazer funcionar sua carteira de desenvolvimento porque a liquidação extrajudicial causará prejuízos de monta ao BNDES como causou a do BRDE - pelo que este não apreciará as

propostas que porventura lhe forem enviadas pelo Banestado, como não está deferindo as do BRDE, por lhe haver este imposto graves prejuízos;

e) Determinará a paralisação de vários programas de empreendimentos pois, decretada a liquidação, o BNDES suspenderá a liberação das parcelas vincendas dos financiamentos e projetos em fase de implantação.

Concluindo, não há nenhuma razão prática, técnica, econômica ou financeira que justifique a extinção do BADEP. Nem o BACEN, nem o BANESTADO deixaram de cobrar do Governo do Estado que o BADEP lhes deve. A solução é mantê-lo ou incorporá-lo ao BANESTADO. Solução plenamente factível, como acabamos de demonstrar, se houver disposição, visão política e real interesse em desenvolver o Paraná.

CELSON SABÓIA - Ex-Dirigente do BADEP, BRDE, BANESTADO e Banco Central.

(Transcrito do Jornal Indústria & Comércio de 16.01.91).